



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

CLÁUDIO CARDOSO TEIXEIRA JÚNIOR

**Participação da agricultura familiar na formação do
cardápio escolar referenciado pelo PNAE no Território da
Cidadania do Vale do Rio Vermelho no estado de Goiás**

**GOIÂNIA
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Cláudio Cardoso Teixeira Júnior

3. Título do trabalho

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FORMAÇÃO DO CARDÁPIO ESCOLAR REFERENCIADO PELO PNAE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO RIO VERMELHO NO ESTADO DE GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Graciella Corcioli, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2024, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Cardoso Teixeira Júnior, Discente**, em 11/10/2024, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4766640 e o código CRC 2185126D.

CLÁUDIO CARDOSO TEIXEIRA JÚNIOR

Participação da agricultura familiar na formação do cardápio escolar referenciado pelo PNAE no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho no estado de Goiás

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Agronegócio, da Escola de Agronomia, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.

Linha de Pesquisa: Agricultura Familiar e o Agronegócio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graciella Corcioli.

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Teixeira Júnior, Cláudio Cardoso

Participação da agricultura familiar na formação do cardápio escolar referenciado pelo PNAE no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho no estado de Goiás [manuscrito] / Cláudio Cardoso
Teixeira Júnior. - 2024.

CLXIV, 164 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Graciella Corcioli.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Agricultura familiar. 2. Alimentação Escolar. 3. PNAE. 4. Cardápio Escolar. 5. Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho. I. Corcioli, Graciella, orient. II. Título.

CDU 63



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ESCOLA DE AGRONOMIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 7/2024 da sessão de Defesa de Dissertação de **Cláudio Cardoso Teixeira Júnior**, que confere o título de Mestre em **Agronegócio**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais**.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das 09h, na sala 13 do PPGAGRO, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FORMAÇÃO DO CARDÁPIO ESCOLAR REFERENCIADO PELO PNAE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO RIO VERMELHO NO ESTADO DE GOIÁS". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Graciella Corcioli (EA/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Fabiana Thomé da Cruz (EA/UFG), membro titular interno; e Professor Doutor Cristian Rogério Foguesatto (UFRGS), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Graciella Corcioli, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Graciella Corcioli, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2024, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Rogério Foguesatto, Usuário Externo**, em 23/08/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Thome Da Cruz, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2024, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4766639 e o código CRC EC8D978A.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Professora Dra. Graciella Corcioli, minha orientadora, pelo inestimável apoio, pela confiança depositada, pela autonomia concedida e pelo vasto conhecimento compartilhado ao longo da elaboração desta dissertação. Ressalto também a relevância das suas aulas teóricas, especialmente nas disciplinas que norteiam a área de concentração em Agricultura Familiar do Mestrado em Agronegócio (PPGAgro), bem como a inspiração proporcionada durante a disciplina de Políticas de Desenvolvimento Rural ofertada na graduação em Medicina Veterinária – UFG.

Expresso minha gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PPGAgro) pelo compartilhamento de seus conhecimentos e pelo incentivo constante durante todo o curso. Dentre eles, destaco os Professores Dr. Alcido Elenor Wander, Dr. Cleyzer Adrian da Cunha e Dra. Fabiana Thomé da Cruz, cujas contribuições foram particularmente valiosas.

Agradeço de forma especial à Lindinalva Teixeira, secretária do PPGAgro, e à coordenadora e Professora Dra. Sybelle Barreira, pela paciência, atenção e compreensão demonstradas ao longo de todo o meu percurso acadêmico.

Por fim, mas não menos importante, expresso meu reconhecimento aos amigos conquistados durante o Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, em especial ao Professor Me. Cláudio Ferreira da Silva e à doutoranda Daniela Vasconcelos de Oliveira, cujo apoio foi fundamental. Agradeço igualmente pelo incentivo constante aos Professores Esp. Lourivan Noleto da Silva e Dr. Luiz Fernando de Oliveira. Deixo aqui meu mais sincero agradecimento a todos.

Agradeço, sobretudo, a Deus, por sempre me sustentar em todos os momentos difíceis e me mostrar os caminhos que devo seguir. É em ti que confio e a quem sempre olho em busca de orientação e força.

Romanos 8:28 - E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito.

RESUMO

Este estudo investiga a contribuição da agricultura familiar na formação do cardápio escolar referenciado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, no estado de Goiás, entre 2009 e 2022. A pesquisa aborda a interação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar, analisando como essa integração pode promover a segurança alimentar e nutricional, além de fortalecer a economia local. A metodologia utilizada é qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental. O estudo buscou compreender as dinâmicas locais e a eficácia das políticas públicas na promoção da alimentação escolar saudável e sustentável. Dos 16 municípios do Território analisados, verificou-se que alguns conseguiram atingir a meta mínima de 30% de aquisição de alimentos da agricultura familiar estabelecida pelo PNAE, refletindo um compromisso expressivo com a segurança alimentar e nutricional. Municípios como Sanclerlândia, Itaberaí, Itapuranga, Buriti de Goiás e Itapirapuã demonstraram alta conformidade com as diretrizes do PNAE, evidenciando a eficácia das políticas públicas na promoção da segurança alimentar e no desenvolvimento econômico local. A análise também destacou a importância da regularidade e consistência na aquisição de alimentos da agricultura familiar, além da necessidade de monitoramento contínuo e transparência na disponibilização das informações nutricionais, garantindo que todos os municípios cumpram os padrões mínimos nutricionais estabelecidos. A pesquisa também identificou desafios na organização e consistência dos fornecedores, bem como a necessidade de diversificar e ampliar a base de fornecedores para garantir os cardápios escolares. Os nutricionistas planejam o cardápio da alimentação escolar, levando em consideração a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e as características agrícolas da região, a aquisição de alimentos até a produção e distribuição das refeições nas escolas, bem como desenvolvem e implementam ações de educação alimentar e nutricional nas instituições de ensino. Assim, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas locais e para a promoção da alimentação escolar segura em quantidade e qualidade nutricional, com impacto positivo no desenvolvimento dos estudantes e na economia regional.

Palavras-chave: Agronegócio - Agricultura Familiar - Alimentação Escolar – PNAE - Cardápio Escolar - Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

ABSTRACT

This study investigates the contribution of family farming in the formation of the school menu referenced by the National School Meal Program (PNAE) in the Citizenship Territory of Vale do Rio Vermelho, in the state of Goiás, between 2009 and 2022. The research addresses the interaction between school feeding and family farming, analyzing how this integration can promote food and nutritional security, in addition to strengthening the local economy. The methodology used is qualitative, with bibliographic review and documentary analysis. The study sought to understand local dynamics and the effectiveness of public policies in promoting healthy and sustainable school meals. Of the 16 municipalities in the Territory analyzed, it was found that some managed to reach the minimum target of 30% of food acquisition from family farming established by PNAE, reflecting a significant commitment to food and nutritional security. Municipalities such as Sanclerlândia, Itaberaí, Itapuranga, Buriti de Goiás and Itapirapuã demonstrated high compliance with the PNAE guidelines, demonstrating the effectiveness of public policies in promoting food security and local economic development. The analysis also highlighted the importance of regularity and consistency in the acquisition of food from family farming, in addition to the need for continuous monitoring and transparency in the availability of nutritional information, ensuring that all municipalities comply with established minimum nutritional standards. The research also identified challenges in the organization and consistency of suppliers, as well as the need to diversify and expand the supplier base to guarantee school menus. Nutritionists plan the school meal menu, taking into account the food culture, the epidemiological profile of the population served and the agricultural characteristics of the region, the acquisition of food through to the production and distribution of meals in schools, as well as developing and implementing health care actions. food and nutritional education in educational institutions. Thus, the study contributes to the understanding of local dynamics and the promotion of safe school meals of nutritional quantity and quality, with a positive impact on the development of students and the regional economy.

Keywords: Agribusiness - Family Farming - School Meals - PNAE - School Menu - Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CF - Constituição Federal

CFN - Conselho Federal de Nutricionistas

CNME - Conselho Nacional de Merenda Escolar

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COAPRI - Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí

COOPERFAMILIAR CERES - Cooperativa Agropecuária Regional dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Ceres

COOPERMAFA - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Aragoiânia

COOPERMAFEVE - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares Esperança Verde Aparecida de Goiânia

COOPERAFI - Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga

COOPAFHE - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai

COOPERFAMILIAR Jaraguá - Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Jaraguá e Região

COOPSAR - Cooperativa Mista Dos Agricultores Familiares de Santa Rosa de Goiás

COVID - Doença do Coronavírus 2019

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EEX - Entidade Executora

FAO - Food and Agriculture Organization

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GABA - Guia Alimentares Baseados em Alimentos

GAPB - Guia Alimentar para a População Brasileira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAAS - Promoção da Alimentação Saudável e Adequada

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

RT - Reprodução Técnica

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Repasse de recursos financeiros PNAE a Entidade Executora

Figura 2 - Parcerias do PNAE entre os atores.

Figura 3 - Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de preços repassados por aluno a cada ano escolar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos alimentos quanto ao tipo de processamento.

Quadro 2 - Principais atos normativos do PNAE no período de 2009 até 2022.

Quadro 3 - Unidade e instâncias governamentais do PNAE.

Quadro 4 - Eixos temáticos de desenvolvimento do Referencial Teórico.

Quadro 5 - Análise e monitoramento da política pública de suporte da agricultura familiar - PNAE (Aspectos).

Quadro 6 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho

Quadro 7 - Lista de DAPs ativas e inativas do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.2. Objetivos Geral e Específicos	21
1.2.1. Objetivo Geral	21
1.2.2. Objetivos Específicos	21
1.3 Justificativa e Relevância da Pesquisa	22
2. REVISÃO DE LITERATURA	24
2.1. Segurança Alimentar e Nutricional e sua Aplicação no Contexto Escolar	24
2.1.1. Conceitos e Fundamentos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	24
2.1.3. Elaboração do Cardápio Escolar	31
2.2. Políticas Públicas na Formação do Cardápio Escolar	37
2.2.1. O Papel das Políticas Públicas na Alimentação Escolar	38
2.2.2. Participação da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar	46
2.2.3. Desafios e Perspectivas na Implementação das Políticas de Alimentação Escolar - PNAE ao Cardápio Escolar	48
2.3. A Agricultura Familiar e Suas Vocações Produtivas no Aperfeiçoamento do Sistema de Alimentação Escolar	53
2.3.1. Programa Territórios da Cidadania	53
2.3.2. Incentivos e Programas de Apoio à Agricultura Familiar no Contexto da Alimentação Escolar	55
2.3.3 Potenciais e Desafios da Parceria entre Agricultura Familiar e Escolas	56
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	59
3.1. Procedimentos Metodológicos	59
3.1.1. Natureza e abordagem da Pesquisa	59
3.1.2. Finalidade da pesquisa (objetivos)	60
3.1.3. Meios da pesquisa (métodos)	62
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
4.1. Integração da Agricultura Familiar no Contexto da Alimentação Escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho	69
4.2 Políticas públicas de suporte à agricultura familiar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.	80
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
6. IMPACTO SOCIAL E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	108
7. REFERÊNCIA	110

8. APÊNDICES.....	117
--------------------------	------------

1. INTRODUÇÃO

A alimentação é um direito humano fundamental e cabe ao Estado assegurar sua permanência através de políticas públicas (Brasil, 2006). Ademais, a alimentação não é apenas o ato de comer, é parte de uma estrutura social, cultural e étnica. Como resultado, é fundamental valorizar as particularidades, os elementos locais e regionais, bem como as tradições de cada cultura ou comunidade (Soares, 2020). Neste sentido, pensar sobre a alimentação no âmbito das escolas públicas é um desafio que demanda diversos esforços. O entendimento de uma alimentação saudável precisa ser abordado constantemente, não apenas no contexto educacional, mas também em outras áreas (Santos, 2023).

Do ponto de vista governamental, envolve a elaboração de políticas públicas, bem como articulações no âmbito federativo entre órgãos, agentes públicos e processos voltados à aquisição de alimentos regionais, preparação, distribuição, vigilância de alimentos e padrão alimentar local (Silva, 2014). Em termos econômicos, o oferecimento de alimentos se liga diretamente às leis de oferta e demanda, permeadas por um sistema produtivo que articula agricultores, indústrias, sistemas de logística, transporte e o alcance do melhor custo-benefício (Zaterka, 2019). Por outro lado, do ponto de vista alimentar e nutricional há um padrão de qualidade que deve ser atingido em termos nutricionais, o que perpassa pela segurança alimentar e nutricional, atingindo o melhor nível de qualidade voltado à promoção da saúde dos educandos (Grisa, 2010).

Desse modo, vários outros aspectos podem ser considerados. Tratar desse tema abrange uma rede complexa de segmentos socioeconômicos e processos decisórios que devem estar em consonância com diretrizes internacionais, como por exemplo a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), bem como o marco regulatório nacional em âmbito federal, estadual, distrital e municipal garantidores da promoção à saúde, direitos da livre iniciativa rural e da alimentação aplicada ao âmbito escolar.

Uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é garantir que os alunos tenham acesso aos alimentos fornecidos pela escola. Isso ocorre porque muitos alunos que frequentam escolas públicas dependem da alimentação

escolar como sua única refeição diária. (Oliveira, 2017). Além disso, a universalização e a gratuidade da alimentação escolar devem ser combinadas com uma contextualização pedagógica que fomenta práticas alimentares saudáveis (Delors, 2000). Além de melhorar as habilidades cognitivas e o estado nutricional dos alunos, a alimentação escolar reduz a evasão escolar e a fome (World Food Programme, 2013).

Além de incentivar os estudantes a consumirem alimentos saudáveis e nutritivos, a alimentação escolar visa promover a produção agrícola local, fortalecendo a economia regional (Gabriel *et al.*, 2014). Os cardápios escolares devem respeitar os hábitos alimentares locais e utilizar alimentos produzidos na região, promovendo a saúde dos estudantes (Dutra, 2009). Ademais, conforme determinado pela Resolução nº 38, de 2004, a presença de um profissional da nutrição na construção dos cardápios garante que os alimentos oferecidos atendam às necessidades nutricionais dos alunos (Almeida, 2012).

A Lei 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, propõe políticas alimentares para favorecer a aquisição local de alimentos, principalmente de agricultores familiares, e oferecer produtos de melhor qualidade nutricional, ambiental e cultural aos escolares, beneficiando ambos (Triches, 2015). Em seu artigo 14, a Lei 11.947/2009 prevê que de todo o recurso transferido pelo FNDE aos estados e municípios para a aquisição de alimentos visando o atendimento à alimentação escolar, no mínimo 30% sejam adquiridos diretamente de agricultores familiares e suas organizações, priorizando assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas (Mattia, 2024).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve início em 1955, com o objetivo de combater a fome e a desnutrição no Brasil. Ao longo dos anos, tornou-se o mais extenso programa nacional de alimentação e nutrição do país e uma importante estratégia para promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o cumprimento do direito humano à alimentação adequada (Machado *et al.*, 2018). Os objetivos do PNAE incluem contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial das crianças brasileiras, melhorando seu aprendizado e desempenho escolar e incentivando práticas alimentares saudáveis entre elas (Pedraza *et al.*, 2018).

A agricultura familiar é um elemento chave na formação dos cardápios escolares, pois proporciona alimentos frescos e diversificados, fundamentais para a

nutrição dos estudantes (FNDE, 2021). No Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, a integração entre agricultura familiar e alimentação escolar potencializa a economia local e melhora a qualidade das refeições servidas nas escolas. A interligação entre a produção local de alimentos e a segurança alimentar é essencial para atender às necessidades nutricionais dos alunos (Dutra, 2009). Além disso, a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar reduz a dependência de mercados distantes, promovendo a sustentabilidade e a economia local.

A identificação das produções agrícolas pertencentes ao Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho no estado de Goiás, deve ser analisada a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação - MEC, mapeamento da agricultura familiar, políticas públicas implementadas e aplicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar na compra da alimentação escolar fornecida pelos agricultores familiares.

O período de análise foi de 2009 a 2022, abrangendo o intervalo de criação da Lei nº 11.947/2009 que estipula a meta de 30% de aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, até o Prazo de emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que terminaria em 31 de outubro de 2022, sendo que a partir de 1º de novembro de 2022, conforme Portaria nº 174, de 28 de junho de 2022, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que substituiria o DAP, e seria a única ferramenta do agricultor familiar para o acesso às ações, programas e políticas públicas voltadas para a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar.

O espaço analisado é o Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, composto por 16 municípios, sendo eles: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Itaguaru e Uruana (IBGE, 2022) com características socioeconômicas e ambientais peculiares, enfrenta desafios na implementação do PNAE.

O Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho é formado por pequenas e minipropriedades rurais, com um percentual expressivo de produções agrícolas familiares. O município de Goiás, especificamente, abriga o maior número de assentamentos de reforma agrária em todo o Brasil. Estes territórios foram implantados em regiões caracterizadas por baixo dinamismo econômico, reduzido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alta concentração de agricultores

familiares, assentamentos de reforma agrária, além de populações quilombolas, indígenas e pescadores. Essas áreas também apresentam um elevado número de beneficiários do Programa Bolsa Família e um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) inferior, refletindo as desigualdades socioeconômicas que enfrentam. A implantação dos territórios historicamente priorizou as populações rurais, em alinhamento com as políticas de desenvolvimento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de promover a inclusão social e melhorar as condições de vida local.

A gestão municipal deve ser transparente e eficiente na compra de produtos da agricultura familiar para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes (Gabriel *et al.*, 2014). Apesar das dificuldades, a região apresenta oportunidades únicas para fortalecer a relação entre agricultura familiar e alimentação escolar, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e a saúde dos estudantes (Almeida, 2012). Analisar a eficácia dessas políticas públicas no suporte à agricultura familiar e na garantia de padrões de segurança alimentar eficientes entre os anos de 2009 e 2022. A implementação da compra da agricultura familiar no PNAE é uma tarefa difícil devido à complexidade que existe na interação entre agricultura familiar, alimentação escolar e poder público local para a execução da política (Assis, 2019).

O PNAE ajuda a quebrar o ciclo de pobreza ao garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a uma alimentação adequada. Além disso, o programa também estimula a agricultura familiar e o desenvolvimento econômico local, uma vez que uma parte dos alimentos servidos nas escolas é adquirida diretamente de produtores locais. Esse apoio à agricultura familiar tem amplos benefícios. Isso fortalece a economia das comunidades rurais e promove a produção agrícola e pecuária. O PNAE desempenha um papel vital na saúde e na educação das crianças pertencentes ao Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, pois não apenas garante que os estudantes tenham acesso a refeições nutritivas, mas também contribui para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento econômico das comunidades locais.

A inserção do PNAE na academia é importante para avaliar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil, principalmente no que diz respeito à educação. Ao garantir aos estudantes da rede pública o direito à alimentação adequada, o PNAE também incentiva a agricultura familiar, o que promove o desenvolvimento sustentável e reduz as desigualdades sociais. A

dissertação pode avaliar a eficácia das políticas públicas na avaliação e monitoramento da insegurança alimentar e nutricional, reforçando a discussão sobre direitos fundamentais, especialmente ligadas a saúde, educação, trabalho, renda e dignidade humana.

Desse modo, a dissertação está organizada em três seções, cada uma abordando a interação entre agricultura familiar e alimentação escolar do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho. A primeira seção aborda a SAN e sua aplicação no contexto escolar. A segunda seção debate as Políticas Públicas na Formação do Cardápio Escolar e a participação da agricultura familiar, além de explorar os desafios e perspectivas na implementação das políticas de alimentação escolar (PNAE) no Cardápio Escolar. Já a terceira seção debate o papel da agricultura familiar na alimentação escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, quais os incentivos e programas de apoio à agricultura familiar no contexto da alimentação escolar e as potencialidades e desafios da parceria entre agricultura familiar e escolas.

1.2. Objetivos Geral e Específicos

1.2.1. Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo identificar as principais contribuições da agricultura familiar na formação do cardápio escolar, com padrões de segurança alimentar e nutricional referenciados pelo PNAE, no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, no estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2022.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Analisar a integração da agricultura familiar no contexto da alimentação escolar dos 16 municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, entre os anos de 2009 e 2022;
- b) Avaliar a eficácia das políticas públicas no suporte à agricultura familiar e a garantia de padrões de segurança alimentar e nutricional eficientes na aplicação de recursos públicos (PNAE) no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

1.3. Justificativa e Relevância da Pesquisa

O Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho compreende 16 municípios do estado de Goiás, sendo uma região com peculiaridades econômicas e ambientais, pois apresenta Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional, e alta concentração de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, além de populações quilombolas, indígenas e pescadores. O Território é composto por agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária e as populações quilombolas, indígenas e de pescadores. O Vale do Rio Vermelho é um ambiente ideal para estudar a relação da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar traz variadas potencialidades para o desenvolvimento local sustentável, para a valorização de uma alimentação saudável e que respeite a cultura alimentar local, e para a reconexão entre produtores e consumidores (Assis, et al., 2019).

Para garantir a segurança alimentar e nutricional nas escolas, a alimentação escolar deve ser combinada com a produção local de alimentos. A interligação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para o PNAE devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

Os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados com a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados e devem levar em consideração as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares locais e os padrões nutricionais. Para promover uma alimentação saudável e equilibrada, também deve-se pensar na economicidade, sazonalidade e variedade dos alimentos cultivados no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

Desse modo, o estudo mostra a importância da agricultura familiar e os benefícios aos moradores locais, pois permitirá identificar as principais contribuições da agricultura familiar na formação dos cardápios escolares, fornecimento de refeições nutritivas para estudantes, ao mesmo tempo que incentiva a agricultura familiar, promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico local.

Por fim, este estudo é fundamental para compreender como as políticas públicas, como PRONAF e PNAE, pois gera subsídios para a manutenção,

consolidação e até ampliação desta política, ajudando a agricultura familiar e garantindo padrões de segurança alimentar e nutricional nos 16 municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho no período de 2009 a 2022, fornecendo informações importantes sobre os efeitos na alimentação escolar e no desenvolvimento socioeconômico local, principalmente dos agricultores familiares na formação do cardápio escolar.

Para tanto, pretende-se avaliar se os 16 municípios têm conseguido atingir a meta mínima de 30% de aquisição de alimentos da agricultura familiar para a formação do cardápio escolar, com padrões de segurança alimentar e nutricional adequados referenciados pelo PNAE entre os anos de 2009 e 2022.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Segurança Alimentar e Nutricional e sua Aplicação no Contexto Escolar

Nesta seção será abordado alguns dos principais conceitos relacionados à segurança alimentar e nutricional, bem como a aplicação dessas noções no contexto educacional. Assim, o capítulo seguirá uma estrutura que se inicia com a definição dos conceitos, importância e desafios da segurança alimentar e nutricional, seguida da análise de sua relevância no âmbito escolar. Por fim, critérios nutricionais e alimentares na composição dos cardápios e suas peculiaridades, bem como os obstáculos enfrentados nas suas execuções.

2.1.1. Conceitos e Fundamentos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) trata-se de um conceito multidimensional que envolve diferentes aspectos e abordagens, como a garantia do acesso, disponibilidade, utilização e estabilidade de alimentos em níveis adequados (Alpino, 2022). Ademais, tais alimentos devem ser considerados saudáveis para todas as pessoas, especialmente para crianças, adolescentes e estudantes que se beneficiam das políticas alimentares públicas (Jesus, 2023). A SAN vai além da mera fome e incorpora elementos essenciais da qualidade nutricional dos alimentos consumidos, bem como determinadas condições socioeconômicas que permitem o acesso a tais alimentos (Frutuoso, 2019).

Isso significa que, quando se trata da definição de SAN, a fome não é apenas falta de comida; ela envolve problemas alimentares que vão além de indivíduos vulneráveis, incluindo nutrição, disponibilidade e segurança alimentar (Costa, 2008). A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) definiu a SAN como quando todos os membros têm acesso físico, social e econômico a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suprir suas necessidades alimentares e nutricionais, de modo a levar uma vida ativa e saudável (FAO, 2024). O Comitê de Segurança Alimentar Mundial da FAO destaca não apenas a quantidade de

alimentos, mas a qualidade nutricional, o acesso equitativo aos alimentos e as condições socioeconômicas que permitem o consumo adequado (Aliaga, 2020). f

As diretrizes globais da FAO são essenciais para estruturar políticas nacionais eficazes em SAN. Assim, buscam opções de vida mais saudáveis e sustentáveis, pois a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos passaram a ser temas de grande importância para os governos de vários países (FAO, 2011). Nesse sentido, são possíveis medidas para facilitar o escoamento de alimentos fornecidos pelos pequenos produtores, acesso a alimentos adequados e saudáveis aos vulneráveis e investir na cadeia alimentares (FAO, 2020).

Sabe-se que o problema da fome e da insegurança alimentar e nutricional no Brasil está relacionado à dificuldade de acesso, apesar de a produção agrícola do país ser capaz de suprir a necessidade da população (Burlandy, 2007). Além do acesso é necessário a disponibilidade regular e contínua de alimentos para atender às necessidades nutricionais individuais e coletivas (Minayo, 2023). Também os alimentos devem ser adequados, obtendo os nutrientes necessários para uma saúde e desenvolvimento que envolve questões como escolha, higiene, preparo culinário e o consumo de alimentos saudáveis (Gusmão, 2016). Por último, mas não menos importante, estabilidade alimentar, evitando mudanças bruscas que podem prejudicar a saúde e a nutrição das pessoas de forma que não interfira na garantia de outras necessidades essenciais (Sugizaki, 2022).

A SAN sugere que as políticas públicas devem se concentrar no desenvolvimento e nas culturas de produção agroalimentar. Isso seria reconhecido como um meio de combater a pobreza rural e promover o desenvolvimento local e regional, visando melhorar a nutrição e a saúde das crianças nas escolas, criar planos que envolvam a produção local, fortalecendo a economia regional e melhorando a qualidade dos alimentos fornecidos (Saraiva *et al.*, 2013).

Para Ribeiro (2023), a SAN é o direito de todos terem acesso permanente e regular a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades vitais. Na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada no Brasil em 2004, o SAN foi definido como garantir que todos tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidades suficientes. Assim, tem que se adequar a várias características que se baseiam em práticas alimentares que promovem a saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam econômicas, sociais, ambientais e culturalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) foi criado pela Lei Federal nº 11.346/2006 para garantir o direito fundamental de todos à alimentação saudável, e o poder público é obrigado a adotar todas as políticas e ações necessárias para promover e garantir a saúde, segurança alimentar e nutricional da população (CONSEA, 2006). Este foi criado após a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) no Brasil. Desse modo, o poder público e a sociedade civil se uniram para elaborar e implementar planos, programas e ações para garantir o direito humano de todos à alimentação adequada por meio do SISAN (LOSAN, 2006).

A LOSAN reformulou a abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ao adotar a perspectiva do direito humano à alimentação adequada, destacando a centralidade dos sujeitos titulares de direitos no conceito de SAN. Nesse sentido, o enfoque se desloca dos alimentos, estoques e armazenamentos como objetos principais, passando a valorizar as pessoas em suas relações com os alimentos, seus valores, símbolos, atitudes, rituais e práticas alimentares. Dessa forma, os indivíduos assumem um papel central no campo da SAN, reforçando a dignidade humana em consonância com os princípios de cidadania e as garantias fundamentais (Pinheiro, 2008).

A alimentação saudável na infância ajuda a prevenir deficiências nutricionais e doenças persistentes na vida adulta (Amorim *et al.*, 2019). Nesse contexto, uma alimentação saudável é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento da criança na idade escolar, em decorrência dos processos biológicos e psicomotores (Ribeiro; Silva, 2013).

Cada pessoa desenvolve suas próprias preferências alimentares a partir da infância, da escola e das famílias, que são responsáveis por escolher os alimentos mais saudáveis, uma vez que fatores genéticos e hereditários têm um impacto expressivo nesses padrões de hábitos (Cunha, 2014). Na mesma seara, acredita-se que na infância são estabelecidos os padrões nutricionais que serão influenciados na vida adulta. Esta é a fase em que os padrões de hábitos alimentares serão estabelecidos (Cavalcanti, 2009). A alimentação saudável é especialmente importante para as crianças durante a fase escolar, pois é quando ocorre seu desenvolvimento psicológico e o início da formação de hábitos alimentares e personalidade (Carvalho, 2016).

Uma alimentação balanceada e harmoniosa, tanto em quantidade quanto em qualidade, está diretamente ligada ao desenvolvimento físico e intelectual das crianças (Tozoni-Reis, 2010). A fome e a desnutrição têm impactos adversos para a saúde, o crescimento e as funções cognitivas (Kirch, 2013). Da infância até a vida adulta, as atividades educativas relacionadas à alimentação e nutrição ajudam a desenvolver novos conhecimentos sobre hábitos alimentares. Além de desenvolver e aperfeiçoar os hábitos alimentares das crianças, eles têm o potencial de evitar problemas de saúde alimentar na idade adulta (Bellinaso, 2018).

Assim, a escola é vista como o ambiente ideal para promover a educação nutricional e a promoção de uma alimentação saudável. Isso é resultado da forma como é organizado, o que permite que as crianças passem a maior parte do tempo consumindo suas refeições mais importantes (Lopes, 2017). A experiência de compartilhar alimentos saudáveis na escola estimula a socialização relacionada à alimentação. É defendido que os alimentos têm significados culturais, comportamentais e afetivos que não podem ser ignorados ao desenvolver estratégias para promover uma alimentação saudável (Oliveira, 2020). A alimentação tem um significado diferente em cada etapa da vida, mas continua sendo essencial em todas elas (Cunha, 2014).

2.1.2. Desafios e Vulnerabilidade da Alimentação Escolar no Contexto da SAN

A alimentação escolar é uma abordagem eficaz de alimentação que deve ser incluída nas questões de nutrição. Assim, embora desafiador, espera-se que todas as áreas do conhecimento possam contribuir para que a alimentação escolar seja incluída no currículo das escolas e que os professores e outros profissionais trabalhem em conjunto em diferentes disciplinas a respeito da importância da alimentação segura e nutricional (Barbosa, 2013).

A alimentação e a nutrição desempenham um papel fundamental no potencial de crescimento e desenvolvimento humano e são componentes essenciais para promover e preservar a saúde. Essa influência é particularmente notável na infância escolar, quando a criança passa por um rápido desenvolvimento biológico e psicomotor (Cavalcanti, 2012).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) visa respeitar, proteger, promover e assegurar os direitos humanos à saúde e à alimentação por meio de uma

variedade de políticas públicas. As mudanças sociais que afetaram a população brasileira nas últimas décadas resultaram na redução da pobreza e na exclusão social. Por outro lado, a população mais carente é que ingere o pior tipo de alimento, pouco nutritivo e com alto teor de gordura e açúcar (Ministério da Saúde, 2011).

Os alunos que sofrem de subnutrição geralmente não conseguem atingir os mesmos níveis de desempenho que seus colegas de classe que estão em ótimo estado nutricional. A inclusão de alimentos saudáveis no desenvolvimento educacional ajuda muito na construção da identidade e faz com que as pessoas sejam mais questionadoras e críticas (Ferreira, 2019).

A condição socioeconômica desfavorável, expõe problemas de insegurança alimentar com carência de nutrientes, que incluem atrasos no crescimento físico, desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento neuromotor (Nobre, 2017). A insegurança alimentar é um reflexo da desigualdade social que leva a diferenças na qualidade e no acesso, principalmente em domicílios pertencentes ao extrato socioeconômico mais desfavorecido, com menor renda per capita, predominantemente composta por pessoas com baixa escolaridade, população não branca, mulheres e um maior número de pessoas menores de 18 anos que são beneficiárias de programas de assistência social (Facchini, 2014).

Apesar dos avanços nas políticas de alimentação escolar, muitos estudantes não têm acesso a alimentos saudáveis em casa, o que afeta diretamente sua saúde. As crianças e adolescentes são mais propensas à insegurança alimentar porque estão em seu período de crescimento e desenvolvimento (Bueno, 2021). A alimentação adequada é vital para manter a saúde e o estado nutricional, especialmente em crianças e adolescentes, pois evita o desenvolvimento de doenças crônicas associadas à má alimentação, como o diabetes (Food and Agriculture Organization, 2014).

A insegurança alimentar ocorre quando não há acesso regular e consistente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para garantir a sobrevivência, o que resulta em compras imprecisas ou irregulares de alimentos, tornando-se uma preocupação significativa no Brasil, especialmente para as comunidades de baixa renda (Reinaldo, 2023). Assim, os estudantes que vivem em famílias economicamente vulneráveis são altamente afetados pela insegurança alimentar, que é caracterizada pela dificuldade de obter alimentação suficiente devido à escassez de recursos. A falta de acesso regular a uma dieta saudável pode levar a um déficit

nutricional, o que pode prejudicar o crescimento físico e cognitivo. O momento é propício para que crianças e adolescentes adotem hábitos alimentares saudáveis e valorizem as refeições regulares e preparadas em ambientes apropriados (Brasil, Ministério da Saúde, 2014).

A insegurança alimentar tem um impacto direto no desempenho escolar dos alunos e em seu desenvolvimento cognitivo. Existem evidências que sugerem que mudanças significativas no estado nutricional e na ingestão de nutrientes podem impactar o desempenho escolar devido a mudanças no desenvolvimento do cérebro e na capacidade de memória (Schmidt *et al.*, 2018).

Portanto, a alimentação escolar é importante para os alunos com dificuldades financeiras familiares e, em alguns casos, os alunos que frequentam escolas públicas podem chegar em jejum à sala de aula ou ter sua única refeição diária fornecida pela escola podem ir à escola apenas por causa da alimentação escolar (Gomes, 2009). Outro aspecto que deve ser considerado é a possibilidade de alimentação saudável de crianças em condições de vulnerabilidade. O mau consumo de alimentos e a privação de nutrição estão entre as causas comuns da condição socioeconômica desfavorável observada nessas crianças (Fonseca *et al.*, 2013). A formação de hábitos alimentares saudáveis é essencial durante o período escolar, para o qual estratégias de educação alimentar e nutricional são necessárias e a escola deve promovê-las (Bertin *et al.*, 2010).

A educação alimentar é eficaz e alcançar os objetivos desejados se a refeição escolar estiver disponível todos os dias letivos na escola, de qualidade e com adequação nutricional, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos e outros. O tema da alimentação deve fazer parte do plano de aula, orientando atividades multidisciplinares entre professores e outros profissionais. E a educação alimentar deve ser adotada em diversos níveis de política e áreas dos sistemas de ensino (Barbosa *et al.*, 2013).

Além da desnutrição, o sobrepeso e a obesidade são problemas crescentes entre os estudantes, refletindo a necessidade de políticas alimentares escolares que promovam hábitos saudáveis (Krey *et al.*, 2018). Os hábitos e comportamentos são impactados por mudanças sociais, econômicas e culturais. Um exemplo disso é o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados com alto teor de energia, gordura, açúcar e sódio. O consumo de alimentos aumentado devido às mudanças

no estilo de vida contemporâneo pode aumentar o peso e a obesidade, principalmente na infância (Andretta *et al.*, 2021).

O acesso limitado ou incerto a alimentos de qualidade e quantidade suficiente é a causa principal do consumo de alimentos não saudáveis em crianças e adolescentes em idade escolar (Morais, 2014). Quando a alimentação escolar não é fornecida regularmente, os alunos podem optar por comer alimentos menos saudáveis, levando-os de casa ou comprando esses alimentos em locais próximos às escolas. Isso os leva a competir pela alimentação escolar (Silva *et al.*, 2013).

Uma das questões que ainda preocupam muitas pessoas em todo o mundo é a fome. A Organização das Nações Unidas (ONU) avança no combate à fome como um dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹ porque é um desafio global. O ODS 2 visa garantir a eliminação de todas as formas de fome e desnutrição até o ano de 2030, principalmente no que diz respeito à fome na infância, que está ligada à alimentação escolar e inclui tanto a fome quanto outras formas de má nutrição, como a obesidade. Além disso, de acordo com essa perspectiva, a ONU prioriza a agricultura familiar e sustentável para aumentar a segurança alimentar e nutricional (ONU, 2015).

O Brasil enfrenta grandes dificuldades na execução de suas políticas de SAN, especialmente nas áreas rurais. Assim, a agricultura familiar desempenha um papel importante na produção e geração de renda, bem como no combate à pobreza e no fomento à segurança alimentar, especialmente em regiões menos desenvolvidas (Banco Mundial, 2008). A pandemia de COVID-19 tornou ainda mais evidente a importância dessas diretrizes, pois mostraram os riscos reais à saúde, especialmente para os grupos vulneráveis. Assim, a pandemia mostrou o quão importantes são as diretrizes globais para lidar com crises e garantir a SAN, o que requer políticas nacionais eficazes (Oliveira *et al.*, 2020).

¹ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil fazem parte de uma agenda global estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, conhecida como Agenda 2030 com o propósito de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. Desse modo, a Agenda 2030 é composta por 17 ODS que são: Erradicação da pobreza, Fome zero e agricultura sustentável, Saúde e bem-estar, Educação de qualidade, Igualdade de gênero, Água potável e saneamento, Energia limpa e acessível, Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis, Consumo e produção responsáveis, Ação contra a mudança global do clima, Vida na água, Vida terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes, e Parcerias e meios de implementação (ONU, 2024)

O PNAE é um instrumento vital para garantir a segurança alimentar e nutricional (SAN), impulsionado pela resiliência social e rural resultante da agricultura familiar no enfrentamento da pandemia do coronavírus (Silva *et al.*, 2020). Com a pandemia de COVID-19, por um período, a alimentação escolar passou a ser distribuída em kits. A alimentação escolar, que antes era planejada a partir da elaboração de cardápios e distribuída por meio de refeições, passou a ser distribuída em kits (Silva *et al.*, 2020).

Sendo o PNAE uma política pública significativamente incentivadora às ações em SAN e transformação do sistema alimentar brasileiro (Rossetti *et al.*, 2016), a oferta da alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19 foi vista como uma maneira de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por parte das pessoas menos favorecidas em termos socioeconômicos (Vasconcelos, 2020).

2.1.3. Elaboração do Cardápio Escolar

O cardápio escolar deve ser planejado estrategicamente para promover a SAN, diversidade cultural e nutrição. Os Guias Alimentares Baseados em Alimentos (GABA) servem como instrumentos para a organização dos princípios da alimentação e da nutrição, fornecendo orientação e práticas educacionais para educar as pessoas e fornecer informações sobre diretrizes públicas relacionadas à alimentação, nutrição, saúde e agricultura (FAO, 2007).

A alimentação dos alunos deve levar em consideração a adoção de hábitos alimentares saudáveis, pois isso ajuda os alunos a crescer e se desenvolver biopsicossocialmente (Brasil, 2009). Assim, a ingestão de uma variedade de alimentos *in natura* com pouco processamento é o resultado de uma alimentação saudável. Isso é refletido nas refeições tradicionais e dietéticas brasileiras. O aumento do consumo de produtos ultraprocessados e o impacto nos índices de morbimortalidade no Brasil levam à valorização desses alimentos (Oliveira, 2014).

Os Guias Alimentares Baseados em Alimentos (GABA) visam fornecer diretrizes para adotar hábitos alimentares adequados às características biológicas e socioculturais, com intuito de prevenir doenças crônicas (Oliveira, 2020). Assim, foram lançadas duas edições no Brasil em 2006 e em 2014. Assim, observa-se a

contraposição da primeira edição com a segunda em relação às dimensões sociais e alimentares.

O Guia Alimentar para a População Brasileira de 2006 estabelece diretrizes nutricionais com o objetivo de reduzir o consumo quantitativo de certos grupos de alimentos para evitar doenças. Estes princípios incluem uma abordagem integrada, uma perspectiva positiva, concepção de peças, flexibilidade na definição desses detalhes, uso de alimentos como referência, sustentabilidade ambiental, uma abordagem original brasileira, embasamento científico aliado à consideração da cultura alimentar e uma abordagem multifocal (Brasil, 2006).

No Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) de 2014, foi destacado (Oliveira, 2020) que a adoção de uma nova classificação permite o desenvolvimento de diretrizes alimentares que levam em consideração os limites do discurso nutricional e que incorporam discussões socioculturais e socioambientais, promovendo o prazer na alimentação e uma variedade de hábitos alimentares e o estímulo à prática culinária para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS).

As diretrizes alimentares da segunda edição abordam aspectos biológicos, comportamentais, culturais, socioeconômicos e ambientais da alimentação, com padrões baseados em alimentos in natura ou minimamente prescritos (Monteiro *et al.*, 2010). Por outro lado, a segunda versão do GAPB melhorou o contexto de consumo alimentar, os valores socioculturais do ato de comer e as diferentes formas de conhecimento, bem como a autonomia das pessoas (Davies *et al.*, 2018). O GAPB diz que os alimentos não são apenas ricos em nutrientes, mas também têm funções biológicas e possíveis benefícios para a saúde (Mattei, 2011) e têm significados simbólicos e emocionais associados ao ambiente social e cultural (Brasil, 2014).

A elaboração de um cardápio escolar balanceado estabelece a prioridade de fornecer uma alimentação saudável e incorporam a educação alimentar e nutricional ao processo de ensino, com base nos princípios da universalidade e da segurança alimentar e nutricional. Isso significa que a criação de um cardápio escolar equilibrado requer a consideração de critérios nutricionais e alimentares que garantam que as refeições sejam suficientes em termos de nutrientes essenciais (Brasil, 2009). A colaboração efetiva entre diretores, coordenadores, professores e nutricionistas é necessária para desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional nas escolas (Costa, 2021). A participação ativa de nutricionistas em reuniões pedagógicas e cursos de formação para professores pode ajudar a aumentar o conhecimento desses

profissionais da educação sobre nutrição e alimentação. Portanto, isso aumenta o conhecimento dos alunos sobre o assunto (Detreagiachi, 2021).

Os cardápios de alimentação para as escolas devem ser feitos com alimentos in natura ou minimamente congelados. Eles também devem levar em consideração os requisitos nutricionais, os hábitos alimentares locais e os padrões nutricionais (Dutra, 2009). Assim, para manter os estudantes saudáveis, os cardápios escolares devem seguir os rigorosos padrões nutricionais. O primeiro passo para incluir os produtores locais no PNAE é o planejamento do cardápio, que é feito pelo nutricionista Responsável Técnico – RT, considerando a vocação agrícola da região (Brasil, 2013).

A alimentação escolar deve ser de qualidade e quantidade suficiente para garantir as necessidades nutricionais essenciais e promover o desenvolvimento saudável e hábitos alimentares saudáveis (Amorim *et al.*, 2019). Ao longo do PNAE, os nutricionistas ajudam a mudar os hábitos alimentares dos estudantes, promovendo práticas alimentares mais saudáveis e promovendo a busca pela segurança alimentar e nutricional. Esse esforço ainda está acontecendo no ambiente escolar (Costa, 2001).

A prática regular de refeições compartilhadas está associada ao aumento no consumo de alimentos saudáveis e à redução no consumo de alimentos ultraprocessados. Isso tem um efeito positivo nas emoções, atitudes e comportamentos individuais, o que aumenta a satisfação com a vida e o bem-estar psicológico em um ambiente escolar (Brasil, 2006). A adesão às refeições fornecidas por diversos programas institucionais de alimentação e nutrição, como o PNAE, é fundamental. Isso se deve ao fato de que essas refeições são métodos eficazes para diminuir o consumo de alimentos ultraprocessados (Azevedo, 2016). O tipo de processamento usado na fabricação determina os padrões nutricionais e alimentares usados na preparação das refeições: alimentos in natura ou minimamente processados, óleos, gorduras, sal e açúcar; alimentos congelados e ultraprocessados (Brasil, 2014).

O Ministério da Saúde oferece o Guia Alimentar da População Brasileira, que os nutricionistas devem levar em consideração ao criar uma dieta. Assim, o cardápio deve incluir alimentos que indiquem uma dieta saudável, principalmente frutas e hortaliças. Por outro lado, deve-se evitar alimentos ricos em açúcares, líquidos, gorduras totais e saturadas. Para promover o prazer e a satisfação ao consumir os

alimentos, o cardápio deve maximizar as características sensoriais dos alimentos (Brasil, 2014).

Além disso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diz que o planejamento do cardápio deve garantir uma oferta de alimentação saudável, respeitando as características socioculturais da população, garantindo o desenvolvimento e crescimento das crianças e um rendimento escolar satisfatório (Silva; Martinez, 2008).

Para garantir a qualidade da alimentação escolar, o consumo de frutas, vegetais e alimentos integrais deve ser aumentado e o consumo de sal, açúcar e gordura deve ser diminuído (Veiros; Martinelli, 2012). A Resolução 06/2020 do FNDE determina que os cardápios dos alunos que fornecem alimentação escolar parcial devem incluir pelo menos 280 g de frutas in natura, legumes e verduras por semana, com um mínimo de dois dias de frutas in natura e três dias de legumes e verduras por semana. Os cardápios das escolas que fornecem alimentação escolar em período integral devem incluir pelo menos 520 gramas de frutas in natura, legumes e verduras por semana para cada aluno. Isso deve ser distribuído por pelo menos quatro dias semanais de frutas in natura e cinco dias semanais de legumes e verduras.

Além disso, a Lei nº 11.947/2009 permite a aquisição de alimentos originários da agricultura familiar, o que reduz a quantidade de alimentos congelados e ultraprocessados presentes na alimentação escolar e aumenta o consumo de alimentos in natura ou minimamente congelados (Triches *et al.*, 2016). Ao preparar cardápios, é fundamental levar em consideração os aspectos nutricionais e sensoriais, priorizando alimentos in natura e minimamente processados. Isso se deve ao fato de que as refeições oferecidas aos estudantes são um meio de promover uma alimentação saudável (Benvindo *et al.*, 2017), pois a falta de frutas e hortaliças folhosas compromete o transporte de fibras, vitaminas e minerais no cardápio oferecido (Fonseca; Souza, 2017).

O quadro 1 mostra como os alimentos consumidos no cardápio escolar são categorizados por tipo de processamento (Monteiro, 2010) e presente no Guia Alimentar para a População Brasileira, edição 2014. Esta classificação distingue os alimentos em diferentes grupos, como *in natura*, minimamente processados, processados e ultraprocessados, com base no grau de alteração dos alimentos em relação à sua forma original. Essa categorização é fundamental para a análise da

qualidade nutricional das refeições oferecidas nas escolas, bem como para a promoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

Quadro 1 - Classificação dos alimentos quanto ao tipo de processamento.

	Os alimentos classificados quanto ao tipo de processamento, de acordo com Monteiro (2010) .	
Grupo 01	Alimentos <i>in natura</i>	Quando são extraídos diretamente de plantas ou animais, são preparados para consumo sem que tenham sido modificados após terem deixado o ambiente natural.
Grupo 01	Alimentos minimamente processados	São alimentos <i>in natura</i> que foram submetidos a uma variedade de processos antes de serem comprados, incluindo limpeza, remoção de partes não comestíveis ou desejadas, secagem, embalagem, pasteurização, resfriamento, congelamento, congelamento e outros processos que não adicionam nada ao alimento original. Todos os tipos de frutas e frutos de origem vegetal e animal, sucos de frutas e polpas de frutas, verduras e legumes (alface, pimentão, tomate, chuchu, repolho, cebolinha, coentro, couve, hortelã, brócolis), arroz, feijão, raízes, tubérculos e bulbos (mandioca, batata inglesa, batata doce, abóbora, inhame, batata, cenoura, cebola. Todos os tipos de carne bovina, suína, ave, peixe, ovos, sementes, salmão natural, soja, frutos do mar, especiarias ou temperos, canela e coco seco ralado.
Grupo 02	Ingredientes culinários	São usados para temperar e cozinhar alimentos <i>in natura</i> ou minimamente congelados. Os açúcares (refinado, cristal, mascavo) e as gorduras (manteiga e óleos vegetais de soja, canola, glicerina e azeite).

Grupo 03	Alimentos processados	São produtos feitos principalmente com sal, por exemplo, pão feito com farinha de trigo, água, fermento e sal (mas sem adição de aditivos químicos ou gordura hidrogenada) ou açúcar (e eventualmente óleo ou vinagre). O objetivo das modificações é relativamente simples, pois foram feitas nesses alimentos para aumentar sua duração e palatabilidade. Os tipos de queijos (coalho, muçarela, ricota e minas frescas) são outro exemplo. Peixe em óleo, carnes salgadas, enlatadas e conservadas, milho, cebola e azeitonas.
Grupo 04	Alimentos ultraprocessados	São formulações industriais que estão prontas para consumo e são compostas totalmente ou principalmente de substâncias extraídas, derivadas de componentes de alimentos ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas.

Fonte: Adaptado de Monteiro (2010).

O planejamento, desenvolvimento e avaliação de cardápios são responsabilidades do nutricionista. Isso deve ser feito com atenção aos perfis epidemiológicos e faixas etárias das pessoas atendidas. Deve ter um cuidado especial em cuidar dos hábitos alimentares de cada localidade e das características agrícolas para promover uma alimentação saudável. O PNAE, por meio da Resolução nº 38, de 23 de agosto de 2004, determina a permanência de um profissional da nutrição para a construção dos cardápios. A exigência de um nutricionista para a elaboração dos cardápios é uma normativa garantidora a qualidade nutricional das refeições (Almeida; Locca, 2012). É essencial seguir as diretrizes condicionais da Resolução no 358/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e suas atualizações, no qual define as funções dos nutricionistas no contexto do Programa de Alimentação Escolar (Mello, 2012).

O planejamento da alimentação escolar é feito por um nutricionista responsável técnico (RT), de acordo com a Resolução CD/FNDE no 26/2013. Por outro lado, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é responsável por monitorar e fiscalizar os recursos destinados à alimentação escolar, garantir a qualidade dos alimentos e fornecer um parecer final sobre a implementação do programa. No entanto, o CAE

não é capaz de planejar ou implementar ações educacionais para os alunos (Brasil, 2013).

Quando a alimentação escolar é fornecida de forma irregular, os alunos são incentivados a complementar a alimentação com alimentos com baixos índice nutricional, mas extremamente palatáveis levados de casa, competindo com a alimentação escolar (Silva *et al.*, 2013). A fim de atender às necessidades nutricionais dos alunos de diferentes faixas etárias, as diretrizes do PNAE estabelecem padrões específicos para a quantidade de proteínas, carboidratos, vitaminas, minerais e fibras presentes em cada refeição. A diversificação das fontes alimentares é um componente essencial do cardápio, além dos critérios nutricionais. A inclusão de vários tipos de alimentos, como grãos, proteínas, legumes, frutas e laticínios, garante que os alunos tenham acesso a uma variedade de sabores e nutrientes, contribuindo para uma alimentação mais rica e equilibrada (Brasil, 2014).

2.2. Políticas Públicas na Formação do Cardápio Escolar

Uma variedade de intervenções e programas são usados para garantir o SAN e para que os alunos tenham acesso a alimentos saudáveis e equilibrados incluídos no cardápio escolar. Essas iniciativas incluem programas para combater a fome e a desnutrição, bem como educação alimentar e nutricional, que geralmente são realizadas em conjunto com organizações da sociedade civil e órgãos governamentais. A distribuição da alimentação escolares saudáveis e equilibradas tem se mostrado eficaz para melhorar a saúde e o bem-estar dos alunos, além de motivá-los a frequentar e participar da escola. O PNAE é uma iniciativa do governo que visa garantir que os estudantes tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Eles promovem a nutrição adequada e a valorização da cultura alimentar local e das cadeias produtivas, particularmente das pequenas empresas produtoras (Bianchini, 2017).

A Lei nº 11.947/2009 marcou as políticas públicas porque protege a agricultura familiar e obriga a utilização de pelo menos 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE para a compra de alimentos desses fornecedores (Triches;

Schneider, 2010). No entanto, a relação entre o PNAE e a agricultura familiar como fornecedora de alimentos para as escolas vai para além da simples provisão de refeições, tem um papel no desenvolvimento econômico das regiões rurais e na promoção da segurança alimentar em nível local. Esta seção tem como objetivo apresentar a importância da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar, com ênfase na participação da agricultura familiar na formação do cardápio escolar referenciado pelo PNAE.

2.2.1. O Papel das Políticas Públicas na Alimentação Escolar

Esta seção irá explorar a relevância das políticas públicas no processo de construção do cardápio escolar, destacando como essas políticas são fundamentais para garantir refeições nutritivas, balanceadas e culturalmente apropriadas no âmbito do PNAE e a parceria entre a agricultura familiar na contribuição para a promoção da segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento econômico local e a valorização das produções agrícolas regionais.

O PNAE é um dos pilares das políticas de alimentação escolar no Brasil, estabelece diretrizes e parâmetros que orientam a oferta de refeições de qualidade nas instituições de ensino, refletindo a preocupação governamental com a SAN e o bem-estar dos estudantes. A evolução das políticas públicas ao longo do tempo reflete a crescente compreensão da importância da alimentação escolar não apenas como uma questão de nutrição, mas também como um meio de promover a saúde, a educação e o desenvolvimento integral dos alunos.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, elenca que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a proteção à infância, a assistência aos desamparados (Brasil, 1988). Especificamente, o direito à educação, no artigo 205 da Constituição Federal, que é um direito e dever do Estado e da família. A educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o objetivo de alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificando-a para o trabalho (Brasil, 1988).

As políticas de alimentação e nutrição deram início ao programa de alimentação estudantil com o objetivo primordial de combater a desnutrição. No entanto, a percepção comum de que apenas alunos pobres e desfavorecidos são os

beneficiários da alimentação escolar contribui para uma visão assistencialista do programa, vinculando-o exclusivamente ao atendimento de estudantes de famílias de baixa renda que frequentam a escola unicamente em busca de alimento. Essa visão limitada subestima a importância integral dessa política, que vai além do assistencialismo, promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento integral de todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica (Silva, 2018).

Historicamente, a capacidade de produção agrícola de um país estava diretamente ligada ao seu problema de alimentação no período pós-guerra, buscava difundir a ideia de que a questão alimentar de um país estava intrinsecamente associada à sua capacidade de produção agrícola e que a erradicação da fome e da subnutrição no mundo poderia ser alcançada por aumento na produção agrícola. Isso supostamente seria conquistado por meio da adoção de um modelo agrícola baseado em grandes propriedades monocultoras e no uso intensivo de insumos químicos (Instituto Cidadania, 2001).

O conceito de alimento para o desenvolvimento foi institucionalizado na década de 1960. Assim começou a Revolução Verde, que aumentou a produção e a produtividade por meio de um forte aparato de apoio aos agricultores, como crédito e assistência técnica (Almeida Filho, 2007). Embora tenha gerado excedentes para os setores agrícolas mais desenvolvidos e aumentado a produção e a produtividade agrícola, não conseguiu resolver os problemas sociais relacionados à fome e à subnutrição, que ainda afetam muitas pessoas em todo o mundo. A capacidade de acesso aos alimentos tornou-se um problema fundamental para garantir a segurança alimentar estava associada à capacidade de acesso aos alimentos, deixando de ser estritamente vinculada à capacidade de produção agrícola (Fritz, 2014).

Na década de 1940, foi criado o Instituto Nacional de Nutrição do Brasil com o propósito de ofertar alimentação escolar. No entanto, a falta de recursos financeiros para a iniciativa de fomentar a alimentação escolar levou algumas escolas secundárias a criarem caixas escolares (fundos de reserva). A partir da década de 1950, foi criado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, conhecido como Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que era o programa nacional de alimentação escolar, bem como as políticas públicas de alimentação escolar, tornaram -se importantes como um meio de reduzir os índices de repetência e evasão escolar (Monteiro, 2005). Em 1965, mudou o nome para a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), de cunho assistencialista com o objetivo de combater a

desnutrição e ajudar crianças de baixa renda, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses da indústria, coletando os excedentes alimentícios (Silva, 2018).

A partir da Conferência Mundial de Alimentação de 1974, chamou a atenção para uma crise alimentar, particularmente o problema da fome, e relacionou-o com políticas de armazenamento e manutenção de estoques nacionais com foco em uma perspectiva produtivista (Costa, 2018).

Em 1976, foi financiado pelo Ministério da Educação e apoiado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, que reconheceu o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) antes de se tornar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 1979. O objetivo era atender às necessidades nutricionais dos estudantes durante sua estadia na escola, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar (Brasil, 2009).

A década de 1980 mostrou que o aumento da disponibilidade de alimentos não era suficiente para acabar com a fome global. Assim, como resultado, a FAO incluiu as condições de acesso aos alimentos como um fator importante na segurança alimentar (Costa, 2018). A FAO criou o conceito de segurança alimentar, em 1982, para reconhecer a importância de um fornecimento adequado de alimentos e garantir que todas as pessoas tenham acesso físico e econômico aos alimentos essenciais a qualquer momento (Fritz, 2014).

Entre as décadas de 1980 e 1990, o conceito de segurança alimentar refere-se agora ao acesso a alimentos seguros (não contaminados quimicamente ou biologicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável. Essa ideia foi reforçada na Conferência Internacional de Nutrição de Roma de 1992 pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), conceito que agora se passa a chamar de Segurança Alimentar e Nutricional (Valente, 2002).

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida criou comitês de arrecadação e doação de alimentos na década de 1990. A mobilização levou à criação do Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar, em 1993 e a elaboração do primeiro Mapa da Fome e a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Takagi, 2006). Com a descentralização da gestão do PNAE em 1995, a União passou a transferir recursos financeiros diretamente para o Distrito Federal, Estados e Municípios com a proposta de reduzir os custos e aumentar a

participação de todos os atores escolares, permitindo uma gestão mais eficaz e adaptada às necessidades locais (Menezes; Santos, 2001).

O PNAE é reconhecido como um dos maiores programas globais para incluir a alimentação escolar e levar em consideração o direito humano à alimentação adequada, bem como a segurança alimentar e nutricional (Gabriel *et al.*, 2014). A garantia do direito humano à alimentação adequada é um dos princípios do PNAE (Burity, *et al.*, 2010) principalmente devido a participação de movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades da sociedade civil nas questões de segurança alimentar e nutricional, especialmente a fome (Costa, 2008), obesidade, doenças alimentares causadas pela dieta, ingestão de alimentos de qualidade duvidosa ou perigosa para a saúde, métodos de produção de alimentos que afetam o meio ambiente, preços excessivos de produtos indispensáveis e padrões que não respeitam a diversidade cultural (Soares, 2020).

O PNAE e a SAN estão intimamente ligados, pois ambos visam garantir que todos tenham acesso a alimentos seguros e nutritivos. O objetivo principal do PNAE é fornecer alimentação escolar aos alunos e promover o aprendizado, o desempenho acadêmico, o crescimento biopsicossocial e a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Isso é feito educando os alunos sobre alimentação e nutrição, bem como pela oferta de refeições que atendem às necessidades nutricionais. Essa assistência abrange o período letivo e inclui crianças na pré-escola e estudantes das redes públicas, bem como crianças em instituições filantrópicas, escolas indígenas quilombolas e creches públicas (Brasil, 2009).

Assim, o PNAE representa o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, promove a segurança alimentar e nutricional, além de alimentação e refeições escolares (Libermann, 2015). Dentre as várias políticas públicas existentes no Brasil e que estão em conformidade com os organismos internacionais, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este é um dos maiores programas de suplementação alimentar da América Latina que garante o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e oferece SAN (Peixinho, 2013; Turpin, 2009).

Sua finalidade é fornecer aos alunos que frequentam escolas públicas uma alimentação segura e nutritiva, em que o governo federal repassa aos estados, distritos federais, municípios e escolas federais valores pecuniários suplementares em dez parcelas mensais de fevereiro a novembro, durante 200 dias letivos. O valor

será distribuído de acordo com o número de alunos inscritos (PNAE, 2022). Como resultado, o PNAE é uma das políticas assistenciais mais antigas do Brasil, focada na suplementação alimentar (Formiga; Araújo, 2011). Uma característica intrínseca do PNAE é a universalização e a gratuidade do fornecimento da alimentação escolar, juntamente com uma contextualização pedagógica para a formação consciente dos estudantes em hábitos alimentares saudáveis (Delors, 2000).

Por exemplo, a Lei nº 11.947/2009 aprovou um marco para alimentação escolar, determinando que por menos de 30% (trinta por cento) dos recursos do FNDE destinados à alimentação escolar sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar. Esta legislação, juntamente com outras leis, resoluções e portarias, enfatiza a importância da alimentação escolar como um sistema de fornecimento de refeições e incentivo ao crescimento das comunidades rurais. Ademais, essas normas estabelecem padrões para a composição nutricional das refeições e incentivam o consumo de alimentos saudáveis (Brasil, 2009).

O PNAE combina ações de vários setores, tornando a política pública mais efetiva e eficiente, pois vai além da saúde, maximizando os retornos para a sociedade (Brasil, 2009). Programas de alimentação escolar como o PNAE, ajudam na inclusão social e na agricultura local. O PNAE é uma política pública que envolve vários agentes econômicos, incluindo governo, agricultores familiares e escolas (Silva *et al.*, 2015).

Um arcabouço legal tem sido criado e ajustado no decorrer dos anos, tendo como principais ferramentas as resoluções que regulamentam o programa (Mattias, 2024). O quadro 2 apresenta algumas das principais resoluções tomadas pelo PNAE, de 2009 até 2022, que tiveram um impacto expressivo na forma como o programa é executado e sustentado:

Quadro 2 - Principais atos normativos do PNAE no período de 2009 até 2022.

Legislação	Número	Data	Descrição
Lei	11.947	16/06/2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Estabelece que no mínimo 30% dos recursos do FNDE devem ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar.
Resolução	CD/FNDE nº 26	17/06/2013	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Define diretrizes para a execução do programa, incluindo qualidade nutricional e sanitária dos alimentos.

Resolução	CD/FNDE nº 402	04/04/2015	Altera dispositivos da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, ajustando as regras de execução do programa e os critérios de aquisição de alimentos.
Resolução	CD/FNDE nº 108	02/02/2017	Define as diretrizes para a promoção da alimentação saudável e a prevenção da obesidade infantil no âmbito do PNAE. Estabelece critérios para cardápios que promovam hábitos alimentares saudáveis.
Resolução	CD/FNDE nº 381	06/08/2019	Dispõe sobre a aquisição de alimentos orgânicos no âmbito do PNAE. Prioriza a compra de alimentos orgânicos ou em transição agroecológica.
Portaria	MEC nº 806	04/04/2020	Estabelece critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao PNAE durante a suspensão das aulas presenciais devido à COVID-19. Permite a distribuição de kits de alimentos aos estudantes.
Resolução Normativa	CD/FNDE nº 608	05/05/2020	Estabelece regras para a execução do PNAE durante a situação de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19. Define diretrizes para a adaptação do fornecimento de alimentação escolar.
Resolução Normativa	CD/FNDE nº 2030	11/11/2021	Define diretrizes para a aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE. Especifica critérios para a seleção de fornecedores e chamadas públicas.
Resolução Normativa	CD/FNDE nº 1422	06/06/2022	Estabelece normas para a execução financeira do PNAE e critérios para a aquisição de gêneros alimentícios. Define procedimentos para prestação de contas e controle dos recursos.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados FNDE (2024).

A legislação e as normativas relacionadas à alimentação escolar fornecem a base para a implementação de políticas eficazes, conectando a legislação às práticas de SAN nas escolas. A tabela 1 apresenta os valores *per capita* por modalidade de ensino e suas respectivas regulamentações ao longo dos anos escolares de 2009 a 2022 nas Entidades Executoras (PNAE, 2024).

Tabela 1 - Preços repassados por aluno a cada ano escolar de 2009 a 2022.

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Escolas Indígena / Quilombola	Creches	Pré-Escola	Ensino Integral	Modalidade Diferenciada
2009	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,60	R\$0,30	R\$1,00	R\$0,60
2010	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,60	R\$0,30	R\$1,00	R\$0,60
2011	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,60	R\$0,30	R\$1,00	R\$0,60
2012	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,30	R\$0,60	R\$0,30	R\$1,00	R\$0,60
2013	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,70	R\$0,36	R\$1,00	R\$0,70
2014	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,36	R\$0,70	R\$0,36	R\$1,00	R\$0,70
2015	R\$0,50	R\$0,50	R\$0,50	R\$0,50	R\$0,50	R\$1,00	R\$0,50	R\$1,50	R\$1,00
2016	R\$0,50	R\$0,50	R\$0,50	R\$0,50	R\$0,50	R\$1,00	R\$0,50	R\$1,50	R\$1,00
2017	R\$0,60	R\$0,60	R\$0,60	R\$0,60	R\$0,60	R\$1,20	R\$0,60	R\$1,50	R\$1,20
2018	R\$0,60	R\$0,60	R\$0,60	R\$0,60	R\$0,60	R\$1,20	R\$0,60	R\$1,50	R\$1,20

2019	R\$0,65	R\$0,65	R\$0,65	R\$0,65	R\$0,65	R\$1,30	R\$0,65	R\$1,50	R\$1,30
2020	R\$0,65	R\$0,65	R\$0,65	R\$0,65	R\$0,65	R\$1,30	R\$0,65	R\$1,50	R\$1,30
2021	R\$0,70	R\$0,70	R\$0,70	R\$0,70	R\$0,70	R\$1,40	R\$0,70	R\$1,50	R\$1,40
2022	R\$0,70	R\$0,70	R\$0,70	R\$0,70	R\$0,70	R\$1,40	R\$0,70	R\$1,50	R\$1,40

Fonte: Elaborado pelo autor com dados FNDE (2024).

Enquanto política pública, diversos órgãos participam do PNAE (Quadro 3), assim, um conjunto de esforços são feitos para garantir que a alimentação escolar seja eficaz e para garantir este direito social aos estudantes. De acordo com a Lei Federal nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), os alunos da educação básica, que incluem educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, serão atendidos pelo PNAE. Estes alunos devem ser inscritos em instituições educacionais públicas, filantrópicas ou comunitárias em parceria com o poder público (PNAE, 2024). Isso mostra que a alimentação escolar é um direito social e dever do Estado, sendo por isso incentivada e promovida, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos por meio de ações de educação alimentar e nutricional, bem como fornecer aos alunos refeições que atendem aos padrões nutricionais conforme a faixa etária durante todo o período do ensino (PNAE, 2024).

Quadro 3 - Unidade e instâncias governamentais do PNAE.

Unidade / órgão	Descrição
Governo Federal, por meio do FNDE	Responsável pela definição das regras do programa. O processo de financiamento e execução da alimentação escolar começa neste ponto.
Entidades Executoras (EEx)	Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as Escolas Federais, que se responsabilizam pelo desenvolvimento de todas as condições para que o PNAE seja executado.
Unidade Executora (UEEx)	Sociedade civil sem fins lucrativos vinculada à escola com personalidade jurídica de direito privado, que pode ser fundada pela escola, pela comunidade ou por ambas. Representam a comunidade.
Conselho de Alimentação Escolar	Responsável pelo controle social do PNAE, que inclui o monitoramento da aquisição de produtos, a qualidade da alimentação oferecida aos alunos, as condições higiênicas em que os alimentos são armazenados, preparados e aprovados, a distribuição e o consumo, a execução financeira e a tarefa de avaliação da prestação de contas das EEx e a emissão do Parecer Final.
Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência,	Órgãos de fiscalização do governo federal.

Fiscalização e Controladoria Geral da União	
Ministério Público Federal	Recebe e investiga as denúncias de má gestão do programa.
Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são responsáveis pela inspeção sanitária, por atestar a qualidade dos produtos utilizados na alimentação ofertada e por articular a produção da agricultura familiar com o PNAE.
Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionista	Fiscalizam a atuação dos profissionais nutricionista.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados FNDE (2024).

Vale ressaltar que o CAE é o responsável pelo controle social do PNAE, que inclui visitas às escolas, participação, monitoramento e fiscalização da aquisição de produtos, qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo, aplicação dos recursos financeiros, cumprimento das diretrizes e objetivos de alimentação escolar, análise de prestação de serviços e emissão de pareceres conclusivos, comunicação de irregularidades ao FNDE, aos órgãos de controle e ao Ministério Público e a elaboração e apresentação do Plano de Ação anual das atividades (PNAE, 2024).

Acrescenta-se a participação da comunidade no controle social, monitorando as ações dos Estados, municípios e Distrito Federal para garantir a oferta da alimentação escolar segura e nutricional, bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de alimentos diversificados produzidos localmente, principalmente pela agricultura familiar e empreendedores familiares rurais, incluindo comunidades tradicionais indígenas quilombolas (PNAE, 2022).

Toda a cadeia produtiva agrícola e industrial contribui com a produção dos alimentos que compõem o cardápio escolar, principalmente aos agricultores familiares, em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/2009 são diretrizes do programa de emprego da alimentação saudável e adequada, abrangendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (Brasil, 2009).

Existem outros parâmetros que são usados para formular políticas públicas de alimentação escolar, tendo o foco em incorporar a educação nutricional e alimentar ao currículo escolar. Este deve abordar o assunto da alimentação e nutrição, bem como o desenvolvimento de práticas de vida saudável com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional para todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica (PNAE, 2024).

A implementação de políticas de alimentação escolar enfrenta uma variedade de obstáculos, como a burocracia e a necessidade de se ajustar às condições locais. Para Tricks e Baccarin (2016) observam que os requisitos burocráticos exigidos pelos fornecedores para se habilitarem às licitações impedem os agricultores familiares de participar da comercialização dos produtos locais e tradicionais (Van Der Ploeg, 2008; Wilkinson, 2008). É necessária a cooperação entre diferentes níveis de governo e organizações da sociedade civil, que pode ajudar no processo de inclusão de agricultores familiares no mercado institucional, se necessário para esclarecimentos sobre os trâmites de comercialização (Belik, 2015).

O PNAE foi criado pelo governo para atender à necessidade de garantir SAN no ambiente escolar. Representa um exemplo de política pública que reforça a importância de fornecer refeições saudáveis nas escolas e tem como objetivo principal contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o enfrentamento das vulnerabilidades alimentares dos estudantes, previsto pela Lei n.º 11.947/2009. E conseqüentemente, incentiva iniciativas de aquisição de alimentos em parceria com agricultores familiares, o que aumenta significativamente o nível de contribuição dos estudantes para a SAN (Mello, 2012).

2.2.2. Participação da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar

A agricultura familiar surge como conceito e tem sua legitimação perante o Estado em meados dos anos de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Grisa, 2010). A definição e o contexto da agricultura familiar são fundamentais para entender sua importância no

PNAE. A legislação brasileira, lei nº 11.326/2006², define quem são agricultores familiares, estabelecendo critérios específicos na prática atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais, utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

A agricultura familiar está associada à legitimidade do Estado ao conceder o termo após a criação do PRONAF em 1996. O programa teve como objetivo aumentar e fortalecer o apoio do Estado à agricultura familiar, implementando políticas diferenciadas de juros e apoio institucional, entre outras medidas (Schneider, (2003). Assim, o surgimento do PRONAF permitiu que os agricultores familiares tivessem acesso a um programa governamental que os apoiava e oferecesse linhas de apoio para capacitação técnica, investimentos em infraestrutura local para a agricultura e crédito para produtores com dificuldades de acesso a recursos de fontes tradicionais de financiamento (Silva, 2015). O PRONAF surgiu de um longo processo de mobilização social liderada por vários movimentos sociais ligados ao meio rural (Freitas *et al.*, 2012).

A agricultura familiar fornece a maioria dos produtos da cesta básica de alimentos, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). A participação significativa da agricultura familiar está ligada à segurança alimentar e nutricional, preservando alimentos tradicionais e contribuindo para uma alimentação diversificada e equilibrada (Heberlê *et al.*, 2017). Ela é essencial para combater a pobreza e promover a segurança alimentar, especialmente em regiões menos desenvolvidas (Banco Mundial, 2008). Contribuindo para a melhoria da dieta da população, os produtos da agricultura familiar geralmente são mais frescos e nutritivos. A distribuição de alimentos de melhor qualidade é facilitada pela

² Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

proximidade entre produtores e consumidores, bem como a participação do processo de aquisição de alimento escolar, no qual cria relações de confiança e respeito, disponibilizando conhecimento, acordos e benefícios para ambas as partes (Triches; Schneider, 2010).

2.2.3. Desafios e Perspectivas na Implementação das Políticas de Alimentação Escolar - PNAE ao Cardápio Escolar

A implementação das políticas de alimentação escolar depende da identificação e organização dos agricultores familiares para estabelecer um valor justo e igual de referência, uma pesquisa de preços será realizada, no qual garantirá que os recursos sejam destinados aos produtores corretos durante o processo de compra desses alimentos. Na maioria das vezes, estes estão relacionados aos preços da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), ou a média dos preços do mercado atacadista e varejista. Após isso, uma chamada pública será realizada. Nesse caso, com base no cardápio escolar, as Entidades Executoras informarão quais alimentos serão comprados do agricultor familiar para a alimentação escolar, tendo por base o cardápio escolar (BRASIL, 2022).

Os agricultores familiares que desejam comercializar para o PNAE irão desenvolver um projeto de venda. Sendo individuais (CPF) ou em grupos podem ser formais (CNPJ) (cooperativas ou associações) ou informais (grupos de agricultores). Todavia, precisava ter uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) emitida pelo INCRA, entidades de assistência técnica e extensão rural ou sindicatos de trabalhadores rurais. Além de cópias de documentos e amostras para controle de qualidade, o projeto de venda será entregue à Entidade Executora. Os itens serão examinados e aprovados para garantir que os alimentos adquiridos cumpram as legislações sanitárias. Uma vez concluída esta etapa, o instrumento será assinado e todos os termos do contrato que envolvem o processo de compra, venda e entrega de alimentos, bem como os direitos e deveres, serão explicados. Por fim, será emitido o Termo de Recebimento do Documento, que garante que as normas do contrato em relação à qualidade dos alimentos e ao cronograma estão sendo cumpridas. (BRASIL, 2022).

Para obter o DAP, os beneficiários do PNAE devem se concentrar na produção de alimentos diversificados, com atenção à conservação dos recursos naturais, modelos de sustentabilidade e agrobiodiversidade. Um meio de garantir que os agricultores familiares estejam em conformidade com os objetivos do PNAE é a DAP, que facilita a incorporação de agricultores familiares ao programa (Altieri, 2012).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) criou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para substituir a DAP com a finalidade de acesso ao crédito rural, no âmbito do PRONAF, PAA e PNAE. Além disso, para facilitar a transição entre os dois sistemas, diversas Portarias do MDA foram publicadas no Diário Oficial da União, no qual prorroga-se a vigência das DAPs, que era para ter sido até finalizada em 31 de outubro de 2022 para os agricultores familiares em todo o Brasil possam garantir que as políticas públicas destinadas aos agricultores familiares continuem disponíveis durante esse período de transição (Brasil, 2024).

Após esse prazo, o CAF passa a ser o instrumento para identificar e qualificar os destinatários da Política Nacional da Agricultura Familiar, incluindo Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), Empreendimentos Familiares Rurais e formas associativas da agricultura familiar, incluindo cooperativas agropecuárias e associações rurais. Desse modo, o CAF, assim como a DAP, permitirá que os agricultores familiares tenham acesso a todas as políticas públicas destinadas a promover e fortalecer a agricultura familiar (Brasil, 2024).

O programa de alimentação escolar é um exemplo de como as políticas públicas de alimentação podem aproximar os pequenos produtores ao consumidor (Real; Schneider, 2011). Os programas públicos de alimentação, como o PNAE, ajudam os pequenos produtores a se conectarem com os estudantes, promovendo a segurança alimentar e nutricional. Um passo importante nesse processo é encontrar os agricultores familiares, que através de aquisição de alimentos que compõem os cardápios escolares, vão valorizar a produção agrícola local e orgânica (Brasil, 2009). Ressalta que os alimentos adquiridos dos agricultores familiares usados nas preparações dos cardápios escolares são classificados de acordo com o tipo de processamento que foram realizados durante a produção, como: alimentos in natura ou alimentos minimamente processados; óleos, gorduras, sal e açúcar; alimentos processados e alimentos ultraprocessados (Brasil, 2014). Assim, promove a educação alimentar e nutricional do PNAE, que é satisfazer uma alimentação

saudável e adequada nas escolas, incentivando a utilização de produtos orgânicos, agroecológicos e sociobiodiversidade, bem como promover hábitos alimentares saudáveis em escala regional e cultural (PNAE, 2014).

Entretanto, há uma diferença entre produtos orgânicos e/ou agroecológicos. Para ser considerado orgânico, o produto deve ser produzido em um ambiente que respeite as relações sociais e culturais, bem como o uso consciente dos recursos naturais, incluindo solo, água e ar. O uso de substâncias que possam colocar em risco a saúde humana e o meio ambiente é proibido. Os fertilizantes transgênicos, agrotóxicos e solúveis sintéticos não são usados. Para ser considerado orgânico agroecológico, não se refere a um sistema de produção ou a uma prática agrícola específica. Em vez disso, integra conhecimentos científicos (agronômicos, veterinários, zootécnicos, ecológicos, sociais, econômicos e antropológicos) com conhecimentos populares para a compreensão, avaliação e implementação de sistemas agrícolas (PNAE, 2013).

Portanto, para garantir o uso adequado dos recursos na aquisição de alimentos é necessária uma gestão municipal de alta qualidade e transparente na aquisição de alimentos essenciais para a produção de alimentos, especialmente aqueles provenientes da agricultura familiar (Gabriel *et al.*, 2014). Todavia, há dificuldades na compra e distribuição de alimentos, principalmente os provenientes da agricultura familiar. Então, para superar esses problemas, a gestão precisa ser transparente e de qualidade. É difícil incluir alimentos regionais nos cardápios por motivos logísticos e de aceitação dos estudantes com o objetivo de promover uma vida saudável, o cardápio da escola deve ser planejado de acordo com os hábitos alimentares e os alimentos produzidos em cada localidade (Dutra, 2009). A implementação da compra da agricultura familiar como uma ação por parte dos gestores públicos evitará problemas como assessoria técnica para agricultores, logística e armazenagem, diagnóstico e interação agrícola local/regional e a criação de fóruns participativos de planejamento, o que potencializará o desenvolvimento local (Saraiva *et al.*, 2013).

A incorporação da agricultura familiar na alimentação escolar tem um impacto positivo na economia local e na qualidade dos alimentos oferecidos. Isso é demonstrado pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferece acesso a crédito e permite a entrada no mercado; e pela Lei da Agricultura Familiar sob o nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que incorpora a agricultura familiar em outros setores do governo (Grisa, *et al.*, 2010). Garantir

alimentos seguros e nutritivos nas escolas aumenta a produção local (Baccarin et al., 2017). Por meio da distribuição de renda e criação de empregos, a agricultura familiar foi implantada às políticas públicas com o objetivo de promover a SAN (Brasil, 2011). O desenvolvimento local é impulsionado pela alimentação escolar, o que fortalece a economia regional favorável aos agricultores familiares, assim, desenvolve a agricultura rural no Brasil. (Turpin, 2009).

Todavia, são esmagadas devido às políticas de modernização agrícola que promovem a agricultura em larga escala, o setor enfrenta dificuldades historicamente significativas. A orientação do Estado para o processo de modernização, conhecido como Revolução Verde, aumentou nas décadas anteriores. Isso, em conjunto com a expansão econômica e a instabilidade, deixou de lado a inserção produtiva da agricultura familiar (Grisa & Schneider, 2015).

Nas últimas décadas, políticas públicas que promoveram a inclusão e o apoio à agricultura familiar visaram reverter esse cenário. A agricultura familiar é essencial para combater a pobreza e promover a segurança alimentar, especialmente em regiões menos desenvolvidas (Banco Mundial, 2008). Os programas visam fortalecer a agricultura familiar e aumentar a participação dos pequenos produtores no mercado, incluindo a criação do PRONAF e a implementação do PNAE. Uma ruptura profunda ocorre quando a produção familiar e a local são combinadas para substituir a produção de alimentos em escala (Friedmann, 2000; McMichael, 2009; Van Der Ploeg, 2011, 2008).

Para garantir a qualidade da alimentação oferecida, os cardápios escolares enfrentam problemas logísticos e burocráticos, que precisam ser resolvidos (Triches; Baccarin, 2016). A implementação da compra da agricultura familiar no PNAE é um desafio devido à complexidade da interação entre agricultura familiar, alimentação escolar e poder público local para a execução da política (Assis, 2019). Nessa situação, o incentivo e o apoio à agricultura familiar têm se mostrado essenciais para a criação e implementação de políticas municipais de SAN e de desenvolvimento local que visam promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Maluf, 2011).

A cooperação entre as políticas de SAN e PNAE promove uma alimentação equilibrada e saudável nas escolas. A promoção de uma alimentação segura e nutricional é garantida pela interação das políticas públicas de alimentação escolar, particularmente o PNAE (Brasil, 2009). Além disso, as interações nas políticas de

alimentação escolar envolvem vários níveis governamentais e setores. Isso inclui a criação de políticas públicas e as interações no âmbito federal entre órgãos, agentes públicos e processos relacionados à aquisição, preparação, distribuição, vigilância e padrões alimentares locais (Santos, 2007). O futuro do PNAE e da agricultura familiar no Brasil depende de políticas públicas que atendam às necessidades dos pequenos produtores e promovam práticas de desenvolvimento socioeconômico dos alimentos, que são regulados tanto pelo mercado quanto pelo Estado (Triques, 2015). A continuidade e o aprimoramento do PNAE são essenciais para fortalecer a economia rural e garantir que as pessoas mais vulneráveis recebam alimentos e nutrição de qualidade (Sonnino *et al.*, 2014).

O estado criou o PRONAF, que permite acesso ao crédito e inserção no mercado, destacando a importância da agricultura familiar tanto na revisão do arcabouço teórico do desenvolvimento rural quanto na atuação do Estado, devido à necessidade urgente de políticas públicas que garantam a nutrição adequada para toda a população, especialmente em áreas rurais. As políticas de segurança alimentar são essenciais e tornam uma realidade prática e acessível para todos (Grisa; Schneider (2015).

Uma abordagem bem sucedida para reduzir a fome no Brasil tem sido a implementação de políticas públicas, como o fortalecimento da agricultura familiar, em conjunto com programas de assistência financeira para as populações economicamente mais necessitadas, como o Programa Bolsa Família (FAO, 2014). As famílias que recebem o Programa Bolsa Família vêm das camadas sociais mais desfavorecidas, o que indica que o programa ajuda as pessoas mais vulneráveis (Ferreira, 2014). É importante ressaltar que as famílias que sofrem de insegurança alimentar que recebem assistência do Programa Bolsa Família destinam a maior parte de seus recursos para comprar alimentos (Traldi, 2013).

A avaliação contínua dos cardápios escolares garante que eles funcionem com eficiência e atendam às necessidades nutricionais dos alunos. O PNAE vem sendo estudado por autores de diversos campos da ciência, como Economia (Belik; Chaim, 2009), sociologia rural (Triches; Schneider, 2010), desenvolvimento rural (Silva; Dias; Amorim Junior, 2015), agricultura familiar (Becker *et al.*, 2011) e nutrição (Oliveira *et al.*, 2022).

2.3. A Agricultura Familiar e Suas Vocações Produtivas no Aperfeiçoamento do Sistema de Alimentação Escolar

As políticas públicas voltadas à agricultura familiar têm melhorado a qualidade de vida dos agricultores e o crescimento das economias locais. A demanda pública por alimentos está se tornando cada vez mais crucial para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural (Sonnino et al., 2014). A participação dos pequenos produtores em programas institucionais de compras, como o PNAE, tem fortalecido a economia rural e garantido a oferta de alimentos seguros e nutritivos. Os mercados institucionais, executados pelo Programa Nacional de Alimentação (PAA) e pelo PNAE, promovem a aquisição direta de alimentos para as famílias (Brasil, 2016). Estes programas ajudam os pequenos agricultores a viver melhor e reduzir a pobreza rural, melhorando a diversidade e a qualidade da alimentação, proteger o meio ambiente e desenvolver a agricultura familiar (Estevan & Mior, 2014).

2.3.1. Programa Territórios da Cidadania

No Brasil, os Territórios de Identidade e os Territórios Rurais foram os primeiros a promover políticas públicas com viés territorial. Os Territórios da Cidadania consolidaram essa nova abordagem de desenvolvimento. (Carvalho, 2012). Os Territórios da Cidadania é um programa cujo objetivo é a promoção do desenvolvimento econômico e universalização dos programas básicos de cidadania por intermédio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. O território é um conjunto de municípios que compartilham a mesma identidade, coesão social, cultural e geográfica, bem como características econômicas e ambientais. A construção dessa estratégia depende da participação social e da integração das ações entre os governos federal, estadual e municipal (Territórios da Cidadania, 2009).

Os territórios foram implantados em regiões com baixa economia e com um Índice de maior número de agricultores familiares, menor Desenvolvimento Humano (IDH), assentados, quilombolas e povos indígenas, priorizando historicamente as populações rurais de acordo com as políticas de desenvolvimento. Isso levou à

criação do programa Territórios Rurais em 2003 (Sirqueira, 2015). O início do programa Territórios da Cidadania está ligado à criação dos Territórios de Identidade e, posteriormente, dos Territórios Rurais. No Brasil, os Territórios de Identidade e os Territórios Rurais foram os primeiros a promover políticas públicas com vistas territoriais. Os Territórios da Cidadania consolidam essa nova abordagem de desenvolvimento. (Carvalho, 2012).

O Programa Territórios da Cidadania criado em 2008, obedeceu os seguintes critérios para escolha e priorização do território a ser incorporado, são eles: A adesão ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, Maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, Maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas, Baixo dinamismo econômico (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, os Territórios da Cidadania foram criados e distribuídos pelo interior do país atingindo áreas que de forma mais intensa foram afetadas pelas mazelas produzidas pelo processo histórico e de forma mais intensa no período de modernização e industrialização, que foi responsável por fomentar disparidades espaciais entre as regiões brasileiras. Como parte deste contexto, sabe-se que diversas localidades do país, por um bom tempo, passaram despercebidas das políticas públicas, principalmente por encontrarem-se distantes das áreas de influência das grandes cidades e do mesmo modo em decorrência de questões políticas. Por consequência, o abandono dessas diferentes áreas pelo Estado facilitou o fortalecimento dos poderes autoritários locais, a exploração e ocupação territorial por parte das elites dominantes, cenário comum no conjunto do território nacional (Carvalho, 2012).

O nome do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho está relacionado à bacia hidrográfica do Rio Vermelho, que conecta os municípios que compõem o território. Foi à margem do rio Vermelho que se iniciou um dos primeiros povoamentos de Goiás, devido à mineração no século XVIII. A partir do século XIX, ocorreu uma fragmentação da área que compunha a antiga capital, surgindo novos municípios ao longo do tempo (Silva, 2014).

Os municípios que compõem o Território Vale do Rio Vermelho foram criados por lei nos seguintes anos: Buriti de Goiás, em 1992; Carmo do Rio Verde, em 1952; Córrego do Ouro, em 1934; Goiás, em 1736; Guaraíta, em 1992; Heitoraí, em 1963; Itaberaí, em 1868; Itaguari, em 1988; Itaguaru, em 1958; Itapirapuã, em 1958; Itapuranga, em 1953; Morro Agudo de Goiás, em 1988; Mossâmedes, em 1952; Sanclerlândia, em 1963; Taquaral de Goiás, em 1963; e Uruana, em 1948. (Silva, 2014).

Os municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho são compostos por propriedades de pequeno porte e mini propriedades rurais, com um percentual expressivo de produções agrícolas familiares. O município de Goiás tem o maior número de assentamentos de reforma agrária em todo o Brasil. Muitos municípios, como Heitoraí, Goiás, Itaberaí e Itapirapuã, possuem propriedades maiores e uma extensão territorial maior. (Camargo, 2014).

2.3.2. Incentivos e Programas de Apoio à Agricultura Familiar no Contexto da Alimentação Escolar

A alimentação escolar é um componente importante do desenvolvimento local, pois ajuda os agricultores familiares (Turpin, 2009). Uma estratégia importante para aumentar a diversidade alimentar é incluir alimentos da agricultura familiar nos cardápios escolares (Brasil, 2009). A demanda pública por alimentos está associada à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural (Sonnino *et al.*, 2014).

Uma estratégia importante para aumentar a sustentabilidade e a diversidade alimentar é incluir alimentos da agricultura familiar nos cardápios escolares (Brasil, 2009). Uma das principais vantagens da colaboração entre a agricultura familiar e as escolas é o acesso a alimentos nutritivos e saudáveis. No entanto, é necessário superar os desafios logísticos e de aceitação para que a parceria funcione. A gestão municipal é uma parte importante do processo. Assim, para adquirir os produtos necessários para a produção de alimentos, especialmente aqueles provenientes da agricultura familiar, é necessária uma gestão escolar de alta qualidade e transparente (Gabriel *et al.*, 2014).

A compra da agricultura familiar como uma ação de implementação de políticas e suporte técnico por parte do gestor escolar potencializará o desenvolvimento local. Capaz de fornecer assessoria técnica para agricultores e pecuaristas, logística e armazenagem, diagnóstico e interação agrícola local, bem como criando fóruns participativos de planejamento (Saraiva *et al.*, 2013). O desenvolvimento socioeconômico é afetado pelos alimentos, que são regulados tanto pelo mercado quanto pelo Estado (Triques, 2015).

No entanto, uma das principais barreiras à participação efetiva da agricultura familiar nos mercados institucionais é a burocracia. A modalidade específica de aquisição da alimentação escolar dificultou a participação dos agricultores familiares. Isso foi causado pelos requisitos burocráticos exigidos dos fornecedores para participar de convocações públicas (Triques; Baccarin, 2016). Os agricultores familiares devem aderir a organizações sociais, padrões de entrega regulares e normas sanitárias para permitir a venda de alimentos da agricultura familiar às escolas. Além disso, eles devem se conectar com unidades executoras, entidades e outras organizações locais que apoiam esse processo (Grisa, 2012; Abreu, 2014).

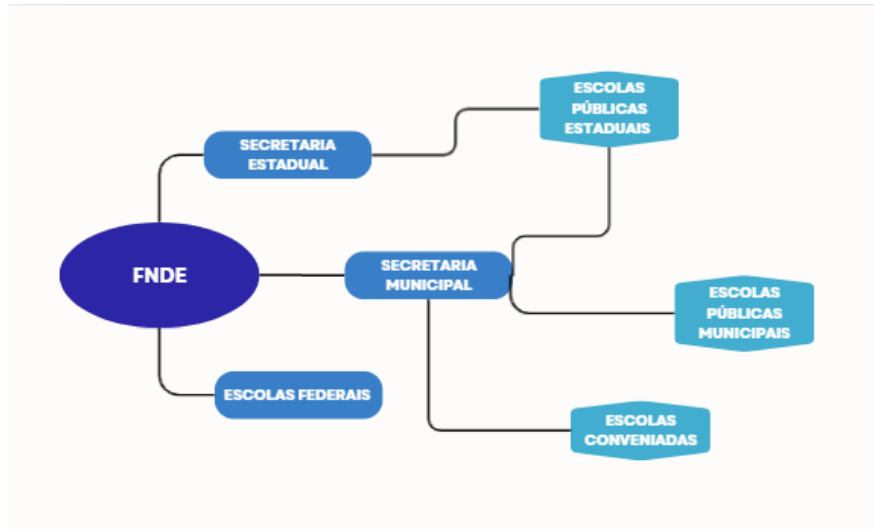
A criação de hábitos alimentares e nutricionais saudáveis durante o período escolar é crucial. Para atingir esse objetivo, as estratégias de educação alimentar e nutricional são essenciais como hábitos e a escola deve incentivá-los (Bertin *et al.*, 2010). A comercialização dos agricultores familiares que valorizem os produtos locais e tradicionais representa uma oportunidade significativa para a agricultura familiar. A criação de novos espaços que a agricultura familiar possa ocupar, através da criação de circuitos de comercialização que reforcem a demanda por produtos tradicionais e locais (Van Der Ploeg, 2008; Wilkinson, 2008). O apoio aos agricultores familiares inseridos dentro das políticas públicas objetivando a SAN, por meio da distribuição de renda e geração de empregos (Brasil, 2011).

2.3.3 Potenciais e Desafios da Parceria entre Agricultura Familiar e Escolas.

A análise do desempenho da avaliação e monitoramento mostra que, embora a legislação garanta o repasse financeiro de pelo menos trinta por cento dos recursos do FNDE (Figura 1), existem diversas discrepâncias na execução do PNAE. Assim, a avaliação e o monitoramento são essenciais para garantir a eficácia do PNAE. Identificar e corrigir os problemas na execução do programa é essencial para atingir

os objetivos do programa. Os CAE são responsáveis pelo cuidado com a qualidade e a aceitabilidade dos cardápios, bem como pelas atividades e recursos relacionados à alimentação escolar (Gabriel *et al.*, 2013; Bandeira *et al.*, 2013).

Figura 1 - Repasse de recursos financeiros PNAE a Entidade Executora



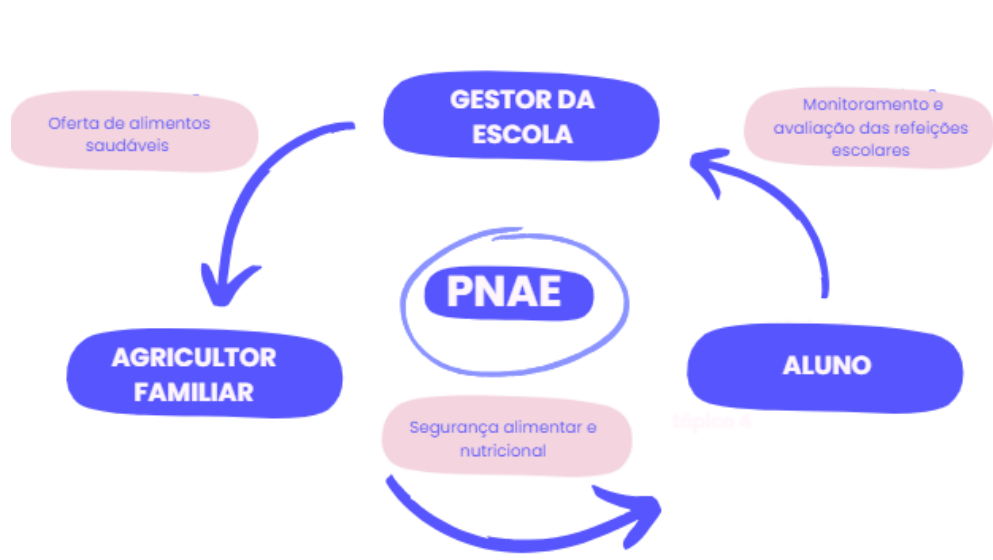
Elaborado pelo autor com dados da pesquisa PNAE (2024).

A implementação da compra da agricultura familiar no PNAE é difícil devido à complexidade da interação entre agricultura familiar, alimentação escolar e poder público local para a execução da política (Assis, 2019). A complexidade da implementação exige acompanhamento constante para garantir que as políticas funcionem e que os recursos sejam usados corretamente. Uma estratégia importante para aumentar a diversidade alimentar é incluir alimentos da agricultura familiar nos cardápios escolares (Brasil, 2009).

A interação entre a agricultura familiar e as escolas apresentam dificuldades. Isso se deve ao fato de que a aproximação entre a agricultura familiar, a alimentação escolar e o poder público local para a execução da política pública alimentar é complexa. Portanto, para garantir o uso adequado dos recursos, é necessária uma gestão de qualidade e transparência na compra dos produtos necessários para a produção de alimentos, especialmente aqueles provenientes da agricultura familiar (Gabriel *et al.*, 2014).

A Figura 2 apresenta as parcerias do PNAE entre os atores: gestor escolar, agricultor familiar e o aluno, pela oferta de alimentos saudáveis, seguros e nutritivos nas refeições escolares, no qual passa por constante monitoramento e avaliação.

Figura 2 - Parcerias do PNAE entre os atores.



Elaborado pelo autor com dados da pesquisa PNAE (2024).

A dinâmica de funcionamento do PNAE evidencia-se na inter-relação entre os principais atores / parceiros envolvidos: o gestor da escola, o agricultor familiar e o aluno. O gestor desempenha papel de articular a oferta de alimentos saudáveis, promover o monitoramento e a avaliação das refeições escolares, e garantir a efetiva implementação do programa. O agricultor familiar contribui com o fornecimento de alimentos, fortalecendo a agricultura local. Já os alunos são beneficiados com refeições que asseguram a segurança alimentar e nutricional, aprimorando o desempenho escolar.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1. Procedimentos Metodológicos

Este tópico aborda os métodos empregados para responder ao objetivo da pesquisa. Discorre, assim, acerca da natureza e abordagem, finalidade (objetivos) e meios da pesquisa (métodos).

3.1.1. Natureza e abordagem da Pesquisa

A escolha de uma metodologia de pesquisa para um pesquisador não pode ser uma questão de preferência. A decisão deve ser baseada nas questões que o pesquisador coloca, no tipo de informações que ele espera obter e no tipo de resposta que ele espera produzir (Augusto, 2014)

Em relação à natureza, a pesquisa adotou o método qualitativos, exploratório e descritivos, que são adequados para o emprego de ferramentas teóricas, exploratórias documentais e de caráter histórico (GIL, 1995; LEITE, 2008). As pesquisas são classificadas em três grupos: estudos exploratórios, estudos descritivos e explicativas. A pesquisa exploratória busca ideias e soluções, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno de estudo (Selltiz *et al.*, 1974).

Assim, a metodologia adotada para a pesquisa será de abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar as contribuições da agricultura familiar na formação do cardápio escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, no estado de Goiás, entre 2009 e 2022. A escolha pela análise qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade os fenômenos relacionados à integração da agricultura familiar e a política pública de segurança alimentar e nutricional no contexto escolar (PNAE).

A pesquisa descritiva expõe as características de uma população ou fenômeno específico capaz de caracterizar as variáveis e determinar como elas se relacionam entre si, com preocupações práticas, como os da pesquisa exploratória (Gil, 2007). Portanto, ele não tem compromisso em explicar os fenômenos que

descreve, embora sirva como base para tal explicação (Vergara, 2004, p. 47). A pesquisa explicativa busca descobrir os fatores que levam à ocorrência de um fenômeno específico. Portanto, busca explicar a razão por trás dos pensamentos (Gil, 2007; Vergara, 2004).

A pesquisa exploratória parece ser a mais adequada quando o problema é pouco conhecido. Uma análise qualitativa pode ser a melhor opção quando o estudo é descritivo e o objetivo é entender o fenômeno em sua complexidade. Ainda quando o objetivo é compreender a complexidade das relações sociais e culturais que se estabelecem dentro das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer informações pertinentes. Isso significa que a escolha da metodologia qualitativa é feita após a definição do problema e definição dos objetivos da pesquisa (Godoy, 1995).

3.1.2. Finalidade da pesquisa (objetivos)

Além disso, é notável que esta pesquisa seja descritiva e se concentre em um grupo específico. O principal objetivo da pesquisa é descrever um fenômeno em uma população específica, como as práticas de produção de agricultores familiares. Além disso, abrange um caráter exploratório, pois inclui levantamento bibliográfico (Gil, 2002).

Inicialmente, foi realizada a pré-análise, que corresponde a uma revisão inicial do trabalho. Para melhor entender o objeto de pesquisa, essa fase é marcada pela tomada de decisões sobre a problematização, objetivos, conjecturas, formação de problemas centrais e secundários, bem como sobre visões de literatura e escolha de amostras e textos (Bardin, 2016).

Desse modo, a pesquisa busca identificar as principais contribuições da agricultura familiar na formação do cardápio escolar, com padrões de segurança alimentar e nutricional referenciados pelo PNAE, no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, no estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2022. E especificamente, analisar a integração da agricultura familiar no contexto da alimentação escolar dos 16 municípios que compõem o Território, bem como avaliar a eficácia das políticas públicas no suporte à agricultura familiar e a garantia de

padrões de segurança alimentar e nutricional eficientes na aplicação de recursos públicos PNAE.

Ao iniciar a pesquisa, com o fim de promover coleta de dados, foi realizada a análise de dados de abordagem qualitativa a fim de atender ao problema e aos objetivos da pesquisa. Observação, análise de documentos e entrevista são os métodos mais comuns durante o processo de coleta de dados, segundo Gil (1991).

A codificação, que é a conversão de dados brutos em unidades agregadas, que permite a representação das características do conteúdo. A fim de estabelecer uma conexão entre os levantamentos bibliográficos e o referencial teórico utilizado. Este estudo empregou um enfoque nas palavras, tema e documento, seguindo as diretrizes de Bardin (2016). O objetivo desta fase, foi procurar trechos ou citações que mostrassem essa conexão, assim, buscou-se identificar as contribuições da agricultura familiar na composição do cardápio escolar, com base nos padrões de segurança alimentar e nutricional estabelecidos pelo PNAE, no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, em Goiás, no período de 2009 a 2022.

A coleta de dados foi realizada a partir de revisão de literatura que incluiu artigos publicados, dissertações e teses, legislação, fontes de instituições reconhecidas como FAO, Ministério da Educação, FNDE associados ao tema PNAE e à agricultura familiar, publicados nos períodos a partir da Lei 11.947/2009 até a vigência do DAP, que seria substituído pelo CAF em 31 de outubro de 2022. O estudo se concentrou em dados e estudos relacionados ao Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho. A seleção dos descritores, a fim de facilitar o processamento da pesquisa bibliográfica e o acesso aos artigos científicos, através de palavras-chave, conhecidas também como *key-words*, como agricultura familiar, alimentação escolar, PNAE, cardápio escolar, Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

Assim, o referencial teórico tem o intuito de mostrar (Quadro 4) como a contextualização entre a segurança alimentar e nutricional e sua aplicação nas escolas sob a perspectiva das principais diretrizes da FAO, bem como a inserção do PNAE, uma das principais políticas públicas para promover a alimentação escolar, utilizando dados divulgados pelo governo federal e verificando os cardápios escolares às produções locais da agricultura familiar em 16 municípios do Território da Cidadania do Rio Vermelho de 2009 a 2022, e por fim avaliar a eficácia das políticas públicas para apoiar a agricultura familiar e garantir padrões de segurança alimentar e nutricional eficientes na aplicação de recursos públicos (PNAE).

Quadro 4 - Eixos temáticos de desenvolvimento do Referencial Teórico.

Referencial Teórico - 3 eixos:
1. Retrospectiva histórica.
2. Aspectos conceituais.
3. Eventos que contribuíram e as consequência do problema.
• Segurança Alimentar e Nutricional e sua Aplicação no Contexto Escolar.
• Políticas Públicas na Formação do Cardápio Escolar.
• A Agricultura Familiar e Suas Vocações Produtivas no Aperfeiçoamento do Sistema de Alimentação Escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho no Estado de Goiás.

Elaborado pelo autor (2024).

3.1.3. Meios da pesquisa (métodos)

O procedimento para análise dos artigos científicos da revisão de literatura foi conduzido, primeiramente, com a leitura e fichamentos dos artigos para entender o tema proposto e estabelecido. Após a leitura foi realizada uma análise comparativa entre as definições e resultados de diferentes estudos, identificando padrões e divergência entre eles, o que possibilitou uma visão do tema e interação entre a base definida de estudos, elaboração de cardápio escolar e uma compreensão detalhada de como a agricultura familiar contribuiu para a alimentação escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

A busca de artigos científicos foi em base de dados como *Scielo*, *Scopus*, Google acadêmico para localização dos artigos escolhidos que permitiram uma busca de referencial teórico sólido e eficiente, alinhados aos objetivos e justificativa do projeto. A categorização das respostas permitiu identificar a frequência e a prevalência de temas específicos relacionados ao PNAE e à agricultura familiar. A comparação temporal dos dados ajudou a identificar mudanças significativas e a avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas durante o período estudado, como o impacto do PNAE, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares e a adequação dos cardápios escolares às produções locais.

Para complementar a coleta de dados, a pesquisa incluiu visitas *in loco* na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) Goiás, responsável por grande parte dos colégios estaduais dos municípios pertencente ao Território, no Departamento de

Alimentação Escolar da Secretaria de Estado de Educação - Seduc Goiás, CECANE UFG (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás, e na Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar - CGPAE - FNDE do Ministério da Educação MEC, localizado na Asa Sul em Brasília.

Além disso, foram realizadas visitas às secretarias de educação municipal e escolas dos municípios de Itaguari, Itaguaru, Cidade de Goiás, Uruana, Heitorai, Itaberaí, Itapuranga e Carmo do Rio Verde. Durante essas visitas, foram realizadas entrevistas com gestores escolares e nutricionistas para obter uma compreensão detalhada do processo de aquisição de alimentos e da implementação do PNAE.

A precisão dos dados coletados foi questionada devido às divergências observadas entre diferentes fontes e à inconsistência dos resultados obtidos, o que levantou dúvidas sobre a confiabilidade das informações fornecidas. Em resposta a essas incertezas, foi realizada uma análise criteriosa com o objetivo de identificar possíveis distorções ou omissões que poderiam comprometer a integridade das conclusões. A comparação entre as práticas observadas nas escolas e os relatos coletados durante visitas in loco foi essencial para validar as informações e garantir que as políticas de aquisição de produtos da agricultura familiar nos cardápios escolares fossem implementadas conforme o planejado.

A coleta de dados e análise concentraram-se em relatórios do PNAE, documentos do FNDE e dados do SIGPG Online, onde foram verificadas as fidedignidades das informações. A verificação da veracidade dos dados foi importante para assegurar que as práticas descritas nos documentos oficiais e nas entrevistas refletem as ações efetivamente realizadas nas escolas. Esses documentos forneceram dados oficiais sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar e a aplicação dos recursos repassados pelo FNDE. O período de análise foi de 2009 a 2022, abrangendo o intervalo em que a Lei nº 11.947/2009 esteve em vigor e que estipula a meta de 30% de aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo e análise temática. A análise de conteúdo permitiu identificar e categorizar informações relevantes encontradas nos documentos oficiais e nas respostas dos questionários, enquanto a análise temática auxiliou na compreensão das principais contribuições da agricultura familiar para a formação do cardápio escolar, seguindo padrões de segurança alimentar e nutricional. Essa abordagem metodológica proporcionou uma

visão abrangente e detalhada sobre a efetividade das políticas públicas no suporte à agricultura familiar e na garantia de uma alimentação escolar saudável e nutritiva.

Em seguida, a categorização foi feita, sendo que esta é a etapa mais relevante de todo o processo, pois envolve a classificação dos elementos de análise em categorias (Aspectos). Neste trabalho, as categorias existentes são utilizadas por haver uma vasta literatura, cujo objetivo é comparar o conteúdo dos questionários e dados com tais categorias, denominadas neste estudo de eixos. Por fim, realizou-se as análises e interpretações. Nessa fase, surgiram as conclusões sobre os materiais coletados.

A categorização foi realizada por meio de dados disponibilizados pelo FNDE no Sistema SIGPC Online, organizado em categorias sob os aspectos (Quadro 5), sob análise e monitoramento do PNAE na agricultura familiar pertencente aos municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, elaborados pelo autor em 15 tópicos, a saber:

Quadro 5 - Análise e monitoramento da política pública de suporte da agricultura familiar - PNAE (Aspectos).

Aspectos	Descrição
Aspecto 1: Recursos e Investimentos	
1.1 Complementação de recursos	Houve complementação dos recursos financeiros próprios da Entidade Executora (município/estado/DF) para a aquisição de alimentos no âmbito do PNAE?
1.2 Percentual investido	Qual o percentual investido em relação ao valor total repassado pelo FNDE?
Aspecto 2: Fornecimento de Alimentação nas Escolas	
2.1 Fornecimento durante dias letivos	Houve fornecimento de alimentação nas escolas durante os dias letivos presenciais?
2.2 Contratação de empresa	Houve contratação de empresa para o fornecimento de refeições nas escolas?
Aspecto 3: Alimentos Orgânicos	
3.1 Aquisição de alimentos orgânicos	A EEx. adquiriu alimentos certificados como orgânicos e/ou agroecológicos?

Aspecto 4: Chamada Pública	
4.1 Aquisição por chamada pública	A aquisição dos alimentos oriundos da Agricultura Familiar foi realizada por chamada pública?
Aspecto 5: Profissionais Envolvidos	
5.1 Nutricionista responsável	Havia Nutricionista Responsável Técnico pelo Programa na EEx.?
5.2 Quadro técnico de nutricionistas	Havia Quadro Técnico de nutricionistas?
5.3 Número de nutricionistas	O quadro técnico era composto por quantos nutricionistas?
Aspecto 6: Condições de Trabalho e Planejamento	
6.1 Cardápio elaborado	Havia cardápio elaborado pelo nutricionista responsável técnico para a alimentação escolar?
6.2 Cumprimento do cardápio	O cardápio elaborado foi cumprido?
6.3 Informações nutricionais	No cardápio estavam descritas as informações nutricionais tais como: nome da preparação, ingredientes, calorias, macronutrientes para todas as etapas e modalidades de ensino (carboidratos, proteínas e lipídios), micronutrientes prioritários para creche (Vitaminas A e C, Ferro e Cálcio) e o percentual atendido das necessidades diárias?
6.4 Disponibilidade do cardápio	O cardápio estava disponível para a comunidade escolar na Secretaria de Educação, nas unidades escolares e no sítio eletrônico oficial da EEx?
Aspecto 7: Quantidade mínima de frutas e hortaliças e frequência	
7.1 Cardápio parcial	O cardápio informado para o período parcial apresentou no mínimo 280g/estudantes/semana, sendo frutas in natura, no mínimo, dois dias por semana e hortaliças, no mínimo, três dias por semana?
7.2 Cardápio integral	O cardápio informado para o período integral apresentou no mínimo 520g/estudantes/semana, sendo frutas in natura, no mínimo, quatro dias por semana e hortaliças, no mínimo, cinco dias por semana?

7.3 Porções semanais	O cardápio informado apresentou 3 porções de frutas e hortaliças semanais?
Aspecto 8: Tipos de Alimentos Adquiridos	
8.1 Alimentos <i>in natura</i>	A EEx adquiriu no mínimo 75% do valor repassado pelo FNDE na aquisição de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados?
8.2 Alimentos processados	A EEx adquiriu no máximo 20% do valor repassado pelo FNDE na aquisição de alimentos processados e ultraprocessados?
8.3 Ingredientes culinários processados	A EEx adquiriu no máximo 5% de ingredientes culinários processados?
8.4 Alimentos proibidos	A EEx adquiriu alimentos proibidos com recursos federais?
Aspecto 9: Inclusão de Nutrientes Específicos	
9.1 Ferro <i>heme</i>	A EEx incluiu nos cardápios alimentos fonte de ferro <i>heme</i> no mínimo 4 dias por semana nos cardápios escolares?
9.2 Vitamina A	A EEx incluiu nos cardápios alimentos fonte de vitamina A no mínimo 3 dias por semana nos cardápios escolares?
Aspecto 10: Cardápios Específicos	
10.1 Alimentos ultraprocessados	Os cardápios planejados para as crianças até três anos de idade apresentavam alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas?
10.2 Descrição do cardápio	O cardápio apresentou a descrição da etapa/modalidade de ensino atendida (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, EJA e Atendimento Educacional Especializado)?
10.3 Cardápio diferenciado	Havia cardápio diferenciado aos indígenas e/ou quilombolas?
Aspecto 11: Necessidades Especiais	
11.1 Cardápios diferenciados	A EEx apresentou cardápios diferenciados para os estudantes diagnosticados com necessidades alimentares especiais?
Aspecto 12: Avaliação e Controle de Qualidade: Aceitabilidade	

12.1 Teste de aceitabilidade	Foi aplicado teste de aceitabilidade?
12.2 Situação do teste	Em que situação? (Inserido alimento atípico / Alteração inovadoras no preparo/ Avaliação e aceitação dos cardápios escolares)
Aspecto 13: Educação Alimentar	
13.1 Ações de educação alimentar	As escolas contemplam ações de educação alimentar e nutricional? (Sim / Parcialmente / Não)
Aspecto 14: Alimentação escolar no período pandêmico	
14.1 Distribuição durante a pandemia	Houve a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE às famílias dos estudantes, durante a suspensão das aulas em decorrência do estado de emergência decretado pelo novo coronavírus - COVID 19? (Sim / Não)
14.2 Atendimento universal	O atendimento foi universal (para todos os estudantes da rede em ensino remoto)? (Sim / Não)
14.3 Formato dos kits	A distribuição de gêneros alimentícios ocorreu em formato de kits definidos pela equipe de nutricionistas, observando o per capita e as necessidades nutricionais mínimas diárias adequadas à faixa etária/modalidade de ensino atendida? (Sim / Não)
14.4 Periodicidade de entrega	Qual foi a periodicidade de entrega de alimentos durante o período de ensino remoto? (Entrega semanal, quinzenal ou mensal / Entrega bimestral ou trimestral / Mais do que trimestral ou eventual)
14.5 Alimentos in natura nos kits	Foram incluídos alimentos in natura ou minimamente processados nos kits distribuídos? (Sim, com frequência / Sim, ocasionalmente / Não)
14.6 Publicidade da distribuição	A Entidade Executora - EEx. conferiu ampla publicidade à distribuição dos kits para a comunidade escolar? (Sim / Não)
14.7 Aquisição de alimentos da AF	A EEx adquiriu alimentos da Agricultura Familiar (AF) no período da pandemia? (Sim / Não)
Aspecto 15: Agricultura Familiar	
15.1 Compra de alimentos da AF	Houve a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou do Empreendedor Familiar Rural?

15.2 Valor gasto com AF	Valor gasto com agricultura familiar
15.3 Porcentagem da compra	Porcentagem da compra

Elaborado pelo autor com dados FNDE (2024).

Em Integração da Agricultura Familiar no Contexto da Alimentação Escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho foram estabelecidos os alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 nos municípios, bem como os respectivos fornecedores. Vale ressaltar que período anterior a 2013 não haviam disponibilidades destes dados pelo FNDE - MEC.

A análise de conteúdo foi aplicada para codificar e categorizar os aspectos, identificando padrões e temas correlacionados aos municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho. Através destes aspectos visam obter informações detalhadas sobre a implementação e os impactos das diretrizes do PNAE na formação dos cardápios escolares e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Integração da Agricultura Familiar no Contexto da Alimentação Escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

O Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho - GO abrange uma área de 12.040,50 km² e é composto por 16 municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Itaguara e Uruana (IBGE, 2024), conforme figura 3. É uma área com especificações econômicas e ambientais que apresentam índices de desenvolvimento humano (IDH) do país abaixo da média nacional (Formiga; Araujo, 2011).

Figura 3 - Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.



Mapa 03 – Território Vale do Rio Vermelho.

Fonte: Segplan (2013).

O Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, em Goiás, oferece um contexto rico para explorar as dinâmicas da agricultura familiar e sua integração com o sistema de alimentação escolar. A diversidade geográfica e cultural deste território, aliada às particularidades da produção agrícola local, influenciam diretamente as possibilidades de parceria entre os produtores familiares e as escolas. Este território é caracterizado por sua diversidade e desafios socioeconômicos, tornando-o um local ideal para analisar a interação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar. Nessa situação, o incentivo e o apoio à agricultura familiar têm se mostrado essenciais para o desenvolvimento local e a formulação de políticas públicas de SAN para promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e aplicação efetiva do PNAE (Maluf, 2011).

De acordo com o IBGE (2017) o Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, é composto por 11.777 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, nos 16 municípios (Quadro 6).

Quadro 6 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

Município	Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar
Buriti de Goiás (GO)	243
Carmo do Rio Verde (GO)	667
Córrego do Ouro (GO)	440
Goiás (GO)	2215
Guaraíta (GO)	353
Heitorai (GO)	329
Itaberaí (GO)	1917
Itaguari (GO)	277
Itaguaru (GO)	421
Itapirapuã (GO)	796
Itapuranga (GO)	1704
Morro Agudo de Goiás (GO)	314
Mossâmedes (GO)	584
Sanclerlândia (GO)	494
Taquaral de Goiás (GO)	296

Uruana (GO)	727
Total	11.777

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Os municípios do Território com mais agricultores familiares, conforme o Censo Agropecuário (2017) é 1º Goiás (GO) - 2215; 2º Itaberaí (GO) - 1917; 3º Itapuranga (GO) - 1704, 4º Itapirapuã (GO) - 796; 5º Uruana (GO) - 727.

A agricultura familiar no Vale do Rio Vermelho promove o desenvolvimento econômico local e garante a segurança alimentar e nutricional. A Lei n. 11.947/2009 estabeleceu que os Entes Federados adquiram no mínimo 30% dos recursos advindos do FNDE em alimentos da agricultura familiar (Brasil, 2009), garantindo a participação dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos para as escolas da região, promovendo a diversidade alimentar. Os perfis dos agricultores familiares no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho atendem a esses critérios legais, garantindo sua participação no PNAE. Devido à prioridade dada à agricultura familiar pela Lei 11.947/2009, os setores e atores sociais envolvidos na gestão do PNAE podem trabalhar juntos para melhorar as características produtivas locais da agricultura familiar no contexto das compras institucionais (Mizzuno, *et al.*, 2021).

Os agricultores familiares para comercializar os seus produtos (alimentos) ao PNAE devem ter uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) emitida pelo INCRA, entidades de assistência técnica e extensão rural ou sindicatos de trabalhadores rurais (BRASIL, 2022). Deste modo, a tabela 2 mostra a lista de DAPs ativas e inativas nos 16 municípios pertencentes ao Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho.

Quadro 7 - Lista de DAPs ativas e inativas do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho.

Município	DAP(s) Ativas	DAP(s) Inativas	Total DAP(s)
Buriti de Goiás (GO)	36	225	261
Carmo do Rio Verde (GO)	59	403	462
Córrego do Ouro (GO)	33	272	305
Goiás (GO)	171	1035	1206
Guaraíta (GO)	42	402	444
Heitorai (GO)	69	231	300
Itaberaí (GO)	101	1086	1187

Itaguari (GO)	46	281	327
Itaguaru (GO)	67	443	510
Itapirapuã (GO)	72	477	549
Itapuranga (GO)	210	1646	1856
Morro Agudo de Goiás (GO)	44	222	266
Mossâmedes (GO)	40	317	357
Sanclerlândia (GO)	57	280	337
Taquaral de Goiás (GO)	35	218	253
Uruana (GO)	82	594	676
	1164	8132	9296

Elaborado pelo autor. Fonte: Extrato DAP. SEAD (2024).

Os dados fornecidos incluem o número de DAPs (Declarações de Aptidão ao PRONAF) ativas, inativas e totais para dos municípios do Território. A DAP é uma declaração para agricultores familiares se qualificarem para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Identifica os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que podem solicitar crédito rural e acessar outros programas do governo (Brasil, 2024).

Todos os municípios possuem mais DAP(s) inativas do que ativas. O município com o maior número total de DAP(s) é Itapuranga (GO), seguido por Goiás (GO) e Itaberaí (GO). O município com o menor número total de DAP(s) é Taquaral de Goiás (GO).

Em relação ao total DAP(s), a porcentagem média de DAP(s) ativas em todos os municípios é de aproximadamente 12.52% e a porcentagem média de DAP(s) inativas é de aproximadamente 87.48%.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 retratam que os principais produtos que compõem a cesta básica de alimentos no Brasil são provenientes da agricultura familiar (IBGE, 2017). A diversidade de culturas cultivadas pelos agricultores familiares desempenha um papel fundamental na elaboração de cardápios escolares nutritivos e variados, promovendo a diversidade alimentar (Brasil, 2009).

Os agricultores familiares que compõem os 16 municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho são responsáveis por uma ampla variedade de produtos que compõem a cesta básica, incluindo frutas, legumes, verduras e grãos.

As variações significativas nos tipos de alimentos consumidos na alimentação escolar no período de 2013 a 2022 em cada município do Território, com um aumento na diversidade dos alimentos.

A análise dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e incorporados ao cardápio escolar nos municípios de Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Guaraíta, Heitoraí, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana, entre os anos de 2013 e 2022, mostram uma grande variedade de produtos ao longo dos anos, em cada municípios com suas particularidades. Os tipos de culturas e produtos cultivados na região do Vale do Rio Vermelho são diversos e essenciais para a alimentação escolar. O uso de programas públicos de alimentação aproxima o pequeno produtor regional com os estudantes locais, sendo o caso do programa de alimentação escolar (Real; Schneider, 2011).

Produtos como abóbora, cenoura, mandioca, banana, abacaxi, laranja, mamão, alface e beterraba são alimentos que aparecem com grande frequência nos municípios do Território e são cultivados pelos agricultores familiares locais importantes na elaboração dos cardápios escolares.

Os Goiás, Itaberaí e Itapuranga se destacam por uma ampla variedade de produtos em quase todos os anos analisados. Esses municípios não apenas forneceram vegetais e frutas básicos, mas também outros produtos como polpas de frutas, queijo e carnes, mostrando uma capacidade produtiva diversificada. Em contraste, Mossâmedes e Itaguaru mostraram uma menor diversidade ao longo do período. Em Itapuranga e Sanclerlândia incluíram produtos como pimenta, pepino caipira e produtos de panificação, mostrando uma evolução e adaptação das famílias agricultoras às demandas nutricionais e preferências locais.

O Território, composto por 16 municípios, apresenta uma diversidade agrícola expressiva, refletida na variedade de alimentos incorporados aos cardápios escolares ao longo dos anos. Os dados demonstram um esforço constante para incluir frutas, verduras, legumes e proteínas de origem animal, alinhados às diretrizes do PNAE, promovendo alimentação segura e nutritiva aos estudantes. Os dados detalhados podem ser verificados nos Quadros 8 a 22, presentes como Apêndice.

O Quadro 8 evidencia que, em Buriti de Goiás, houve uma diversidade significativa de produtos ao longo dos anos, com destaque para cenoura e mandioca,

além de frutas como abacaxi e laranja. No Quadro 9, Carmo do Rio Verde se sobressai pela ampliação da lista de alimentos nos últimos anos, incluindo produtos como alface, mamão e milho verde.

Dessa forma, o Quadro 10 representa a cidade de Goiás, onde se observou uma alta diversidade de produtos, abrangendo não apenas frutas e legumes, mas também itens como queijo e farinha de mandioca, destacando-se a rica produção agrícola local. Por sua vez, o Quadro 11, referente a Guaraíta, demonstra uma variação na quantidade de produtos oferecidos ao longo dos anos, com um número menor de itens em comparação a outros municípios. Já o Quadro 12 revela que Heitorai apresentou uma boa diversidade de produtos em certos anos, especialmente em 2014 e 2015, com alimentos como abobrinha, abóbora, batata-doce e mandioca. No entanto, em anos como 2016 e 2020, essa variedade foi reduzida, com a presença regular de alimentos como banana, cenoura, beterraba e couve-manteiga.

O Quadro 13 destaca que Itaberaí manteve uma presença constante de frutas, vegetais e alguns produtos processados ao longo dos anos. O Quadro 14 aponta que Itaguari, em 2014 e 2015, registrou a produção de frutas como abacaxi, mamão e maracujá, além de vegetais como batata-doce e mandioca. Em contraste, o Quadro 15, referente a Itaguaru, mostra que este foi um dos municípios com menor diversidade e frequência de produtos, com registros de apenas tomate para molho em 2018 e a inclusão de itens como achocolatado em pó e óleo de soja em 2020, o que sugere uma maior dependência de produtos processados.

Além disso, o Quadro 16 revela que Itapirapuã se especializou em alguns produtos, especialmente frango caipira e polpas de frutas. O Quadro 17, por sua vez, demonstra que Itapuranga se destacou pela alta diversidade de alimentos ao longo dos anos, incluindo uma ampla variedade de frutas, vegetais, carnes e outros produtos, como polvilho e queijos, com constância de itens como banana, mamão, mandioca e milho verde. O Quadro 18 registra que Morro Agudo apresentou uma variedade de produtos, incluindo abóbora, cenoura, chuchu e tomate salada, com a adição de novos produtos como alface, amendoim e abacaxi nos últimos anos.

Ademais, o Quadro 19 assinala que Mossâmedes apresentou anos sem registros de produtos da agricultura familiar, mas a partir de 2018 a produção se

concentrou em itens como farinha de mandioca e polvilho, com uma recuperação em 2022, marcada pela inclusão de uma maior variedade de vegetais e frutas. O Quadro 20 indica que Sanclerlândia manteve uma continuidade e estabilidade na produção de alimentos como abóbora e mandioca ao longo dos anos, refletindo a permanência desses itens no cardápio escolar.

Entretanto, o Quadro 21 identifica que Taquaral de Goiás apresentou uma boa diversidade de alimentos, com foco em vegetais e frutas como abóbora, batata-doce, cenoura e melancia, além da utilização de produtos locais como farinha de banana e polpa de frutas. Finalmente, o Quadro 22 analisa que Uruana manteve uma lista de alimentos constante ao longo dos anos, com destaque para a regularidade de produtos como banana, mandioca e maracujá.

A utilização de produtos frescos e variados promove uma alimentação saudável, nutritiva e diversificada nas escolas, alinhada às diretrizes do PNAE. Os alimentos que são usados nas seleções dos cardápios escolares devem ser classificados de acordo com o tipo de processamento que foram realizados durante a produção, como alimentos in natura ou minimamente processados (Brasil, 2014) provenientes da agricultura familiar garante a qualidade nutricional das refeições escolares. Ressalta, que a aquisição de alimentos dos agricultores familiares contempla para além da valorização da produção agrícola local, prioriza alimentação saudável dos estudantes (Brasil, 2009).

Para uma análise mais abrangente observa-se os fornecedores (agricultores familiares) participantes na composição dos cardápios escolares nos municípios do Território da Cidadania do Rio Vermelho no período de 2013 a 2022 (Quadro 23 a 37, em apêndice).

Os dados apresentados no Quadro 23 revelam uma queda no número de fornecedores no município de Buriti de Goiás ao longo dos anos, com uma diminuição significativa em 2021 e 2022, quando houve apenas uma fornecedora. No Quadro 24, observa-se que, em Carmo do Rio Verde, a participação do mesmo fornecedor se manteve estável ao longo dos anos, com uma única troca ocorrida em 2015. Em 2022, a Cooperativa Agropecuária Regional dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Ceres passou a ser fornecedora.

Além disso, o Quadro 25, por sua vez, mostra o município de Goiás, onde a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí - COAPRI foi a fornecedora constante de 2013 a 2022. A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Aragoiânia - COOPERMAFA atuou como fornecedora em 2018 e 2019. Em 2022, os fornecedores foram a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares Esperança Verde Aparecida de Goiânia - COOPERMAFEV e A. C. M. M (CPF). Ressalta-se que não houve a participação de cooperativas do próprio município.

Ademais, no Quadro 26, o município de Guaraíta é destacado pelo grande número de fornecedores individuais (pessoas físicas) entre 2013 e 2019, e pelo ingresso da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI em 2021 e 2022. Também aqui, não houve a participação de cooperativas do próprio município. O Quadro 27 apresenta o município de Heitorai, onde um fornecedor (CPF) foi consistentemente ativo em todos os anos de 2014 a 2022, exceto em 2013. A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE participou como fornecedora em diversos anos, com exceção de 2016, 2020, 2021 e 2022. Nesse caso, houve a participação de uma cooperativa local.

Dessa maneira, No Quadro 28, Itaberaí é representado com a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Jaraguá e Região - COOPERFAMILIAR atuando como fornecedora em 2013 e 2014. A Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI foi constante fornecedora de 2013 a 2022, destacando-se a participação da cooperativa do próprio município.

Entretanto, o Quadro 29 indica que o município de Itaguari aumentou o número de fornecedores ao longo do tempo, com algumas variações. O fornecedor E. C. O esteve presente de 2014 a 2022, enquanto F. S. M. participou a partir de 2017, e a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE atuou de 2014 a 2020. A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Santa Rosa de Goiás - COOPSAR foi fornecedora em 2018. Ressalta-se a ausência de cooperativas do próprio município.

O município de Itaguaru, conforme mostrado no Quadro 30, teve pouca variação de fornecedores, com um aumento moderado em 2019 e 2022. A

Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE foi fornecedora apenas em 2018, com três outros fornecedores (CPF) ao longo dos anos. No Quadro 31, observa-se que Itapirapuã teve um fornecedor (CPF) consistente entre 2015 e 2019, mas não há dados para os anos de 2014, 2020 e 2021. O Quadro 32 destaca Itapuranga, onde a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFAI foi fornecedora de 2013 a 2022, com participação de cooperativas locais. No Quadro 33, Mossâmedes teve apenas um fornecedor (CPF) de 2018 a 2020, com exceção de 2021, quando a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI atuou como fornecedora. Não houve participação de cooperativas locais.

Ademais, o Quadro 34 apresenta o município de Morro Agudo, que contou com fornecedores (CPF) consistentes ao longo dos anos, exceto em 2018, quando a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Aragoiânia - COOPERMAFA atuou como fornecedora. Mais uma vez, não houve a participação de cooperativas locais. Já no Quadro 35, o município de Sanclerlândia mostrou um aumento contínuo no número de fornecedores até 2017, seguido por uma leve queda. No entanto, foi o município com a maior quantidade de fornecedores (agricultores familiares) de alimentos no Território, sem a participação de cooperativas na aquisição de alimentos escolares.

Por fim, o Quadro 36 indica que Taquaral de Goiás teve um fornecedor constante ao longo dos anos, exceto em 2021. A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Santa Rosa de Goiás - COOPSAR atuou como fornecedora em 2018, com um aumento expressivo para quatro fornecedores em 2015, antes de estabilizar. Já o Quadro 37 evidencia que, em Uruana, houve a participação de cerca de dois fornecedores (CPF) por ano, com a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE participando em 2015.

Assim, observa-se que há poucos fornecedores nos municípios para a variedade e quantidade de alimentos aptos para alimentação escolar. Entretanto, percebe-se que F. S. M. (CPF) foi fornecedor em 5 município do Território do Rio Vermelho: Heitorai (2021), Itaguari (2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022), Itaguaru (2019, 2021), Taquaral de Goiás (2017, 2018, 2019, 2020, 2021) e Uruana: (2021,

2022). E ademais somente os municípios de Heitoraí, Itaberaí e Itapuranga utilizam de cooperativas de suas cidades.

Apesar da diversidade de produtos, a análise revela desafios na organização e consistência dos fornecedores. Nos municípios do território, observa-se uma variação significativa no número e tipo de fornecedores ao longo dos anos, com algumas localidades dependentes de poucos agricultores familiares e outras contando com a participação de cooperativas. A presença de cooperativas, como a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI, demonstra a importância da organização coletiva para o fortalecimento da agricultura familiar, ainda que a participação de cooperativas locais seja limitada a apenas alguns municípios.

A consistência de alguns fornecedores, como F. S. M., em diversos municípios, ressalta a necessidade de diversificar e ampliar a base de fornecedores para garantir a sustentabilidade e a capacidade de suprimento dos cardápios escolares. Portanto, é necessário o fortalecimento da agricultura familiar em mercados institucionais, tendo a capacitações e o suporte técnico podem ajudar a superar barreiras logísticas e organizacionais, incentivando a formação de cooperativas e a participação mais ativa dos agricultores familiares.

A diminuição do número de fornecedores de agricultores familiares nos cardápios escolares nos municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho entre 2013 e 2022 pode ser atribuída a uma combinação de fatores. A pandemia de COVID-19, que começou em 2020, teve um impacto nessa redução, muitas escolas foram fechadas o que diminuiu a demanda por alimentação escolar. Isso, aliado às dificuldades econômicas impostas pela crise, como a queda na renda de muitas famílias e a interrupção das cadeias de produção, fez com que muitos agricultores familiares enfrentassem para manter suas operações.

Por outro lado, a preferência por cooperativas, que conseguem oferecer produtos a preços mais competitivos, levou à exclusão de agricultores familiares. As mudanças nas políticas públicas relacionadas à aquisição de alimentação escolar da agricultura familiar durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro também contribuíram para a diminuição do número de fornecedores. Durante esses períodos, houve uma redução no apoio governamental direto aos programas que incentivam a compra de alimentos da agricultura familiar, cortes orçamentários impactaram o financiamento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A combinação

desses fatores, junto com as dificuldades econômicas e logísticas agravadas pela pandemia de COVID-19, resultaram em uma menor participação de agricultores familiares no PNAE.

4.2 Políticas públicas de suporte à agricultura familiar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho

A contribuição da agricultura familiar para a alimentação escolar é fundamental para a formação de hábitos alimentares saudáveis. A formação de cardápios escolares saudáveis é essencial durante o período escolar, para o qual estratégias de educação alimentar e nutricional são necessárias e a escola deve promovê-las (Bertin et al., 2010).

As políticas públicas de suporte à agricultura familiar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho apresentam-se como um conjunto de ações governamentais voltadas para o fortalecimento do setor agrícola, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região.

As análises de documentos referente a integração de produtos da agricultura familiar nos cardápios escolares e as visitas *in loco* realizadas na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) Goiás, responsável por grande parte dos colégios estaduais dos municípios pertencente ao Território, bem como em outros órgãos relacionados à alimentação escolar, como o Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria de Estado de Educação (Seduc Goiás) e o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG) forneceram dados sobre as práticas adotadas e os processos implementados nas escolas referente a aquisição, elaboração e consumo da alimentação escolar.

Contudo, a veracidade das informações dos dados, especialmente devido às divergências observadas nas coletas em diferentes fontes e a inconsistência dos resultados obtidos, não só levantou dúvidas sobre a precisão das práticas relatadas, mas também sobre a confiabilidade das informações fornecidas. Assim, diante das incertezas, foi realizada uma análise criteriosa dos dados, visando identificar possíveis distorções ou omissões que pudessem comprometer a integridade das conclusões. Ademais, a comparação entre as práticas observadas nas escolas e os relatos fornecidos nas visitas *in loco* foram importantes para validar as informações e garantir que as políticas de aquisição de produtos da agricultura familiar nos cardápios escolares fossem efetivamente implementadas conforme o planejado.

Nesse sentido, a coleta de dados e análise focou nos relatórios do PNAE, documentos do FNDE e dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão do

Programa Nacional de Alimentação Escolar (SIGPG Online), no qual foi observado fidedignidade das informações e confiabilidade, uma vez que a divergência entre as fontes pode indicar distorções e falta de integralidade. A verificação da veracidade dos dados é importante para assegurar que as práticas descritas nos documentos oficiais e nas entrevistas correspondam às ações efetivamente realizadas nas escolas.

Assim, com o objetivo de identificar padrões, tendências e contribuições, especialmente no que tange às políticas públicas de suporte à agricultura familiar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, foi realizada uma categorização detalhada dos elementos de análise. Essa categorização permitiu uma organização sistemática dos dados em categorias específicas (aspectos) proporcionando uma compreensão mais estruturada das dinâmicas observadas no âmbito do PNAE.

O processo de análise envolveu a avaliação de diversos fatores, como recursos e investimentos, fornecimento de alimentação nas escolas, aquisição de alimentos orgânicos e chamadas públicas, além de aspectos relacionados ao papel dos nutricionistas na elaboração e cumprimento dos cardápios escolares, inclusão de nutrientes específicos. Além disso, foram abordados aspectos relacionados à educação alimentar, à alimentação escolar durante o período pandêmico e à compra de alimentos da agricultura familiar, com foco na transparência, controle de qualidade e na promoção de uma alimentação escolar.

O aspecto 01, conforme definido na metodologia, diz respeito aos recursos e investimentos. No aspecto 1.1, investiga-se se houve essa complementação de recursos próprios para a aquisição de alimentos. A suplementação dos recursos é uma prática comum que visa garantir a qualidade e a quantidade adequada dos alimentos fornecidos aos alunos, aspecto que pode observado no Quadro 38, no período de 2011 a 2022. Os municípios como Carmo do Rio Verde, Itaberaí, Itapuranga, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana complementam os recursos em todos os anos do período analisado. Entretanto, Itaguaru apresentou uma variação, complementando de 2012 a 2019, mas não em 2020 e 2021. Goiás deixou de complementar em 2020, mas retomou em 2021.

Exceto pelos municípios de Buriti de Goiás nos anos de 2011 e 2012; Córrego do Ouro nos anos de 2011, 2012 e 2022; Goiás no ano de 2021; Guaraíta nos anos de 2015 e 2016; Heitorá no ano de 2022; e Itaguaru nos anos de 2011, 2021 e 2022.

Em Buriti de Goiás e Córrego do Ouro, especificamente nos anos de 2011 e 2012, e em Mossâmedes no ano de 2015, Guaraíta em 2015 e 2016, e Heitorai em 2022, não foram divulgadas ao FNDE informações sobre a complementação dos recursos financeiros.

Em termos percentuais, o aspecto 1.2 busca determinar quanto do valor total repassado pelo FNDE em alimentação escolar para os Estados / municípios / Distrito Federal foi classificado os percentuais nas três categorias solicitadas: Entre 1% a 50%, Entre 51% a 100% e Acima de 100%, que pode ser verificado no Quadro 39.

Na análise houve impacto da falta de dados dos municípios Córrego do Ouro, Heitorai, Taquaral de Goiás, Itaguaru. Já os municípios de Itaberaí e Uruana mantêm "Acima de 100%" nos dois anos. Houve uma mudança de categoria superior: Buriti de Goiás, Guaraíta, Carmo do Rio Verde, Itaguari, Itapirapuã, Morro Agudo de Goiás. De outro modo, houve estabilidade no percentual investido em relação ao valor total repassado pelo FNDE foram os municípios de Itapuranga, Sanclerlândia, Mossâmedes. Compreender o percentual investido ajuda a avaliar a eficiência do uso dos recursos repassados pelo FNDE.

O aspecto 2 refere-se ao fornecimento de alimentação nas escolas. No aspecto 2.1 examina se as refeições foram disponibilizadas de maneira consistente durante os dias letivos presenciais, conforme o Quadro 40.

Os municípios de Goiás, Itaberaí, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Sanclerlândia, Uruana forneceram alimentação escolar constantemente todos os anos. O município de Itaguaru teve interrupção em 2020 e Taquaral de Goiás teve interrupção em 2011.

A execução desse fornecimento, analisada no aspecto 2.3 demonstra se houve a contratação de empresas especializadas, o que influencia na qualidade e na variedade das refeições oferecidas, sem a participação efetiva do agricultor familiar. O Quadro 41 mostra que os municípios de Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Uruana nunca tiveram contratação de empresa para fornecimento de refeições nas escolas de 2013 a 2022.

Os Municípios que tiveram contratação foram Goiás em 2021, Guaraíta em 2014 e Itaguaru em 2016. Os municípios que tiveram indisponibilidade de dados nos

respectivos anos foram em 2015: Guaraíta, 2016: Guaraíta, 2017: Itapirapuã e 2022: Guaraíta, Itapirapuã, Uruana.

A maioria dos municípios forneceram alimentação escolar durante todos os anos estudados, com poucas exceções. Alguns municípios apresentaram anos sem registro ou não fornecimento, especialmente em 2011, 2012 e 2022. Buriti de Goiás e Carmo do Rio Verde mostram que 2013 tiveram disponibilidade de alimentação escolar ao longo dos anos. Itaguaru e Taquaral de Goiás têm anos onde a alimentação não foi fornecida.

O aspecto 3 refere-se aos alimentos orgânicos, na aquisição de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, abordada no aspecto 3.1, é possível verificar variedades em adquirir alimentos certificados por sua produção sem agrotóxicos, conforme se analisa o Quadro 42.

Guaraíta adquiriu alimentos orgânicos em 9 de 10 anos. Já em Goiás houve uma queda nos anos de 2020 e 2021, mas voltou a se adquirir em 2022. Por outro lado, Itaguaru, Itapuranga, e Carmo do Rio Verde adquiriram alimentos orgânicos de forma intermitente. Em Buriti de Goiás, Itaberaí, Itapirapuã, estes raramente ou nunca adquiriram alimentos orgânicos no período analisado. E por fim, Itapirapuã não adquiriu alimentos orgânicos em nenhum dos 10 anos.

No aspecto 4, refere-se a chamada pública. A aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar por meio de chamada pública, conforme o aspecto 4.1, é uma exigência legal do PNAE, que garante a transparência e a competitividade na compra de gêneros alimentícios, além de promover o desenvolvimento econômico local. Assim, evidencia no Quadro 43, os municípios do Território que realizam essa prática dos anos de 2013 a 2022.

Observa-se que os municípios de Buriti de Goiás, Itaberaí destacaram-se pela regularidade na chamada pública em todos os anos analisados. Em contraste, Carmo do Rio Verde apresentou uma interrupção em 2020. O município de Goiás teve descontinuidade em 2019 e 2020. Em Guaraíta e Heitorá, por outro lado, mostraram constância, exceto por alguns anos não especificados em Guaraíta e uma ausência em 2021 para Heitorá.

Os municípios de Córrego do Ouro e Itaguaru, onde alternâncias entre sim e não foram registradas. Itaguaru começando a adotar a chamada pública a partir de

2014. Itaguaru, porém, começou a implementar a chamada pública apenas em 2017, indicando uma mudança de política mais recente. Municípios como Itapirapuã e Itapuranga apresentaram interrupções em alguns anos, Mossâmedes, Sanclerlândia e Taquaral de Goiás também mostraram algumas inconsistências, mas predominantemente mantiveram a prática. E Uruana exibiu uma interrupção apenas em 2019, retornando à prática nos anos subsequentes.

O aspecto 5 relaciona aos profissionais envolvidos na nutrição escolar. A presença de um nutricionista responsável técnico, abordada no aspecto 5.1, é necessária para a elaboração e supervisão dos cardápios escolares. No Quadro 26 informa a presença do Responsável Técnico na formação dos cardápios.

Carmo do Rio Verde, Goiás, Itaberaí e Itapuranga, Itaguari, Itapirapuã, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes e Sanclerlândia tiveram continuidade na presença de Nutricionistas Responsáveis Técnicos ao longo de todo o período analisado. Por outro lado, Buriti de Goiás, Córrego do Ouro, e Guaraíta apresentam lacunas em determinados anos. Houve exceção em 2019 do município de Itaguaru.

A existência de um quadro técnico de nutricionistas, apresentada no aspecto 5.2, reporta-se ao Quadro 45. O município de Itaberaí teve o quadro técnico de nutricionistas ao longo de todo o período analisado. No município de Buriti de Goiás, a presença de nutricionistas foi inexistente até 2017. Houve a presença de nutricionistas em Carmo do Rio Verde, com interrupção em 2017, também em Córrego do Ouro em 2014.

No município de Goiás, Heitorá, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás e Mossâmedes tiveram irregularidades, com anos alternados de presença e ausência desses profissionais.

A cidade de Guaraíta apresenta dados incompletos, mas nota-se uma tendência de aumento na presença de nutricionistas nos anos mais recentes.

Em Sanclerlândia, a ausência de nutricionistas, especialmente a partir de 2015, Taquaral de Goiás após 2017 e Uruana também apresentam variações, com Uruana demonstrando uma melhoria nos anos mais recentes.

O número de profissionais reportado no aspecto 5.3 refletem a estrutura organizacional da EEx nos municípios revelados no Quadro 46.

O município de Itaberaí destaca-se pela constância na presença de nutricionistas com mais de dois nutricionistas. No município de Buriti de Goiás, os dados são escassos até 2017, quando a contratação de uma nutricionista, mantendo-se assim em 2021 e 2022. Carmo do Rio Verde demonstra uma maior estabilidade com um nutricionista presente na maioria dos anos analisados, exceto em 2016 e 2017. Córrego do Ouro manteve uma nutricionista de 2015 a 2021, com exceção de 2022, Mossâmedes manteve um nutricionista até 2019.

Por outro lado, a cidade de Goiás, Itaguari e Sanclerlândia não apresentaram dados informados durante todo o período. No município de Guaraíta apresenta dados a partir de 2017, com a presença contínua de um nutricionista. Em Heitoráí, a presença foi registrada apenas em 2018, Itapirapuã e Taquaral em apenas 2016, com ausência nos demais anos.

Os municípios Itaguaru, Itapuranga e Morro Agudo de Goiás apresentam dados esparsos, com a presença de nutricionistas intercaladas por anos de ausência. Uruana demonstra uma melhora a partir de 2017, com a presença contínua de um nutricionista nos anos subsequentes.

O aspecto 6 refere-se às condições de trabalho dos nutricionistas e planejamento dos cardápios, sendo que o aspecto 6.1 refere-se pela verificação da elaboração de cardápios pelo nutricionista responsável, conforme o quadro 47.

Os municípios do Carmo do Rio Verde, Goiás, Heitoráí, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia e Uruana demonstraram um comprometimento contínuo e consistente desde 2011 até 2022. Por outro lado, houve inconsistência de dados em Buriti de Goiás e Córrego do Ouro em 2011 e 2012, este último em 2022 também, bem como no município de Guaraíta em 2015 e 2016, Heitoráí e Taquaral de Goiás, ambos em 2022.

O cumprimento desses cardápios relacionado no aspecto 6.2 é evidenciado no Quadro 48 sendo a execução dos cardápios elaborados por nutricionistas variou significativamente entre os municípios com diferentes informações no cumprimento total, parcial ou não informado ao longo dos anos.

Carmo do Rio Verde, Heitoráí e Itaberaí cumpriram totalmente os cardápios em todos os anos analisados. Já em Buriti de Goiás e Córrego do Ouro, os cardápios

escolares elaborados foram cumpridos totalmente, exceto nos anos de 2011 e 2012, onde os dados não foram informados, tendo este último também em 2022.

Por outro lado, em Goiás houve cumprimento parcial, pois em 2011 e 2012 tiveram imprevisto tais como falta de água, luz, gás. Em 2014, 2015 e 2016 tiveram problemas no processo de compras e 2016 também teve irregularidades na entrega dos gêneros alimentícios nas escolas, após 2018 observa-se um avanço expressivo nos anos subsequentes de 2018 a 2022, onde o cumprimento total foi registrado.

No município de Guaraíta, essa exigência foi parcialmente cumprida em 2013 por imprevisto tais como falta de água, luz, gás, e em 2014 por ausência de merendeiro(a) e imprevisto por falta de água, luz, gás. Nos demais anos após 2015, a execução foi totalmente.

Em Itaguari e Itaguaru também apresentaram cumprimento total dos cardápios na maioria dos anos, com poucas exceções devido à falta de dados em anos específicos, o que impede uma avaliação completa da eficiência nesses períodos. Ademais, em Itapirapuã, Itapuranga e Uruana seguiram padrões semelhantes, com cumprimento total dos cardápios em todos os anos, salvo pequenas exceções em Itapuranga em 2015 e alguns anos sem dados em Uruana.

Enquanto, Morro Agudo de Goiás em 2022 teve problemas no processo de compras, falta de planejamento, irregularidade na entrega dos gêneros alimentícios nas escolas, estrutura inadequada da escola para a realização das preparações previstas no cardápio. Já Mossâmedes enfrentaram desafios pontuais, como problemas no processo de compras e irregularidades na entrega dos gêneros alimentícios, especialmente nos anos de 2016 e 2022, o que resultou em cumprimento parcial dos cardápios nesses períodos.

Finalmente, Sanclerlândia apresentou cumprimento parcial em vários anos em 2012, 2013, 2015, 2016, 2021, 2022 devido a irregularidades na entrega dos gêneros alimentícios e outros imprevistos como: falta de água, luz, gás, o que revela desafios contínuos na implementação eficaz dos cardápios planejados.

A disponibilização dos dados nutricionais dos cardápios escolares informados no aspecto 6.3 são indicadores de transparência e eficiência na gestão da alimentação escolar, pois evidencia no Quadro 49 as informações nutricionais referentes ao nome da preparação, ingredientes, calorias, macronutrientes e micronutrientes das refeições escolares.

Em Buriti de Goiás, observou-se um cumprimento parcial ao longo do período, com anos de ausência de dados (em 2013 e 2016). Carmo do Rio Verde apresentou uma regularidade nos dados, exceto nos anos de 2018 e 2019. Já Córrego do Ouro demonstrou uma ausência de dados em 2022. Enquanto Goiás apresentou uma deficiência notável até 2017, com melhora a partir de 2022. Guaraíta e Heitorai, por sua vez, exibiram uma alternância na disponibilidade das informações, com anos intercalados de fornecimento e ausência de dados. Itaberaí, Itaguari, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás e Uruana mantiveram uma consistente disponibilidade das informações nutricionais, com apenas o ano de 2017 de ausência em Itaberaí e em 2018 em Morro Agudo de Goiás. Mossâmedes apresentou disponibilidade apenas em 2016 e 2021. Sanclerlândia e Taquaral de Goiás tiveram padrões irregulares, com diversos anos sem informações.

Estes dados indicam que, apesar de alguns municípios apresentarem boas práticas de gestão das informações nutricionais, há uma necessidade de melhorar a regularidade e a continuidade na disponibilização dessas informações nutricionais nos cardápios das escolas.

A disponibilização do cardápio para a comunidade escolar relacionado ao aspecto 6.4 garante a participação e o controle social, promovendo uma alimentação escolar inclusiva e participativa, apresentado no Quadro 50.

No município de Buriti de Goiás, observou-se um padrão de alternância até 2015, com a disponibilidade de dados a partir de 2016. Em Carmo do Rio Verde, a maioria dos anos analisados apresentou a disponibilidade do cardápio, com uma única exceção em 2019. Goiás apresentou a indisponibilidade de dados em 2014 e 2015. Córrego do Ouro em 2022 os dados não foram informados. Heitorai teve ausência de dados para 2022 e indisponibilidade em 2015. Itaberaí demonstrou um padrão estável até 2021, com ausência de dados apenas em 2022. Itaguari, Sanclerlândia e Uruana apresentaram uma regularidade na disponibilização do cardápio durante todo o período analisado.

Em Guaraíta, apenas 2018 e 2022 exibiram os dados de disponibilidade. Em Itaguari em 2014 teve interrupção da disponibilidade de informações. Itapirapuã teve ausência de informações somente em 2017. Itapuranga não apresentou informações

de dados em 2015. Mossâmedes registrou uma melhora a partir de 2019, após anos de ausência. Em Taquaral de Goiás, os dados foram positivos até 2021, com ausência de informações em 2022.

A análise da disponibilidade do cardápio escolar para a comunidade escolar nas secretarias de educação, nas unidades escolares e nos sítios eletrônicos oficiais da EEx, conforme os dados coletados entre 2013 e 2022, revela variações consideráveis na transparência e o acesso às informações sobre o cardápio escolar e o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos.

O aspecto 7 refere-se à quantidade e frequência de frutas e hortaliças. A inclusão de frutas e hortaliças nos cardápios escolares, conforme o aspecto 7.1, no mínimo 280g/estudantes/semana, sendo frutas *in natura*, no mínimo, dois dias por semana e hortaliças, no mínimo, três dias por semana, em período parcial, nos anos de 2021 e 2022, observa no Quadro 51.

Nos municípios de Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Guaraíta, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes e Uruana, foi observado o cumprimento das metas tanto em 2021 quanto em 2022, com frutas *in natura* sendo oferecidas no mínimo dois dias por semana e hortaliças no mínimo três dias por semana, conforme necessário.

Em Sanclerlândia, observou-se conformidade em 2021, mas não em 2022. Notou-se ainda que, para os municípios de Córrego do Ouro, Heitorá e Taquaral de Goiás, os dados referentes a 2022 não foram informados. Itapirapuã foi o único município a não apresentar o cardápio com o mínimo estabelecido.

Dessa forma, destaca-se a importância de monitoramento contínuo e transparência na disponibilização para garantir que todos os municípios cumpram os padrões mínimos nutricionais estabelecidos de consumo de 280g/estudantes/semana, sendo frutas *in natura*, no mínimo, dois dias por semana e hortaliças, no mínimo, três dias por semana e que os estudantes tenham acesso a uma alimentação balanceada e nutritiva, fundamental para o seu desenvolvimento e desempenho escolar.

Já o aspecto 7.2, que analisa o cardápio escolar para o período integral apresentou no mínimo 520g/estudantes/semana, sendo frutas *in natura*, no mínimo,

quatro dias por semana e hortaliças, no mínimo, cinco dias por semana, é revelado no Quadro 52.

Os municípios de Goiás, Itaberaí, Itaguaru, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás e Mossâmedes atenderam aos critérios estabelecidos tanto em 2021 quanto em 2022. Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Guaraíta e Uruana, que inicialmente não atendiam aos critérios em 2021, passaram a cumprir as exigências em 2022. Todavia, nos municípios de Córrego do Ouro, Heitorá e Taquaral de Goiás tiveram ausência de dados para 2022.

Aos cardápios escolares integrais para os anos de 2021 e 2022 nos municípios listados revela uma variação aos requisitos nutricionais mínimos estabelecidos de 520g de frutas e hortaliças por estudante por semana, sendo frutas *in natura* disponibilizadas pelo menos quatro dias por semana e hortaliças, cinco dias por semana.

A inclusão de frutas e hortaliças nos cardápios escolares semanais, conforme os aspectos 7.3 é fundamental para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, dado apresentado no Quadro 53 no período de 2013 a 2020.

Os municípios Buriti de Goiás, Córrego do Ouro, Goiás, Heitorá, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana apresentaram dados que indicam se o cardápio apresentou pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana, conforme os critérios estabelecidos, todos os anos de 2013 a 2020.

Carmo do Rio Verde, por outro lado, apresentou inconsistências aos cardápios com 3 porções de frutas e hortaliças semanais nos anos de 2013 e 2016. Guaraíta apresentou ausência de dados em 2015, enquanto Itapirapuã teve uma falha em 2013 e uma ausência de dados em 2017. Mossâmedes exibiu a maior variabilidade, com falhas em 2013, 2015 e 2016.

No aspecto 8, reporta-se os tipos de alimentos adquiridos. A aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados, abordada no aspecto 8.1, representa uma estratégia para garantir a qualidade nutricional das refeições escolares, conforme o Quadro 54.

Buriti de Goiás, Goiás, Guaraíta, Itaberaí, Itaguari, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia e Uruana demonstram a aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados nos anos de 2021 e 2022. Córrego do Ouro, Heitorá e Taquaral de Goiás não informaram dados para 2022.

Em contraste, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Heitoraí, Itaguaru, Itapirapuã e Taquaral de Goiás não alcançaram o mínimo 75% do valor repassado pelo FNDE na aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados.

A limitação da compra de alimentos processados e ultraprocessados no aspecto 8.2 é uma medida importante para promover uma alimentação mais saudável e menos industrializada manifestado no Quadro 55.

Os municípios de Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Guaraíta, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia e Uruana mantiveram a aquisição de alimentos processados e ultraprocessados dentro do limite de 20% em ambos os anos. Por outro lado, Córrego do Ouro não cumpriu essa meta em 2021 e não há dados para 2022. Heitoraí e Taquaral de Goiás apresentam dados ausentes para 2022.

O aspecto 8.3 é evidenciado no Quadro 56, no qual se verifica a utilização da porcentagem máxima de ingredientes culinários processados.

Os municípios de Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Guaraíta, Itaberaí, Itaguari, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes e Uruana adquiriram no máximo 5% de ingredientes culinários processados em ambos os anos de 2021 e 2022.

Por outro lado, Córrego do Ouro e Heitoraí não cumpriram essa meta em 2021 e houveram ausência de dados para 2022. Itaguaru não cumpriu a meta em 2021, mas ajustou suas práticas em 2022. Sanclerlândia, por sua vez, cumpriu a meta em 2021, mas não em 2022. Taquaral de Goiás apresenta dados ausentes para 2022.

O aspecto 9 registra a inclusão de nutrientes específicos nos cardápios. No aspecto 9.1, refere-se a incorporação mínima semanal de alimentos fontes de ferro heme nos cardápios, representado no Quadro 57.

Todos os municípios em 2021 incluíram nos cardápios alimentos fonte de ferro heme no mínimo 4 dias por semana nos cardápios escolares. No caso dos municípios de Córrego do Ouro, Heitoraí e Taquaral de Goiás, os dados de 2022 não foram informados. Sanclerlândia apresentou uma mudança, não incluindo esses alimentos em 2022.

O aspecto 9.2, refere-se a inclusão mínima semanal de alimentos fontes de vitamina A nos cardápios, representado no Quadro 58, que previne deficiências nutricionais comuns entre os estudantes.

Os municípios de Goiás, Guaraíta, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia e Uruana, consistentemente incluíram alimentos ricos em vitamina A nos cardápios escolares durante os dois anos analisados. Em Itapirapuã em 2021, não houve a inclusão de fontes de vitamina A, mas em 2022 essa prática foi adotada. Córrego do Ouro, Heitoráí e Taquaral de Goiás, os dados de 2022 não foram informados.

O aspecto 10 assinala os cardápios específicos. No aspecto 10.1, refere-se às refeições destinadas a crianças menores de três anos incluíam alimentos ultraprocessados, bem como a adição de açúcar, mel e adoçante aos pratos e bebidas, conforme o Quadro 59.

Os municípios de Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Itaguari, Itapirapuã, Mossâmedes, Sanclerlândia e Uruana mantiveram uma abordagem consistente, sem a introdução desses elementos prejudiciais nos cardápios escolares ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas.

Guaraíta foi registrado o uso de alimentos ultraprocessados e aditivos em 2021, mas essa prática foi abandonada em 2022. Situação inversa foi observada em Itaberaí e Itaguaru, onde essas práticas foram adotadas em 2022 após um ano de conformidade com as recomendações alimentares. Morro Agudo de Goiás a presença de alimentos ultraprocessados e aditivos foi registrada em ambos os anos, indicando uma persistência dessa prática inadequada. Córrego do Ouro, Heitoráí e Taquaral de Goiás, os dados de 2022 não foram informados.

O aspecto 10.2 evidencia a descrição das etapas/modalidades de ensino atendidas que garantem que as necessidades nutricionais específicas de cada grupo sejam atendidas, assim, mostra o Quadro 60.

Os municípios de Goiás, Itaberaí, Itaguari, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Taquaral de Goiás e Uruana demonstram uma consistência elevada

na inclusão das descrições a etapa/modalidade de ensino atendida (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, EJA e Atendimento Educacional Especializado).

Buriti de Goiás apenas começou a fornecer essa descrição de forma consistente a partir de 2017. Córrego do Ouro e Taquaral de Goiás mantiveram a descrição até 2021, mas não informaram em 2022.

Guaraíta destaca-se pela inconsistência, com a ausência dessas informações em diversos anos, em 2013, 2014, 2015, e nos anos de 2018 e 2020, sendo irregular a inserção dessas informações. Já Heitorai apresenta uma alternância entre anos de inclusão e ausência da descrição, especialmente em 2016 e 2018.

Não apresentaram as informações da descrição da etapa/modalidade de ensino atendida nos cardápios escolares, o município de Itaguaru nos anos de 2016 e 2017, Itapirapuã e Sanclerlândia, ambos em 2021.

No Quadro 61 exemplifica a presença de cardápios diferenciados para indígenas e/ou quilombolas, percebidas no aspecto 10.3.

Os municípios Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Itaberaí, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana não registraram nenhum ano de oferta cardápio diferenciado aos indígenas e/ou quilombolas nos anos de 2013 a 2022. Entretanto, em Córrego do Ouro e Heitorai e Taquaral tiveram ausência de dados em 2022, bem como Itapirapuã em 2017 e Guaraíta em 2016. No caso de Goiás, verificou-se a presença de alimentação escolar planejada em 2020 e 2022, enquanto Itaguaru registrou essa oferta apenas em 2014.

No aspecto 11, identificada como necessidades Alimentares Especiais, em seu aspecto 11.1, a apresentação de cardápios diferenciados para estudantes com necessidades alimentares especiais, uma prática essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma alimentação adequada às suas condições de saúde, mostra o Quadro 62.

Em Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Mossâmedes tiveram consistências na oferta de cardápios adaptados para os estudantes diagnosticados com necessidades alimentares especiais ou especializados mantendo regular durante todo o período analisado 2014 a 2022.

Por outro lado, Guaraíta mostrou algumas inconsistências, especialmente no início do período analisado, e ausência de dados em 2015, com a regularização observada a partir de 2016. Em Itapirapuã, embora a maioria dos anos tenha apresentado cardápios apropriados, 2021 destacou-se como um ano em que esses cardápios não foram oferecidos. A existência de dados não informados de cardápios diferenciados, como em Sanclerlândia em 2015 e em Taquaral de Goiás em 2021 e 2022 com ausência de dados.

No aspecto 12 em Avaliação e Controle de Qualidade: Aceitabilidade. A aplicação de testes de aceitabilidade, aspectos 12.1, com viés de avaliar a aceitação dos cardápios pelos estudantes e implementar melhorias contínuas, demonstra o Quadro 63.

Carmo do Rio Verde, Itapuranga, Mossâmedes, Uruana tiveram consistências na aceitabilidade. Já em Buriti de Goiás, os testes foram realizados consistentemente de 2013 a 2022, exceto em 2014, demonstrando um compromisso com a avaliação contínua da satisfação dos estudantes. Carmo do Rio Verde também mostrou uma aplicação regular desses testes durante todo o período, evidenciando uma abordagem sistemática.

Além disso, Córrego do Ouro aplicou testes de aceitabilidade de forma constante de 2013 a 2021, com uma falta de dados em 2022. A cidade de Goiás, por outro lado, apresentou inconsistências, com ausência de testes em 2015, 2016 e 2021, sugerindo possíveis desafios na implementação contínua dessas avaliações.

Por outro lado, Guaraíta destacou-se pela aplicação irregular dos testes, com ausência completa em vários anos, notadamente a partir de 2015, exceto por uma aplicação em 2016. Em Heitorai, houve uma prática consistente até 2019, com uma interrupção notável em 2020, mas retomada em 2021. Itaberaí seguiu um padrão similar, com uma aplicação regular até 2019, interrupção em 2020 e retomada nos anos seguintes.

Já Itaguari mostrou um padrão consistente de aplicação de testes ao longo dos anos, exceto em 2014. Itaguaru teve interrupções em 2017 e 2018, mas retomou a prática posteriormente. Itapirapuã, apesar de uma interrupção em 2017, manteve a aplicação dos testes de forma relativamente constante. Itapuranga apresentou uma aplicação consistente de 2013 a 2022.

Ademais, Morro Agudo de Goiás começou a aplicar os testes em 2014 e manteve-se consistente desde então. Mossâmedes e Sanclerlândia também mostraram um compromisso contínuo com a aplicação dos testes durante todo o período analisado, com exceção de algumas ausências isoladas em Sanclerlândia em 2013. No entanto, Taquaral de Goiás aplicou testes de aceitabilidade de forma consistente, exceto em 2018 e 2022, enquanto Uruana manteve a aplicação contínua durante todo o período.

O aspecto 12.2 evidencia em que situação de aceitabilidade ocorre em inserção de alimento, alteração de preparo ou avaliação de refeição, nos períodos de 2013-2016, com interrupção, voltando em 2021 e 2022, informa o Quadro 64.

No período de 2013 a 2016, retornando em 2021 e 2022, observou-se a implementação de diversas ações relacionadas a aceitabilidade dos cardápios escolares, entre elas a inserção de novos alimentos, alterações inovadoras no preparo e a avaliação e aceitação dos cardápios.

No município de Buriti de Goiás, em 2013, houve a inserção de novos alimentos nos cardápios escolares. Em 2015, ocorreram alterações inovadoras no preparo dos alimentos. Em 2016, 2021 e 2022, além da inserção de alimentos, realizaram-se avaliações e aceitações dos cardápios escolares. Em Carmo do Rio Verde, o período de 2013 a 2015 foi marcado por uma combinação de inserção de alimentos, alterações no preparo e avaliação dos cardápios. Em 2014, houve a integração dessas ações, e, em 2015, todas as três atividades foram simultaneamente implementadas. Nos anos seguintes, 2021 e 2022, a avaliação e aceitação dos cardápios foram as principais ações.

Córrego do Ouro destacou-se pelas alterações inovadoras no preparo em 2013, 2014 e 2015. Em 2016, adicionaram-se novos alimentos e avaliações dos cardápios. Em 2021, houve apenas avaliações, e em 2022, não foram registradas

ações. No município de Goiás, observou-se uma prevalência de alterações no preparo em 2013 e avaliação dos cardápios em 2014 e 2022, com ausência de ações nos anos intermediários.

Já em Guaraitá teve uma única ação em 2013, com alterações no preparo dos alimentos. Não houve registros de atividades nos anos subsequentes. Em Heitorai, os anos de 2013 e 2015 foram marcados pela inserção de alimentos e alterações no preparo, enquanto em 2016 houve apenas alterações no preparo. Em 2021, foram realizadas avaliações dos cardápios. Além disso, Itaberaí manteve uma prática constante de inserção de alimentos de 2013 a 2015, adicionando alterações no preparo e avaliações dos cardápios em 2016. Em 2021 e 2022, a avaliação dos cardápios foi complementada por alterações no preparo.

Ademais, em Itaguari registrou inserção de alimentos em 2013, 2015 e 2021, com a adição de avaliações dos cardápios em 2021 e 2022. No entanto, Itaguaru inseriu alimentos em 2013, 2014 e 2015, com alterações no preparo em 2015 e 2016, e avaliações dos cardápios em 2022. Já em Itapirapuã, a inserção de alimentos foi registrada de 2013 a 2015, com avaliações dos cardápios em 2016 e 2022.

Em Itapuranga inseriu alimentos continuamente de 2013 a 2016, com avaliações dos cardápios em 2021 e 2022. Já em Morro Agudo de Goiás teve inserções de alimentos e alterações no preparo em 2014 e 2015, com avaliações dos cardápios em 2022. No caso de Mossamedes apresentou alterações no preparo de 2013 a 2016, com avaliações dos cardápios em 2015 e 2022. Já em Sanclerlândia registrou alterações no preparo em 2014 e avaliações dos cardápios em 2021 e 2022. Entretanto, Taquaral de Goiás combinou inserções de alimentos, alterações no preparo e avaliações dos cardápios em 2013, 2015 e 2021. E finalmente, Uruana teve alterações no preparo e inserções de alimentos de 2013 a 2015, com avaliações dos cardápios em 2016 e 2022.

O aspecto 13 expressa a Educação Alimentar e Nutricional. No aspecto 13.1 representa as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas, quando implementadas de maneira eficaz, contribuem para a conscientização dos estudantes sobre a importância de uma alimentação segura e nutricional, conforme o Quadro 65.

Em Goiás, Itaguari, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes e Uruana apresentaram uma continuidade, implementando ações de educação alimentar e nutricional em todos os anos do período analisado, de 2011 a 2022.

Já Carmo do Rio Verde manteve, exceto em 2018. Já Itaberaí, interrompeu em 2020. Já em Guaraíta, houve ausência de dados em 2015 e 2017. Itapirapuã ausência de dados em 2017. E Sanclerlândia apresentou uma interrupção em 2017.

Em Buriti de Goiás, a introdução de ações de educação alimentar e nutricional começou em 2013 e foi consistentemente aplicada até 2020. No entanto, em 2021 e 2022, houve uma redução na intensidade dessas ações, sendo classificadas como parcialmente implementadas.

Além disso, Córrego do Ouro implementou essas ações com consistência de 2013 a 2014 e de 2016 a 2020, com uma implementação parcial em 2021 e ausência em 2022. Itaguaru, ausência em 2019 teve um histórico irregular, com implementação interrompida em 2011 e 2017.

Por outro lado, Heitorá e Taquaral de Goiás demonstraram uma alta consistência, implementando ações de educação alimentar e nutricional de 2011 a 2020, com uma interrupção em 2022.

No aspecto 14, relata dados da alimentação escolar no período pandêmico de COVID-19, que ocorreu no período de 2021 a 2022. No aspecto 14.1, registra a distribuição de gêneros alimentícios às famílias dos estudantes durante a suspensão das atividades escolares, mostra o Quadro 66.

No município de Buriti de Goiás, a distribuição foi contínua durante os dois anos avaliados, assim como em Carmo do Rio Verde, Goiás, Guaraíta, Heitorá, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana indicam que houve a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) às famílias dos estudantes durante a suspensão das aulas em decorrência do estado de emergência decretado pelo novo coronavírus (COVID-19), tanto no ano de 2020 quanto em 2021. A única exceção é o município

de Córrego do Ouro, onde a distribuição de gêneros alimentícios ocorreu em 2020, mas foi interrompida em 2021.

No aspecto 14.2 a implementação de estratégias para a distribuição de gêneros alimentícios às famílias dos estudantes foi uma resposta emergencial e universal diante do cenário de ensino remoto, demonstrado no Quadro 67.

A única exceção do atendimento de distribuição de kits de gêneros alimentícios para todos os estudantes da rede em ensino remoto é o município de Córrego do Ouro, onde houve a ausência de dados.

No aspecto 14.3 refere-se à distribuição em formato de kits de gêneros alimentícios às famílias dos estudantes pela equipe de nutricionistas. Assim, a formação dos kits segue as orientações da legislação do PNAE, respeitando os hábitos alimentares, a cultura local e, preferencialmente, composto por alimentos *in natura* e minimamente processados, tanto para os gêneros perecíveis como para os não perecíveis, conforme revela o Quadro 68.

No aspecto 14.4 evidencia a frequência da entrega da distribuição de alimentos durante o período de suspensão de atividades escolares, que foram até mensal ou no intervalo de 2 a 3 meses, bem como um período maior que três meses, expressa o Quadro 69.

Em Buriti de Goiás, Goiás, Guaraíta, Itaguari e Itapuranga, observaram-se uma entrega de alimentos bimestral ou trimestral. Por outro lado, Carmo do Rio Verde, Heitoraí, Itaberaí, Itaguaru, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana adotaram uma periodicidade de entrega semanal, quinzenal ou mensal. Em Córrego do Ouro não forneceu dados sobre a periodicidade de entrega.

No aspecto 14.5 reporta-se alimentos *in natura* dos kits distribuídos, no qual visou assegurar a continuidade da nutrição adequada dos estudantes e promover hábitos alimentares saudáveis, manifesta o Quadro 70.

Buriti de Goiás, Goiás, Guaraíta, Heitoraí, Itaberaí, Itaguari, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Taquaral de Goiás e Uruana relataram a inclusão frequente desses alimentos nos kits distribuídos. Por outro lado, municípios como

Carmo do Rio Verde, Itaguaru, Itapirapuã e Sanclerlândia informaram a inclusão ocasional desses alimentos. Em Córrego do Ouro em 2021 houve ausência de dados.

O aspecto 14.6 relaciona as informações e pudessem acessar os benefícios oferecidos da distribuição dos kits para a comunidade escolar. Dessa forma, a articulação eficiente entre diversos canais de comunicação e a participação ativa da comunidade escolar foram determinantes para a distribuição dos gêneros alimentícios, evidencia o Quadro 71.

Em Buriti de Goiás, Guaraíta, Heitoráí, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás, Uruana conferiram ampla publicidade à distribuição dos kits escolares nos de 2020 e 2021. Já Goiás e Itapirapuã não conferiram ampla publicidade à distribuição dos kits em nenhum dos anos. Por outro lado, Carmo do Rio Verde e Mossâmedes não conferiram publicidade em 2020, mas não realizaram em 2021. Em Córrego do Ouro tanto em 2020 quanto em 2021 tiveram ausência de dados.

O aspecto 14.7 registra a aquisição de alimentos da agricultura familiar durante o período pandêmico de COVID-19, que garantiu a continuidade da alimentação escolar e promoveu a economia local, como mostra o Quadro 72, .

Em Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Guaraíta, Heitoráí, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana, a aquisição de alimentos da agricultura familiar foi consistentemente realizada nos 2020 e 2021 (pandemia COVID-19). Em Córrego do Ouro tanto em 2020 quanto em 2021 houve ausência de dados.

O aspecto 15 analisa a agricultura familiar, no aspecto 15.1 em que a entidade executora utilizou o mínimo de 30% para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, evidencia no Quadro 73.

Para analisar a conformidade dos municípios do estado de Goiás com a meta mínima de aquisição de 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, nos municípios do Território entre os anos de 2011 e 2022.

Os dados indicam uma variação significativa entre os municípios no cumprimento dessa meta ao longo dos anos. Municípios como Buriti de Goiás e Sanclerlândia demonstraram um alto nível de conformidade, com a maioria dos anos apresentando respostas afirmativas quanto à aquisição mínima exigida. Em contrapartida, municípios como Carmo do Rio Verde e Uruana apresentaram dificuldades recorrentes, com a maioria dos anos não atendendo à meta estabelecida.

Em 2011, Carmo do Rio Verde, Itaguari e Mossâmedes não cumpriram a meta devido à inviabilidade de fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios. No ano seguinte, em 2012, Carmo do Rio Verde e Uruana mantiveram-se não conformes pelos mesmos motivos. Já em 2013, Córrego do Ouro enfrentou a impossibilidade de emissão do documento fiscal, enquanto Goiás, Itaguari e Uruana relataram inviabilidade de fornecimento regular. Em 2014, além de Itapuranga com problemas fiscais, Mossâmedes e Uruana continuaram a enfrentar dificuldades de fornecimento.

Em 2015, Córrego do Ouro continuou com problemas fiscais, enquanto Uruana e Morro Agudo de Goiás relataram inviabilidade de fornecimento. No ano seguinte, Córrego do Ouro apresentou problemas sanitários, e Heitorai e Itaguari relataram dificuldades de fornecimento e condições inadequadas. Em 2017, Córrego do Ouro, Guaraíta, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes e Uruana continuaram com problemas de fornecimento. No ano de 2018, Itaguaru, Uruana, Mossâmedes e Carmo do Rio Verde enfrentaram problemas de fornecimento e emissão de documentos fiscais.

Em 2019, Mossâmedes, Córrego do Ouro e Uruana mantiveram problemas de fornecimento. No ano de 2020, Uruana, Itapirapuã, Guaraíta, Córrego do Ouro, Carmo do Rio Verde, Heitorai, Itaguari e Itaguaru relataram dificuldades semelhantes. Em 2021, Guaraíta e Morro Agudo de Goiás continuaram a enfrentar inviabilidade de fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios.

Dessa forma, é evidente que os motivos para a não conformidade variam a meta mínima de aquisição de 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, sendo frequentemente citadas a inviabilidade de fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios, a impossibilidade de emissão do documento fiscal e condições higiênico-sanitárias inadequadas. Por outro lado, é

importante notar que alguns municípios, como Goiás e Itapuranga, demonstraram uma melhoria ao longo do tempo, aumentando sua conformidade em anos subsequentes após períodos de não conformidade.

No aspecto 15.2, revela-se o valor repassado pelo PNAE a aquisição de alimentos escolares da agricultura familiar, conforme se mostra o Quadro 74. No aspecto 15.3 evidencia a porcentagem da compra refletem o comprometimento das EEx (municípios) com o apoio aos agricultores familiares com a meta no mínimo de 30% para aquisição de gêneros alimentícios por estes produzidos, conforme o Quadro 75.

A análise dos dados referentes à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar entre os anos de 2011 e 2022, em diversos municípios, evidencia uma significativa variação na implementação das políticas de compra. Esses percentuais, quando superiores a 30%, indicam uma adesão às diretrizes estabelecidas para fomentar a agricultura familiar e fortalecer a segurança alimentar e nutricional local.

Em Buriti de Goiás, observa-se uma constância relativa nos percentuais, com destaque para os anos de 2011 (30,54%), 2013 (30,02%), 2014 (30,25%) e uma recuperação notável em 2021 (57,70%) e 2022 (57,30%) após uma queda em 2020. Já em Goiás também demonstrou um desempenho positivo, especialmente em 2012 (29,29%), 2014 (30,59%), 2015 (31,41%) e 2016 (44,20%).

Já Guaraíta apresentou percentuais elevados no início como em 2011 (67,60%) e 2012 (59,04%), porém enfrentou variações nos anos subsequentes, com uma recuperação observada em 2022 (31,10%). Heitorai mostrou um comportamento volátil, com um pico em 2015 (94,43%) seguido de uma recuperação em 2017 (32,80%) e 2018 (53,80%). Itaberaí manteve um crescimento constante, atingindo 83,50% em 2022, demonstrando uma estabilidade na implementação da política.

Entretanto, Itaguari e Itaguaru exibiram percentuais variados, com Itaguari destacando-se em 2014 (35,47%) e 2016 (44,10%), enquanto Itaguaru apresentou um pico em 2011 (52,58%) e uma recuperação em 2021 (38,70%). Itapirapuã manteve percentuais acima de 30% em diversos anos, com destaque para 2011 (49,62%) e 2015 (47,66%).

Ademais, Itapuranga destacou-se significativamente com percentuais altos, especialmente em 2015 (101,80%) e 2022 (85,60%), sugerindo um forte investimento na agricultura familiar. Morro Agudo de Goiás, embora tenha apresentado variações, mostrou um aumento expressivo em 2018 (74,40%) e estabilidade em 2022 (41,10%). Sanclerlândia manteve percentuais elevados, superando 100% em 2016 (107,90%) e 2022 (70,10%).

Em Taquaral de Goiás teve um pico em 2013 (105,03%) e manteve-se acima de 30% em anos subsequentes, como 2020 (39,00%) e 2021 (34,30%). Uruana apresentou uma recuperação significativa em 2021 (34,80%) e 2022 (52,90%), após anos de percentuais mais baixos.

Desse modo, analisa-se que houve uma variação considerável entre os municípios, muitos demonstraram um forte compromisso com a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em algumas localidades em promover a segurança alimentar e apoiar a agricultura familiar, enquanto outros enfrentam desafios para manter a constância desta política pública.

O PNAE estabelece que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, por exemplo, as Entidade Executoras buscaram cumprir essa determinação, visando beneficiar tanto os estudantes quanto os agricultores familiares.

A análise detalhada da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em todos os municípios listados entre 2011 e 2022 revela uma diversidade considerável nos percentuais de compras. Os municípios foram classificados com base no número de anos em que atenderam ou superaram a política mínima de 30% de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O Quadro 76 apresenta a classificação dos municípios ao longo do período analisado.

Dessa forma, analisa-se que o município de Sanclerlândia se destacou ao longo do período, atendendo à política mínima de 30% em todos os doze anos analisados, período de 2011 a 2022. Em seguida, Itaberaí e Itapuranga também demonstraram um compromisso expressivo, atendendo a essa meta em nove anos. Buriti de Goiás e Itapirapuã seguiram com oito anos de cumprimento da política.

Esses dados refletem o sucesso desses municípios em promover a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar local.

Assim, a análise das políticas públicas de suporte à agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abrange diversos aspectos fundamentais que garantem a execução eficaz do programa e o cumprimento de suas diretrizes. A seguir, são discutidos os principais aspectos analisados:

Nos municípios de Sanclerlândia, Itaberaí, Itapuranga, Buriti de Goiás e Itapirapuã houve aporte financeiro adicional da Entidade Executora (EEx), como municípios, além dos repasses do FNDE com fornecimento de alimentação durante os 200 dias letivos, sem contratação empresas especializadas para o fornecimento de refeições. Esses municípios têm preferido contar com a participação direta dos agricultores familiares, no qual promovem uma alimentação mais saudável e diversificada para os estudantes.

Em relação à porcentagem do valor total repassado pelo FNDE destinado à alimentação escolar, Sanclerlândia, Itaberaí e Itapuranga mantiveram percentuais consistentemente elevados, frequentemente acima de 100%. Todavia, esses municípios com maior adesão à agricultura familiar não necessariamente adquiriram alimentos orgânicos nos períodos analisados.

Estes municípios se destacaram pela regularidade na chamada pública em quase todos os anos analisados, pois é um procedimento que garante transparência e igualdade de oportunidades para os agricultores familiares. Além disso, a presença de nutricionista responsável técnico é indispensável para a elaboração e supervisão dos cardápios escolares, no qual tiveram continuidade na presença deste ao longo de todo o período analisado. Assim, a presença de nutricionista garante a implementação eficaz das diretrizes nutricionais do PNAE.

A elaboração e o cumprimento dos cardápios garantem que alimentação escolar seja de qualidade. As práticas que aumentam a transparência e a confiança no programa incluem informações nutricionais sobre ingredientes, calorias e nutrientes, bem como a disponibilidade dos cardápios para a comunidade escolar. Os municípios como Sanclerlândia, Itaberaí e Itapuranga mantiveram a continuidade na

presença desses profissionais ao longo do período analisado, garantindo a qualidade das refeições oferecidas. Os cardápios devem atender a quantidades mínimas de frutas e hortaliças, tanto para períodos parciais quanto integrais, garantindo uma dieta equilibrada e rica em nutrientes.

Em Sanclerlândia, Itaberaí, Itapuranga, Buriti de Goiás e Itapirapuã, os cardápios escolares foram cumpridos totalmente, exceto alguns anos durante o período analisado. Sanclerlândia, por exemplo, apresentou cumprimento parcial em vários anos em 2012, 2013, 2015, 2016, 2021, 2022 devido a irregularidades na entrega dos gêneros alimentícios e outros imprevistos como falta de água, luz, gás, o que revela desafios contínuos na implementação eficaz dos cardápios planejados, mesmo assim, conseguiu atingir a meta mínima de aquisição de 30% de alimentação escolar da agricultura familiar.

A aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados deve corresponder a no mínimo 75% dos recursos repassados pelo FNDE, enquanto alimentos processados e ultraprocessados devem ser limitados a 20% e ingredientes culinários processados a 5%. Sanclerlândia, Itaberaí e Itapuranga cumpriram as metas de forma consistente, promovendo uma alimentação mais saudável. A inclusão de alimentos ricos em ferro heme e vitamina A nos cardápios escolares é essencial para prevenir deficiências nutricionais e promover a saúde dos estudantes, atendendo às necessidades específicas de cada faixa etária.

Os cardápios devem ser diferenciados conforme a etapa/modalidade de ensino atendida e para grupos específicos, como indígenas e quilombolas, garantindo o respeito às particularidades culturais e nutricionais, bem como as necessidades alimentares especiais e testes de aceitabilidade com intuito de melhorar a qualidade das refeições fornecidas. Sanclerlândia, Itaberaí e Itapuranga incluíram esses alimentos de forma consistente, garantindo uma dieta equilibrada e nutritiva. Ademais, as ações de educação alimentar e nutricional promovem hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes e suas famílias, e devem ser incorporadas às atividades escolares.

Durante a pandemia de COVID-19, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos pelo PNAE às famílias dos estudantes foi uma medida para garantir a

segurança alimentar. Sanclerlândia, Itaberaí, Itapuranga e Buriti de Goiás mantiveram essa distribuição de forma consistente em 2020 e 2021. O atendimento universal, a inclusão de alimentos *in natura* nos kits e a periodicidade de entrega foram parâmetros avaliados para assegurar a eficácia dessa distribuição.

A compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar fortalece a economia local e assegura a oferta de alimentos frescos e nutritivos. A análise do valor gasto e da porcentagem de compra de alimentos da agricultura familiar é fundamental para avaliar o impacto econômico e social do PNAE. Portanto, a análise abrangente das políticas públicas de suporte à agricultura familiar em Sanclerlândia, Itaberaí, Itapuranga, Buriti de Goiás e Itapirapuã permite avaliar a efetividade dessas políticas na promoção de uma alimentação escolar segura, nutritiva e inclusiva. A aplicação da política de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar varia consideravelmente entre os municípios analisados. Por isso foi analisado e avaliado cada aspecto de modo específicos de cada município para verificar a aplicação do PNAE, bem como a eficácia dessa política pública relacionada à agricultura familiar na elaboração do cardápio escolar e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou a importância da agricultura familiar na formação do cardápio escolar, conforme referenciado pelo PNAE, no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, no estado de Goiás. Os resultados destacam as contribuições significativas da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento econômico local e a formação de hábitos alimentares saudáveis nas escolas.

O presente estudo visa destacar a relevância do PNAE não apenas para promover a inclusão da segurança alimentar e nutricional, mas também identificar e analisar a dinâmica das compras institucionais, contribuindo para o desenvolvimento do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, no Estado de Goiás, por meio do apoio à agricultura familiar e promovendo a Alimentação Escolar.

A metodologia qualitativa adotada, com revisão bibliográfica e análise documental, permitiu uma compreensão aprofundada das dinâmicas locais e da eficácia das políticas públicas voltadas para a promoção de uma alimentação escolar saudável e sustentável. A análise documental, abrangendo dados do FNDE e políticas públicas implementadas, destacou a relevância da agricultura familiar para a formação dos cardápios escolares, a segurança alimentar e nutricional dos estudantes e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios analisados.

Os objetivos do estudo, focados na integração da agricultura familiar na alimentação escolar no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, foram alcançados através da análise detalhada dos fornecedores e da variabilidade nos municípios. No contexto dos 16 municípios analisados em atingir a meta mínima de 30% de aquisição de alimentos da agricultura familiar, os municípios de Sanclerlândia, Itaberaí, Itapuranga, Buriti de Goiás e Itapirapuã demonstraram alta conformidade com as diretrizes do PNAE.

A análise também destacou a importância da regularidade e consistência na aquisição de alimentos da agricultura familiar, além da necessidade de monitoramento contínuo e transparência na disponibilização das informações nutricionais, garantindo que todos os municípios cumpram os padrões mínimos nutricionais estabelecidos.

O estudo contribui significativamente para a literatura sobre políticas públicas de suporte à agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, evidenciando a relevância dessas políticas para a formação de hábitos alimentares saudáveis nas escolas. A pesquisa também identificou desafios na organização e consistência dos fornecedores, bem como a necessidade de diversificar e ampliar a base de fornecedores para garantir os cardápios escolares. Além disso, a integração de produtos *in natura* e minimamente processados foram utilizados como uma estratégia para melhorar a qualidade nutricional das refeições, contribuindo para práticas agrícolas saudáveis e para a saúde dos estudantes.

Sugere-se, para trabalhos futuros, a investigação de estratégias de análise do impacto das políticas públicas de suporte à agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional dos estudantes e no desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

A crescente contratação de nutricionistas ao longo dos anos tem fortalecido a posição desse profissional como o responsável pelas iniciativas relacionadas à alimentação escolar, pois planejam o cardápio da alimentação escolar, levando em consideração a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e as características agrícolas da região, a aquisição de alimentos até a produção e distribuição das refeições nas escolas. E ademais desenvolve e implementa ações de educação alimentar e nutricional nas instituições de ensino.

No entanto, professores, coordenadores pedagógicos, gestores locais do PNAE, os diretores das escolas são importantes para que sejam alcançadas as diretrizes e disposições da legislação do PNAE fazendo necessário investimentos na formação e na educação permanente, com multiprofissionais escolares.

A diversificação do cardápio escolar não se limita apenas à variedade de alimentos, mas também inclui a incorporação de ingredientes regionais e típicos da cultura local. A regionalização dos alimentos não apenas valoriza a identidade culinária da comunidade, mas também incentiva a produção e o consumo de produtos locais, contribuindo para a economia da região e para a segurança alimentar da comunidade. A utilização de produtos regionais também amplia o repertório alimentar dos estudantes, permitindo que eles experimentem sabores autênticos e tradicionais. Essa abordagem reforça a conexão entre os estudantes e a terra, fomentando o

entendimento sobre a origem dos alimentos e a importância da agricultura responsável.

Através do PNAE, o governo federal transfere recursos para estados e municípios com o intuito de fortalecer a alimentação escolar. As diretrizes do PNAE enfatizam a promoção de refeições balanceadas, a valorização da cultura alimentar local, o estímulo à produção local e a participação da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para as escolas. A conexão entre o PNAE e a agricultura familiar é uma estratégia fundamental para impulsionar a economia local, estimulando a produção de alimentos de qualidade, fortalecendo as redes de distribuição e garantindo a disponibilidade de alimentos frescos e nutritivos nas escolas.

A avaliação contínua e o monitoramento da efetividade das políticas de alimentação escolar são etapas que garantem que os objetivos do PNAE sejam alcançados. A coleta de dados sobre a qualidade da alimentação escolar, a adesão dos estudantes, os impactos na saúde e aprendizado, bem como o envolvimento da comunidade, permitem identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria. A falta de sistemas de monitoramento pode dificultar a tomada de decisões informadas e a identificação de problemas. A avaliação contínua é uma ferramenta de ajuste de políticas públicas e aprimoramento de programas ao longo do tempo, garantindo que as refeições escolares contribuam efetivamente para a SAN e para o bem-estar dos estudantes e a participação efetiva da agricultura familiar na formação do cardápio escolar.

6. IMPACTO SOCIAL E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A pesquisa sobre a contribuição da agricultura familiar para a composição dos cardápios escolares nos termos do PNAE no período de 2009 a 2022 apresenta um impacto social expressivo e uma relevância, pois o estudo revela que a integração da agricultura familiar nas políticas de alimentação escolar não só fortalece a segurança alimentar e nutricional dos alunos, mas também impulsiona o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais com a criação de novos mercados para os agricultores familiares, promovendo a sustentabilidade agrícola e a economia regional.

Ao analisar a implementação do PNAE nos municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, observa-se que a adesão às diretrizes do programa contribui para a diversificação da alimentação escolar e a introdução de alimentos seguros e nutritivos nas refeições dos alunos. Isso é fundamental para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, prevenindo doenças crônicas relacionadas à alimentação, como obesidade e diabetes. Assim, a pesquisa destaca a relevância da agricultura familiar como um suporte para a promoção da saúde pública e a qualidade de vida dos estudantes.

Ademais, a pesquisa mostra que municípios com maior participação de cooperativas demonstram fortalecimento das redes de apoio local e maior eficiência na distribuição dos produtos, proporcionando oportunidades de renda e trabalho para os agricultores familiares.

O impacto social da pesquisa se estende à valorização da produção local e ao incentivo de práticas agrícolas, incluindo alimentos orgânicos e minimamente processados nos cardápios escolares. Essa abordagem não só melhora a qualidade nutricional das refeições, mas também alinha-se aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Por fim, a pesquisa informa a importância do monitoramento contínuo e da transparência na implementação das políticas de alimentação escolar, garantindo que todos os municípios atinjam os padrões nutricionais mínimos estabelecidos, ou seja, no mínimo 30% de aquisição da alimentação escolar oriundos dos agricultores familiares. O acompanhamento rigoroso e a avaliação constante das práticas

alimentares nas escolas são essenciais para a consolidação de uma política pública eficaz, principalmente o PNAE, para assegurar que os benefícios da agricultura familiar atendem os estudantes, proporcionando uma alimentação segura, acessível e nutritiva. A pesquisa não apenas contribui para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também oferece subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, promovendo o bem estar das futuras gerações e a prosperidade das comunidades rurais locais.

7. REFERÊNCIA

ALIAGA, M. A. et al. Avaliação participativa da segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de Salvador, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2595-2604, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FDWFMHfvDbgXLSsJ7dtQrmM/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ALMEIDA, A. L.; IOCCA, F. A. S. Hábitos alimentares na educação infantil. *Eventos Pedagógicos*, Sinop, 2012.

ALMEIDA FILHO, N.; BELIK, W.; LOBO, D. da S.; ORTEGA, A. C.; COUTO, E. P.; VIAN, C. E. de F. Segurança Alimentar: Evolução Conceitual e Ação das Políticas Públicas na América Latina. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, Londrina, 2007.

ALPINO, T. de M. A. et al. Os impactos das mudanças climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 273-286, 2022.

ASSIS, T. R. D. P.; FRANÇA, A. G. D. M.; COELHO, A. D. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57, 577-593, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/BCKzGpHFdqBMChDYbTkcV4F/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

AUGUSTO, A. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In: *Forum Sociológico. Série II*. CESNOVA, 2014.

AZEREDO, C. M. Food environments in schools and in the immediate vicinity are associated with unhealthy food consumption among Brazilian adolescents. *Prev Med*, 2016, 88:73-79.

BAXTER, P.; JACK, S. Qualitative case study methodology: Study design and implementation for novice researchers. *The Qualitative Report*, v. 13, n. 4, p. 544-559, 2008.

BELLINASSO, J. S. et al. Educação alimentar com pré-escolares na promoção de hábitos saudáveis. *Disciplinarum Scientia. Série Ciências da Saúde*, v. 13, 2014. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA5_ID6242_06092018191619.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

BIANCHINI, V. U. et al. Critérios de sustentabilidade para o planejamento de cardápios escolares no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186757/PNTR0209-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 de setembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Guia Alimentar para a População Brasileira: promovendo alimentação saudável. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: MS, 2014.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/bitstream/123456789/2491/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CALLEGARI, M. A. et al. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional nas Comissões Regionais de São Paulo. *Revista Simbiologias*, v. 9, n. 12, 2017.

- CAMARGO, R. S. O efeito do programa territorial nas relações sociais dos agricultores familiares do território da cidadania do vale do Rio Vermelho-Go. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio)–Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_11/01_Ricardo_Camargo.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- CARVALHO, A. P. L. S. Importância da Alimentação para Melhorias na Aprendizagem de Crianças em Unidades Públicas De Ensino: Revisão Integrativa. *Revista Somma*, Teresina, v.2, n.2, p.74-83, jul./dez. 2016.
- CAVALCANTI, L. L. Segurança Alimentar e Nutricional na região Sul de Campinas: uma análise. 2022. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/a0bd735e-2cdb-4cd7-b22b-229f534a9ecc/2022_LarissaLoyolaCavalcanti_TGI.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- CAVALCANTI, L. A. Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Tese de Mestrado, Brasília, 2009. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6839/1/DM_Fernanda%20Malta%20Leite%20Nascimento.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- COSTA, C. G. A. Segurança alimentar e nutricional: significados e apropriações. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)-Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-13102008-153858/publico/ChrisCosta.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E. C. O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. *Revista de Nutrição*, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- CONSEA. Documento de Referência da II Conferência Nacional de SAN. Pernambuco, 2004.
- DAVIES, V. F.; MOUBARAC, J. C.; MEDEIROS, K. J.; JAIME, P. C. Aplicação de um sistema de classificação baseado no processamento de alimentos tema para um guia alimentar: uma análise qualitativa do Bra-experiência ziliana. *Saúde Pública*, 2018.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.

DETREAGIACHI, C. R. P.; BRAGA, T. M. S. Projeto criança saudável, educação dez: resultados com e sem intervenção do nutricionista. *Revista de Nutrição*, 2011.

DOS SANTOS, M. C. S. et al. Ensino da alimentação saudável: avaliação multidisciplinar. *Saúde Coletiva (Barueri)*, v. 13, n. 88, p. 13324-13336, 2023.

DUTRA, E. S. et al. Cardápios saudáveis. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.

FACCHINI, L. A. et al. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. *Cadernos de Saúde Pública*, 30, 161-174, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yyFyKT6Zb7gCytDCQbtRKfQ/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FERREIRA, H. G. R.; ALVES, R. G.; MELLO, S. C. R. P. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/xqWsbTHCw96PGzRZwvSFvRL/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FERREIRA, H. C.; SOUZA, M. E. C. A.; MOURA, F. A.; HORTA, B. L. Prevalência e fatores associados à Insegurança Alimentar e Nutricional em famílias dos municípios do norte de Alagoas, Brasil, 2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PcFTB5s6Mjgwmdn6w7rZJTJ/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FNDE/MEC. Dados Físicos e Financeiros do PNAE. Brasília, DF, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Developing Food-Based Dietary Guidelines: a manual from English-speaking Caribbean. Rome: FAO, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fygpP4WtxNyXvKPmrxKJ46m/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PcFTB5s6Mjgwmdn6w7rZJTJ/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FORMIGA, W. A. M.; ARAUJO, A. F. Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho-PB. Especialização em Gestão Pública Municipal, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2011.

FRITZ, K. B. B.; WAQUIL, P. D.; FRITZ FILHO, L. F. A Insegurança Alimentar no Rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação básica. *Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 26, p. 41-78, 2014.

GABRIEL, C. G. et al. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2014.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GUSMÃO, L. S. Educação alimentar e nutricional: contribuições para a segurança alimentar e nutricional de famílias de zona rural. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/bitstream/123456789/2491/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães, 2001.

KIRCH, A. T.; COPATTI, L. C. O Direito à Alimentação De Crianças e Adolescentes: uma discussão acerca do papel dos poderes do Estado e da sociedade civil em prol da concretização. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, São Paulo, v. 17, n. 26, 2013. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/issue/view/7/V.22%2C%20N.%2044%20-%20Vers%C3%A3o%20Completa>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LEITE, F. T. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida: Ideias&Letras, 2008.

LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. *Library Trends*, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 11, p. 3533-3546, 2015.

LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. The “singular view” in management case studies qualitative research in organizations and management. *An International Journal*, v. 2, n. 3, p. 194-207, 2007.

LOUREIRO, S. A. G. Alfabetização: uma perspectiva humanista e progressiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6839/1/DM_Fernanda%20Malta%20Leite%20Nascimento.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. *Cadernos de Debate*, v. 4, n. 1, p. 66-88, 1996. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 24 jun. 2024.

MELLO, A. L. et al. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 25, p. 119-132, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/xgWsbTHCw96PGzRZwvSFvRL/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MINAYO, M. de S. Comer bem é também garantir a segurança nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 1878-1878, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LXpyDY5sDjBZf4Dwh3rhKHx/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Análise do Inquérito Chamada Nutricional 2005. Ministério da Saúde, Brasília, 2005. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/196/2/RQS%20-%201.2%20-%20A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20dos%20escolares%20em%20tempo%20de%20pandemia%20-%20Simone%20Cesario%20Soares%20%26%20Marli%20Renate%20von%20Borstel%20Roesler.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MIZUNO, B. P. Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua relação com a agricultura familiar. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 16, n. 40, p. 91-114, abr., 2021.

MONTEIRO, C. A. et al. Uma nova classificação de alimentos com base na extensão e finalidade do seu processamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 26, p. 2039-2049, 2010.

MONTEIRO, C. A. Análise do Inquérito Chamada Nutricional 2005. Ministério da Saúde, Brasília, 2005. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/196/2/RQS%20-%201.2%20-%20A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20dos%20escolares%20em%20tempo%20de%20pandemia%20-%20Simone%20Cesario%20Soares%20%26%20Marli%20Renate%20von%20Borstel%20Roesler.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MORAIS, D. C.; DUTRA, L. V.; FRANSCSCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2014; 19(5):1475-1488.

NOBRE, G. C. Desempenho motor e escolar, autopercepção de competência e estado nutricional de crianças em situação de vulnerabilidade social: efeito do sexo, da idade e de uma intervenção com o clima de motivação para a maestria. 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172131/001056949.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. S. da S.; SANTOS, L. A. da S. Guias alimentares para a população brasileira: uma análise a partir das dimensões culturais e sociais da alimentação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2519-2528, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fyqwp4WtxNyXvKPmrxKJ46m/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. S. de. Caracterização de Cardápios Ofertados na Alimentação Escolar a Luz da Regulamentação do PNAE. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/40102>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PESSANHA, L.; VANNIER-SANTOS, C.; MITCHELL, P. V. Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. *Anais*, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://ww.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1753/1713>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PINHEIRO, A. R. de O. Reflexões sobre o processo histórico/político de construção da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1813>. Acesso em: 14 ago. 2024.

REINALDO, R. F. Insegurança alimentar na população brasileira: uma revisão de literatura sobre os níveis, os fatores de influência e a transferência de renda como medida de enfrentamento. 2023.

RIBEIRO, C. M. Padrão no consumo das famílias chefiadas por homens e por mulheres em insegurança alimentar no Brasil. 2023.

SCRINIS, G. Reducing and integrating. *Public Health Nutr*, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fyqgwP4WtxNyXvKPMrxKJ46m/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 27 jun. 2024.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: EDUSP, 1974.

SILVA, C. M. da. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL: os Territórios Estrada de Ferro e Vale do Rio Vermelho. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, UFRJ, 2014). Disponível em:

<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Teses/2014/Cleusa%20Maria%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. *Caderno de Saúde Pública*, v. 34, n. 4, p. 1-13, 2018. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasirj/issue/view/7/V.22%2C%20N.%2044%20-%20Vers%C3%A3o%20Completa>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, L. H.; MEDEIROS, M.; TAVARES, F. B.; DIAS, I. A.; FRAZÃO, A. G. F. PNAE em tempos de pandemia: Desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. *Mundo Amazônico*, 11(2), 17–36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/ma.v11n2.88519>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, S. M. C.; MARTINEZ, S. Cardápio: Guia práticos para a elaboração. São Paulo: Roca, 2008.

SOARES, S. C.; ROESLER, M. R. B. A insegurança alimentar dos escolares em tempos de pandemia. *Revista Quero Saber*, 2020. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/196/2/RQS%20-%201.2%20-%20A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20dos%20escolares%20em%20temp>

os%20de%20pandemia%20-%20Simone%20Cesario%20Soares%20%26%20Marli%20Renate%20von%20Borstel%20Roesler.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

SUGIZAKI, B. C. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na formação de Bacharelados em Gastronomia no Brasil. 2022.

TAKAGI, M. et al. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios. 2006.

TOZONI-REIS, M. F. C. A pesquisa científica em andamento. *Caderno de formação: formação de professores educação cultura e desenvolvimento*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

TRALDI, D. R.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. *Interações*, 2013.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado de alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/claud/Downloads/1_Aquisicao de produtos da agricultura familiar para o PNAE%20(2).pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Org.). *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó, SC: Unochapecó, 2016. p. 89-109. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/6Vr36CBZYtczfRxH4CrYJzs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 ago. 2024.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/7901/20078.

Acesso em: 22 jun. 2024.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada. In: VALENTE, F. L. S. *Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

VEIROS, M. B.; MARTINELLI, S. S. Avaliação qualitativa das preparações do cardápio escolar – AQPC Escola. *Nutrição em Pauta*, v. 20, n. 114, p. 3-12, 2012.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). State of School Feeding Worldwide. Rome: WFP, 2013.

8. APÊNDICE

Quadro 8 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Buriti de Goiás.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abacaxi, arroz tipo 1, banana maçã, cebolinha, cenoura, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão carioca, laranja, mandioca
2014	arroz tipo 1, farinha de mandioca, farinha de tapioca, feijão carioca, laranja
2015	arroz tipo 1, farinha de mandioca, feijão carioca, laranja
2016	abobrinha, abóbora, banana, beterraba, cenoura, couve manteiga, farinha de mandioca, maxixe
2017	abóbora, banana, cenoura, couve manteiga, farinha de mandioca, goiaba
2018	alface, abóbora, cenoura, farinha de tapioca
2019	abóbora, beterraba, cenoura, milho verde
2020	abóbora, beterraba, cenoura, cebolinha, farinha de trigo, frango, maxixe
2021	abacaxi, abobrinha, alface, alface crespa, alho com casca, beterraba, cebolinha, cenoura, farinha de tapioca, goiaba
2022	abobrinha, abóbora, abóbora cabotian, alface, alface lisa, alho, batata inglesa, beterraba, cebolinha, cenoura, coentro, couve manteiga, farinha de trigo, goiaba, jiló, laranja, limão, macaxeira, milho verde, moranga, pepino

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 9 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Carmo do Rio Verde.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abobrinha italiana, batata doce, cará, chuchu, inhame, laranja, mandioca, milho verde, ovo de galinha, repolho
2014	-
2015	abobrinha, abóbora, banana, batata doce, cará, chuchu, inhame, laranja, mandioca, milho verde, ovo de galinha
2016	abobrinha, abóbora, banana, batata doce, batata inglesa, cará, cebola, cenoura, chuchu, inhame, laranja, mandioca, milho verde, ovo de galinha, repolho
2017	abobrinha, abóbora, batata doce, batata inglesa, cará, cebola, chuchu, inhame, mandioca, milho verde, repolho, tomate salada
2018	abobrinha, abóbora cabutia, cará, cenoura, chuchu, inhame, mandioca, milho verde, ovo de galinha caipira, polpa de abacaxi, polpa de maracujá, polpa de tamarindo, polpa de uva, tomate, uva niagara, vagem
2019	abacaxi, banana maçã, batata inglesa, beterraba, cará, chuchu, inhame, mandioca, milho verde, ovos, repolho verde, tomate
2020	-
2021	-
2022	abacaxi, abóbora cabotiá, abobrinha verde, alface, banana maçã, banana prata, banana terra, batata doce, batata inglesa, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, inhame, laranja, limão-taiti, mamão formosa, maçã, mandioca, milho verde, ovos de granja, tomate

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 10 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Goiás.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abacaxi, abobrinha, abóbora, abóbora cabotian, abóbora menina, brasileira, alface, alho com casca, açafão, banana, banana da terra, banana maçã, banana prata, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de mandioca, farinha de trigo, inhame, laranja, mamão, mandioca, mandioca picada e/ou descascada, maracujá, melancia, milho verde, milho verde enlatado, polvilho, queijo prato, rapadura, repolho, repolho branco, tomate salada
2014	abobrinha, abóbora, alface, alho com casca, açafão, banana, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de mandioca, inhame, laranja, mamão, mandioca, mandioca picada e/ou descascada, maracujá, melancia, milho verde, polvilho, queijo prato, rapadura, repolho, repolho branco, tomate salada
2015	abobrinha, abóbora, alface, alho com casca, banana, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de mandioca, inhame, laranja, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, polvilho, queijo prato, rapadura, repolho, repolho branco, tomate salada
2016	abóbora, alface, alho com casca, banana, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de mandioca, inhame, laranja, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, polvilho, queijo prato, repolho, repolho branco, tomate salada
2017	abobrinha, alface, alho com casca, banana, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, farinha de mandioca, inhame, laranja, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, polvilho, queijo prato, repolho, tomate salada
2018	abóbora, alface, alho com casca, banana, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, laranja, mamão, mandioca, melancia, milho verde, polvilho, repolho, tomate salada
2019	abobrinha, abóbora, alface, alho com casca, banana, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de mandioca, inhame, laranja, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, polvilho, repolho, tomate salada
2020	-
2021	-
2022	abacaxi, abóbora japonesa, abóbora kabutia, abobrinha, abóbora cabutiá, alface, alface palito, alho, banana marmelo, banana prata, batata, batata doce, batata inglesa, beterraba, carne acém moído, carne 2° moída, carne bovina, cenoura, chuchu, couve, farinha de mandioca, hortifrútica (batata doce, batata in natura, beterraba fresca, cenoura fresca), laranja, linguiça suína, mamão formosa, mandioca, mandioca descascada, milho verde, polvilho, queijo prato, repolho, repolho verde, tomate

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 11 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Guaraíta.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abacate, abobrinha paulista, abóbora, abóbora moranga, abóbora seca, alface crespa, alface lisa, açafão, banana, banana da terra, banana maçã, banana prata, batata doce, beterraba, caju, cará, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chuchu, couve manteiga, couve-flor, inhame, limão tahiti, mamão formosa, mandioca, maracujá, mexerica ponkan/bergamota/tangerina, milho verde espiga, pimentão amarelo/vermelho, rabanete, repolho branco, salsinha, tamarindo, tomate salada
2014	abacaxi, abobrinha, beterraba, caju, cará, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chuchu, couve manteiga, inhame, limão, mamão, mandioca, maracujá, mexerica ponkan/bergamota/tangerina, rabanete, repolho, salsinha, tamarindo, tomate salada

2015	-
2016	-
2017	abacate, abacaxi, alface, banana, batata doce, beterraba, cenoura, couve manteiga, inhame, limão, mamão, maracujá, milho verde espiga, tamarindo, tomate salada
2018	abacate, abacaxi, abobrinha, abóbora, alface, banana, beterraba, cajá-manga, cenoura, couve manteiga, limão, mamão, mandioca, maracujá, milho verde espiga, pimentão amarelo/vermelho, tamarindo, tomate para molho
2019	abacaxi, abobrinha, abóbora, alface, banana, beterraba, cenoura, couve manteiga, limão, mamão, mandioca, maracujá, milho verde espiga, repolho, tomate salada
2020	batata doce, cenoura, maracujá, tomate com semente
2021	abóbora madura, tomate para molho
2022	abóbora madura, polpa de abacaxi 100g, polpa de acerola, polpa de acerola 100g, polpa de caju, polpa de maracujá, polpa de tamarindo, repolho

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 12 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Heitorai.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abóbora menina, alface lisa, banana da terra, banana nanica, beterraba, cenoura, cheiro verde, couve manteiga, mandioca, polpa de frutas
2014	abobrinha, abóbora, banana, batata inglesa, beterraba, biscoito doce, carne bovina de 1ª, cebola, cheiro verde, doce de leite, farinha de mandioca, farinha de trigo, mandioca, mexerica ponkan, milho verde, pimentão verde, polpa de frutas, polvilho, proteína texturizada de soja, rabanete, repolho, rúcula, salsinha, tempero pronto, tomate salada, trigo para quibe
2015	abóbora, alface, banana, beterraba, cebolinha, cenoura, cheiro verde, couve manteiga, doce de leite, mamão, mandioca, milho verde, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, tomate salada
2016	acerola, açafraão, banana, batata doce, cebolinha, cheiro verde, couve manteiga, mandioca, milho verde congelado, milho verde, rúcula
2017	abobrinha, abóbora, abóbora picada, acerola, alface, banana, beterraba, cheiro verde, couve manteiga, jiló, mamão, mandioca, mandioca picada, maracujá, maçã, milho verde, polpa de frutas
2018	abóbora verde, abobrinha, alface, acerola, banana, couve, acerola, banana maçã, banana marmelo, mamão comum, mandioca, maracujá, milho verde, mamão, mandioca, polpa acerola, polpa caju, polpa goiaba, polpa maracujá, polpa tamarindo
2019	abóbora verde, açafraão da terra, açafraão in natura, alface, banana maçã, cebolinha, cheiro verde, couve, acerola, banana maçã, banana marmelo, cajamanga, cheiro verde, mamão comum, mamão formoso, mandioca descascada, mandioca fresca, tangerina murcot, mamão, mandioca, mandioca descascada, mandioca, milho verde, polpa acerola, polpa caju, polpa tamarindo
2020	acerola, açafraão, banana, cheiro verde, mandioca
2021	abacate, abobrinha, abóbora, acerola, alface, banana, batata doce, beterraba, cará, cenoura, chuchu, couve manteiga, couve-flor, goiaba, inhame, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maracujá, melancia, mexerica ponkan, milho verde, morango, polpa de frutas, repolho, rúcula, tamarindo, tomate salada

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 13 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Itaberai.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
-----	--

2013	abóbora menina, alface americana, arroz tipo 1, banana prata, beterraba, biscoito de polvilho, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de mandioca, farinha de milho amarela, feijão carioca, laranja pêra, mandioca, milho para canjica, polvilho azedo, polvilho doce, repolho branco
2014	abobrinha, abóbora, alface, arroz tipo 1, banana, beterraba, biscoito de polvilho, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de mandioca, feijão carioca, laranja, mandioca, maracujá, milho para canjica, polvilho
2015	abobrinha, abóbora, alface, arroz integral, arroz tipo 1, banana, beterraba, biscoito de polvilho, cenoura, chuchu, couve manteiga, feijão carioca, laranja, mandioca, milho para canjica, repolho
2016	abobrinha, abóbora, alface, banana, beterraba, biscoito de polvilho, carne bovina, cenoura, chuchu, couve manteiga, laranja, mamão, mandioca, repolho
2017	abobrinha, abóbora, alface, banana, beterraba, biscoito de polvilho, carne bovina, cenoura, chuchu, couve manteiga, laranja, mamão, mandioca, milho verde, espiga, repolho
2018	abobrinha, abóbora kabutiá, alface, banana prata, beterraba, carne bovina, cenoura, chuchu, couve, laranja, mamão, mandioca, milho verde, repolho
2019	abacaxi, abóbora verde, abobrinha, abóbora cabotiá, alface, banana marmelo, banana maçã, banana prata, batata doce, batata inglesa, beterraba, carne bovina, cebola, cenoura, chuchu, couve, laranja, mamão, mamão formosa, mandioca, milho verde, polvilho, repolho, tomate, vagem
2020	abacaxi, abobrinha verde, abóbora cabotiá, alface, banana marmelo, banana prata, batata doce, batata inglesa, beterraba, bolo, carne bovina, carne suína, cebola, cenoura, chuchu, couve, farinha de mandioca, laranja, leite, mamão, mamão formosa, mandioca, milho verde, polvilho doce, repolho, tomate, vagem
2021	abacaxi, abóbora verde, abóbora cabotiá, alface, banana marmelo, banana maçã, banana prata, batata doce, beterraba, carne bovina, cenoura, chuchu, couve, laranja, mamão formosa, mandioca, repolho
2022	abacaxi, abóbora cabotiá, abóbora verde, abobrinha verde, alface, alho, banana marmelo, banana maçã, banana prata, carne bovina, cenoura, chuchu, couve, espiga de milho verde, fermento biológico, fubá de milho, laranja, leite, leite in natura, mandioca, queijo mussarela, repolho, tomate

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 14 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Itaquari.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	-
2014	abacaxi, abóbora, acerola, banana, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, laranja, mamão, mandioca, manga, maracujá, ovo de galinha caipira, repolho, tomate salada
2015	abobrinha, abóbora, alface, banana, batata inglesa, beterraba, cenoura, couve manteiga, laranja, mamão, mandioca, maracujá, milho verde, espiga, repolho, tomate salada
2016	abacaxi, abóbora, acerola, alface, banana, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, couve manteiga, laranja, mamão, mandioca, manga, maracujá, melancia, milho verde, espiga, repolho, tomate salada
2017	abacate, abacaxi, abóbora, alface, banana, berinjela, beterraba, cenoura, laranja, mandioca, manga, maracujá, melancia, milho verde, espiga, pepino, polpa de frutas, repolho, tomate salada
2018	alface, abacate, abacaxi, abóbora, abóbora picada e/ou descascada, banana maçã, banana marmelo, batata doce, banana, berinjela, beterraba, cenoura, chuchu, limão, laranja, mandioca, maracujá, mamão, manga, melancia, milho verde, espiga, polpa de acerola, polpa de caju, polpa de goiaba, polpa de manga, polpa de maracujá, polpa de tamarindo, pepino, polpa de frutas, repolho, tomate salada, vagem

2019	abacate, abacaxi, abóbora, alface, banana maçã, banana marmelo, banana, batata doce, beterraba, cenoura, chuchu, goiaba, laranja, mandioca, mandioca descascada, mamão, manga, melancia, mexerica ponkan, milho verde, espiga, polpa acerola, polpa caja, pepino, polpa de frutas, repolho, tamarindo, tomate salada, vagem
2020	abobrinha, abóbora, alface, banana maçã, banana, batata doce, beterraba, cenoura, chuchu, laranja, mandioca descascada, mexerica ponkan, polpa de frutas, repolho, tomate salada
2021	banana maçã, banana marmelo, batata doce, beterraba, cenoura, chuchu verde, laranja pera rio, mamão
2022	abacate, abacaxi, abóbora, banana da terra, laranja pêra, mamão, mandioca descascada, manga tommy, maracujá, polpa de frutas, mexerica ponkan

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 15 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Itaguaru.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	-
2014	-
2015	-
2016	-
2017	-
2018	tomate para molho
2019	-
2020	achocolatado em pó, ovo de galinha, tomate salada, óleo de soja
2021	abacaxi, abobrinha, abóbora, alho com casca, arroz integral, arroz tipo 2, batata inglesa, carne bovina de 2ª, salsicha
2022	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 16 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Itapirapuã.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abóbora cabotian, alface lisa, almôndega de peixe, cenoura, couve manteiga, farinha de mandioca, frango caipira, linguiça de porco, mandioca, polpa de frutas
2014	-
2015	frango caipira, polpa de frutas
2016	frango caipira, polpa de frutas
2017	frango caipira, polpa de frutas
2018	frango caipira, polpa de frutas

2019	frango caipira, polpa de frutas
2020	-
2021	-
2022	couve, caju, banana maçã, tamarindo

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 17 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Itapuranga.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abacaxi, abobrinha, abóbora, abóbora cabotian, abóbora menina, abóbora seca, acerola, alface, alface americana, amendoim, arroz tipo 1, açaí, açúcar, banana, banana da terra, banana maçã, banana nanica, banana prata, batata doce, beterraba, caju, cajá, carne bovina de 1ª, carne bovina de 2ª, carne suína, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chuchu, couve manteiga, farinha de milho amarela, feijão vermelho, fermento químico, frango inteiro, frango, coxa e sobrecoxa, frango, peito, fubá de milho, inhame, jiló, laranja, linguiça, macarrão de trigo, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, maracujá, margarina, melancia, milho verde, morango, pimenta, polpa de frutas, polvilho, queijo minas frescal, queijo parmesão ralado, quiabo, repolho, repolho branco, tamarindo, tomate caqui, tomate com semente, tomate salada, uva, óleo de soja
2014	abobrinha, abóbora, abóbora cabotian, abóbora menina, abóbora seca, alface, arroz tipo 1, açaí, banana, beterraba, cebolinha, cenoura, chuchu, couve manteiga, feijão vermelho, fermento químico, frango inteiro, inhame, jiló, laranja, linguiça, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, morango, pimenta, polpa de frutas, polvilho, queijo minas frescal, queijo parmesão ralado, quiabo, repolho, repolho branco, tomate salada, óleo de soja
2015	abobrinha, abóbora, alface, banana, beterraba, cebolinha, cenoura, chuchu, couve manteiga, frango inteiro, inhame, mamão, mamão formosa, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, morango, pimenta, polpa de frutas, repolho, tomate salada, óleo de soja
2016	abobrinha, abóbora, alface, banana, beterraba, cebolinha, cenoura, chuchu, couve manteiga, frango inteiro, inhame, mamão, mamão formosa, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, morango, pimenta, polpa de frutas, repolho, tomate salada, óleo de soja
2017	abobrinha, abóbora, alface, banana, beterraba, cebolinha, cenoura, chuchu, couve manteiga, frango inteiro, inhame, mamão, mamão formosa, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, morango, pimenta, polpa de frutas, repolho, tomate salada, óleo de soja
2018	abóbora, abóbora verde, alface americana, banana marmelo, banana prata, batata doce, beterraba, cebola argentina, cenoura, chuchu, couve, feijão ibia carioca, feijão vermelho, fermento químico, frango inteiro, frango, coxa e sobrecoxa, frango, peito, fubá de milho, inhame, macarrão de trigo, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, melancia, morango, pimenta, polpa de frutas, polvilho, queijo minas frescal, queijo parmesão ralado, quiabo, repolho, repolho branco, tomate salada, óleo de soja
2019	abóbora, abóbora verde, alface americana, amendoim paulista, arroz ibia, arroz safra, banana marmelo, banana prata, batata doce, beterraba, cenoura, cebola argentina, cebolinha verde, chuchu, couve, coxa/sob, farinha de milho amarela, feijão ibia carioca, feijão vermelho, fermento químico, frango inteiro, frango, coxa e sobrecoxa, frango, peito, fubá de milho, inhame, macarrão de trigo, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, melancia, morango, pimenta, polpa de frutas, polvilho, queijo minas frescal, queijo parmesão ralado, quiabo, repolho, repolho branco, tomate salada, óleo de soja
2020	abóbora madura, abóbora verde, alface americana, banana marmelo, banana prata, batata doce, beterraba, cenoura, cebola argentina, chuchu, couve, feijão ibia carioca, feijão vermelho, fermento químico, frango inteiro, frango, coxa e sobrecoxa, frango, peito, fubá de milho, inhame, macarrão de trigo, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, melancia, morango, pimenta, polpa de frutas, polvilho, queijo minas frescal, queijo parmesão ralado, quiabo, repolho, repolho branco, tomate salada, óleo de soja
2021	abóbora madura, abóbora verde, alface americana, banana marmelo, banana prata, batata doce, beterraba, cenoura, cebola argentina, chuchu, couve, feijão ibia carioca, feijão vermelho, fermento químico, frango inteiro, frango, coxa e sobrecoxa, frango, peito, fubá de milho, inhame, macarrão de trigo, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, melancia, morango, pimenta, polpa de frutas, polvilho, queijo minas frescal, queijo parmesão ralado, quiabo, repolho, repolho branco, tomate salada, óleo de soja

2022	abóbora madura, abóbora verde, alface americana, banana marmelo, banana prata, batata doce, beterraba, cenoura, cebola argentina, chuchu, couve, feijão ibia carioca, feijão vermelho, fermento químico, frango inteiro, frango, coxa e sobrecoxa, frango, peito, fubá de milho, inhame, macarrão de trigo, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, melancia, morango, pimenta, polpa de frutas, polvilho, queijo minas frescal, queijo parmesão ralado, quiabo, repolho, repolho branco, tomate salada, óleo de soja
-------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 18 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Morro Agudo.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abacate, abóbora cabotian, batata inglesa, cenoura, chuchu, repolho branco, tomate caqui
2014	abacate, abóbora, batata inglesa, cenoura, chuchu, repolho, tomate salada
2015	abacate, abóbora, beterraba, cenoura, chuchu, repolho, tomate salada
2016	abóbora, batata doce, cenoura, chuchu, mexerica ponkan, tomate salada
2017	abóbora, batata doce, beterraba, cenoura, chuchu, tomate salada
2018	abóbora, banana, batata doce, cenoura, chuchu, mamão, tomate salada
2019	abacaxi, abacaxi pérola, abóbora kabutia, abobrinha, achocolatado, açúcar, alface, alface lisa, alho, amendoim, amido de milho, arroz, banana, batata inglesa, beterraba, cenoura, farinha de trigo, feijão, frango, abóbora japonesa, repolho, tomate salada
2020	abacaxi, abacaxi pérola, abóbora kabutia, abobrinha, achocolatado, açúcar, alface, alface lisa, alho, amendoim, amido de milho, arroz, banana, batata inglesa, beterraba, cenoura, farinha de trigo, feijão, frango, abóbora japonesa, repolho, tomate salada
2021	abacate comum, abacaxi havaí, abacaxi pérola, abóbora moranga, abóbora japonesa, abóbora verde, banana maçã, banana prata, batata doce, beterraba, cebola argentina, cebola nacional, cenoura, chuchu verde, inhame, pepino caipira, pimenta bode, pimenta de cheiro, repolho, tomate grape, mamão, mexerica ponkan, polvilho, tomate salada
2022	abacate comum, abacaxi havaí, abacaxi pérola, abóbora moranga, abóbora japonesa, abóbora verde, banana maçã, banana prata, batata doce, beterraba, cebola argentina, cebola nacional, cenoura, chuchu verde, inhame, pepino caipira, pimenta bode, pimenta de cheiro, repolho, tomate grape, mamão, mexerica ponkan, polvilho, tomate salada

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 19 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Mossâmedes.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	-
2014	-
2015	-
2016	-
2017	-
2018	farinha de mandioca, polvilho
2019	farinha de mandioca
2020	-

2021	cenoura, laranja
2022	abacaxi, abóbora cabutia, alface, banana prata, beterraba, cenoura, abacaxi havai, abóbora japonesa, alface americana, alface crespa, banana prata, beterraba, cenoura, laranja hamlim, melancia, repolho, laranja, mandioca congelada, melancia, repolho

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 20 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Sanclerlândia.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	abacate, abacaxi, abobrinha italiana, abobrinha paulista, abóbora cabotian, abóbora menina, abóbora moranga, acerola, alface crespa, alface lisa, banana da terra, banana maçã, banana pacova, banana prata, batata doce, caju, cebolinha, coco verde, couve manteiga, farinha de milho amarela, farinha de mandioca, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, maracujá, milho verde, polvilho azedo, polvilho doce, quiabo, tamarindo, tempero verde
2014	abacate, acerola, alface, banana, beterraba, caju, cheiro verde, chuchu, farinha de milho amarela, farinha de mandioca, jiló, laranja, limão, mamão, mamão formosa, mamão papaia, mandioca, maracujá, milho verde, polvilho doce, polvilho, quiabo, tamarindo, tomate salada
2015	abacate, acerola, alface, banana, caju, cheiro verde, chuchu, farinha de milho amarela, farinha de mandioca, jiló, laranja, mamão, mandioca, maracujá, milho verde, polvilho doce, polvilho, quiabo, tamarindo
2016	abacaxi, acerola, alface, banana, caju, cheiro verde, chuchu, coco verde, couve manteiga, farinha de milho amarela, farinha de mandioca, jiló, laranja, mamão, mandioca, maracujá, milho verde, polvilho, quiabo, tamarindo
2017	abacaxi, acerola, alface, banana, caju, cheiro verde, chuchu, coco verde, couve manteiga, farinha de milho amarela, farinha de mandioca, laranja, limão, mamão, mandioca, maracujá, polvilho doce, polvilho, tamarindo
2018	abacaxi, acerola, alface, banana, cheiro verde, chuchu, couve manteiga, farinha de milho amarela, farinha de mandioca, limão, mamão, mandioca, maracujá, polvilho doce, polvilho, tamarindo
2019	abobrinha, abóbora, alface, banana, caju, cheiro verde, farinha de milho amarela, farinha de mandioca, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca, maracujá, polvilho, quiabo, tamarindo
2020	abacate, abóbora, acerola, alface, banana, beterraba, cenoura, coco, farinha de mandioca, mamão, mandioca, polvilho doce, tamarindo
2021	abóbora madura, alface, cheiro verde, couve, farinha de mandioca, abacate comum, abacaxi havai, abacaxi pérola, abóbora madura, alface americana, alface solta, banana maçã, banana ouro, caju, cheiro verde, couve, couve-de-bruxelas, inhame, laranja hamlim, laranja pera, limão china, mandioca descascada, maracujá azedo, repolho, tamarindo, tomate grape, mamão formosa, mamão papaia, mandioca descascada, milho verde, polvilho, quiabo, tamarindo
2022	abóbora madura, alface, cheiro verde, couve, farinha de mandioca, abacate comum, abacaxi havai, abacaxi pérola, abóbora goianinha, abóbora madura, abóbora verde, acerola, alface americana, banana maçã, banana ouro, caju, cheiro verde, couve, couve-de-bruxelas, inhame, laranja hamlim, limão china, mandioca descascada, maracujá azedo, repolho, tamarindo, tomate grape, mamão formosa, mamão papaia, mandioca descascada, milho verde, polvilho, quiabo, tamarindo

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024)..

Quadro 21 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Taquaral de Goiás.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
-----	--

2013	abacaxi, abobrinha paulista, abóbora cabotian, abóbora menina, acelga, alface crespa, alho, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, couve-flor, laranja pêra, mamão formosa, maracujá, melancia, milho verde, pepino, pimenta de cheiro, repolho branco, tomate com semente, vagem
2014	abacaxi, abobrinha, abóbora, alface, alho com casca, banana, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, couve-flor, jiló, mamão, mandioca, maracujá, milho verde, pepino, pimentão verde
2015	abacaxi, abobrinha, abóbora, alface, alho com casca, banana, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, pão de milho, pão de queijo, pão, repolho, tomate salada
2016	abacaxi, abóbora, alface, alho com casca, amido de milho, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve manteiga, extrato de tomate, feijão carioca, leite de vaca integral, mamão, mandioca, maçã, melancia, milho verde, ovo de galinha, repolho, sal refinado, tomate salada
2017	abacaxi, alface, batata doce, beterraba, cenoura, cheiro verde, chuchu, couve manteiga, laranja, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, pão de queijo, pão, repolho, tomate salada, vagem
2018	abóbora, alface, batata inglesa, biscoito salgado, cebola, couve manteiga, iogurte, leite de vaca integral, mamão, mandioca, maracujá, milho verde, polpa de frutas, repolho, tomate salada, vagem
2019	abóbora, alho com casca, banana, batata doce, beterraba, cenoura, chuchu, couve manteiga, farinha de banana, jiló, laranja, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, pão de queijo, pão, repolho, tomate salada, vagem
2020	abacate, chuchu, couve manteiga, doce de leite, farinha de banana, banana maçã, batata doce, beterraba, cenoura, chuchu preto, laranja pera, iogurte, leite pasteurizado, leite de vaca integral, mamão, maracujá, melancia, milho verde, tomate salada
2021	banana maçã, batata doce, beterraba, cenoura, chuchu preto, laranja pera, mamão, maracujá, polpa de frutas, tomate.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 22 - Descrição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na composição do cardápio escolar de 2013 a 2022 no município de Uruana.

Ano	Alimentos que compõem o cardápio escolar produzido pela agricultura familiar
2013	banana, banana maçã, mandioca, maracujá, polpa de frutas
2014	banana, mandioca, polpa de frutas
2015	banana, abobrinha, abóbora, mandioca, maracujá
2016	banana, abóbora, alface, batata doce, batata inglesa, beterraba, cenoura, cheiro verde, chuchu, couve manteiga, couve-flor, laranja, mamão, mandioca, mandioca picada, maracujá, melão, milho verde, morango, pepino
2017	banana, abóbora, alface, batata doce, batata inglesa, cebola, cenoura, mandioca, maracujá
2018	banana, abacaxi, abóbora picada, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, cheiro verde, mandioca, maracujá, pêra, tomate salada
2019	banana, abacaxi, alface, beterraba, caju, cebola, cenoura, chuchu, farinha de mandioca, laranja, mamão, mandioca picada, maracujá, milho verde, polpa de frutas, repolho, tomate salada
2020	banana, batata doce, batata inglesa, cenoura, chuchu, laranja, mamão, mandioca, mandioca picada, maracujá, maçã, pepino
2021	banana, abacaxi, abóbora, alface americana, alface crespa, batata doce, batata inglesa, beterraba, caju, cebola, cenoura, cheiro verde, chuchu, laranja pêra, mamão, mamão formosa, mandioca descascada, milho verde, repolho branco, tomate cereja

2022	banana maçã, abobrinha, abóbora, alface americana, alface crespa, batata doce, batata inglesa, beterraba, caju, cebola, cenoura, cheiro verde, chuchu, laranja pêra, mamão, mamão formosa, mandioca descascada, milho verde, repolho branco, tomate cereja
------	--

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 23 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Buriti de Goiás no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	A. C. M., E. C. S., R. A. B.
2014	E. P. N., R. A. B.
2015	E. P. N., R. A. B.
2016	V. F. C., O. P. O.
2017	O. P. O., V. F. C.
2018	V. F. C., O. P. O.
2019	D. A. C. S., V. F. C.
2020	V. F. C., D. A. C. S.
2021	D. A. C. S.
2022	D. A. C. S.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 24 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Carmo do Rio Verde no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	J. C. R.
2014	J. C. R.
2015	L. A. A., J. C. R.
2016	L. A. A.
2017	L. A. A.
2018	L. A. A.
2019	L. A. A.
2020	L. A. A.
2021	L. A. A.
2022	Cooperativa Agropecuária Regional dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Ceres

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 25 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Goiás no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2014	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2015	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2016	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2017	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2018	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Aragoiânia - COOPERMAFA
2019	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO – COAPRI, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Aragoiânia - COOPERMAFA
2020	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2021	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2022	A.C.M.M, Cooperativa Mista de Agricultores Familiares Esperança Verde Aparecida de Goiânia - COOPERMAFEVE, Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 26 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Guaraíta no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	A. B. S., T. P. S., G. M. S., R. M. S. A., D. S. G., D. C. S., I. P. S., I. J. S.
2014	D. C. S., I. J. S., A. B. S., T. P. S., J. B. S., M. C. S., E. N. S., R. M. S. A., D. S. G.
2015	D. C. S., I. J. S., A. B. S., T. P. S., J. B. S., M. C. S., E. N. S., R. M. S. A., D. S. G.
2016	D. C. S., I. J. S., A. B. S., T. P. S., J. B. S., M. C. S., E. N. S., R. M. S. A., D. S. G.
2017	J. B. S., R. M. S. A., F. P. S., M. J. F. M., T. P. S.
2018	T. P. S., J. B. S., R. M. S. A., F. P. S., M. J. F. M.
2019	R. M. S. A., M. J. F. M., D. C. S., T. P. S., J. B. S., F. P. S.
2020	M. J. F. M., R. M. S. A., D. C. S.
2021	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI
2022	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 27 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Heitorai no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE
2014	S. D. S., G. D., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai – COOPAFHE,
2015	S. D. S, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai – COOPAFHE,
2016	S. D. S.
2017	S. D. S., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai – COOPAFHE,
2018	S. D. S., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai – COOPAFHE
2019	S. D. S., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai – COOPAFHE
2020	S. D. S.
2021	F. S. M., S. D. S.
2022	S. D. S.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 28 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Itaberaí no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	R. M. M., C. S. M., D. J. C., M. N. M. S., H. B. S, Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Jaraguá e Região - COOPERFAMILIAR - Jaraguá, Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI.
2014	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI , Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Jaraguá e Região - COOPERFAMILIAR - Jaraguá
2015	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI, Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Jaraguá e Região - COOPERFAMILIAR - Jaraguá
2016	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI
2017	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI

2018	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI
2019	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI
2020	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI
2021	Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI
2022	S. R. Ltda, Cooperativa Agropecuária Dos Produtores Rurais de Itaberaí-Go - COAPRI

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 29 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Itaguari no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	-
2014	C. D. G., A. R. S., E. C. O., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE
2015	E. C. O., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE
2016	E. C. O., A. R. S., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE.
2017	E. C. O., F. S. M., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE.
2018	Cooperativa Mista Dos Agricultores Familiares De Santa Rosa De Goiás - COOPSAR, F. S. M., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE, E. C. O.
2019	F. S. M., E. C. O., M. M. R., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE.
2020	F. S. M., E. C. O., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE.
2021	E. C. O., A. C. M. M., F. S. M.
2022	F. S. M., E. C. O., M. M. R, Cooperativa Mista de Aragarças

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 30 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Itaguaru no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar - Itaguaru
2013	-
2014	-
2015	-

2016	-
2017	-
2018	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Heitorai - COOPAFHE
2019	A. C. M. M., F. S. M., A. C. S.
2020	F. S. M.
2021	A. C. M. M., F. S. M., A. C. S.
2022	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 31 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Itapirapuã no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	W. C. S., J. J. B., J. B. L.
2014	-
2015	M. A. P., A. A. A. P.
2016	A. A. A. P.
2017	A. A. A. P.
2018	A. A. A. P.
2019	A. A. A. P.
2020	-
2021	-
2022	S. A. E., R. R. S.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 32 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Itapuranga no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI
2014	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI
2015	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI
2016	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI, A. F. S. F., J. P., R. N. A.
2017	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI,
2018	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI, S. L. Supermercados Eireli, J. A. F.
2019	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI
2020	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI
2021	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI
2022	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 33 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Mossâmedes no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	-
2014	-
2015	-
2016	-
2017	-
2018	J. C. P.
2019	J. C. P.
2020	J. C. P.
2021	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí-GO - COAPRI
2022	I. N.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 34 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Morro Agudo no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	J. B. V.
2014	S. C. V
2015	S. C. V
2016	S. C. V
2017	S. C. V
2018	C. R. P. S., S. C. V., Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Aragoiânia - COOPERMAFA
2019	S. C. V
2020	S. C. V
2021	S. C. V
2022	S. C. V

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 35 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Sanclerlândia no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	M. A. A., R. L. C. P., D. A. O., A. J. C., S. R. M.
2014	S. R. M., A. J. C., D. A. O., R. L. C. P., C. M. M., D. B. F., E. E. L., M. A. A., P. C. P. N.
2015	S. R. M., A. J. C., D. A. O., R. L. C. P., O. S. S., C. M. M., D. B. F., M. A. A.
2016	S. R. M., A. J. C., D. A. O., R. L. C. P., M. A. A., O. S. S., C. M. M., D. B. F.
2017	S. R. M., A. J. C., D. A. O., R. L. C. P., O. S. S., D. B. F., M. A. A., D. M. A., E. C. J., M. R. O. L.
2018	S. R. M., A. J. C., R. L. C. P., D. A. O., O. S. S., D. B. F., M. A. A., J. D. M., E. C. J., R. B. R. F.
2019	A. J. C., S. R. M., R. L. C. P., D. A. O., O. S. S., D. B. F., M. A. A., J. D. M., E. C. J., R. B. R. F.
2020	A. J. C., O. S. S., D. A. O., R. R. F., M. A. A., T. F. O., J. D. M., E. C. J.
2021	D. A. O., E. C. J., S. R. M., A. J. C., M. A. A., R. R. F., O. S. S., T. F. O., J. D. M.
2022	S. R. M., A. J. C., J. D. M., E. C. J., O. S. S., R. R. F., M. A. A.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 36 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Taquaral de Goiás no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	M. M. S.
2014	M. M. S.
2015	R. C. Ltda, F. A. C. C. - EPP, V. M. C & Cia Ltda - ME, M. M. S.
2016	M. M. S.
2017	F. S. M., M. M. S.
2018	M. M. S., Cooperativa Mista Dos Agricultores Familiares De Santa Rosa de Goiás - COOPSAR
2019	F. S. M., M. M. S.
2020	F. S. M., M. M. S.
2021	F. S. M.
2022	M. M. S.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 37 - Fornecedores (Agricultores Familiares) participantes na composição dos cardápios escolares no município de Uruana no período de 2013 a 2022.

Ano	Lista de Fornecedores da Agricultura Familiar
2013	R. J. S., W. A.
2014	R. J. S., W. A.

Sanclerlândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 39 - Percentual investido em relação ao valor total repassado pelo FNDE pelos Municípios nos anos de 2021 e 2022.

Município	2021	2022
Buriti de Goiás	Entre 51% e 100%	Acima de 100%
Carmo do Rio Verde	Entre 1% e 50%	Entre 51% e 100%
Córrego do Ouro	Entre 51% e 100%	Dados não disponíveis
Goiás	Dados não disponíveis	Entre 51% e 100%
Guaraíta	Entre 51% e 100%	Acima de 100%
Heitorai	Entre 51% e 100%	Dados não disponíveis
Itaberaí	Acima de 100%	Acima de 100%
Itaguarí	Entre 1% e 50%	Acima de 100%
Itaguarú	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
Itapirapuã	Entre 1% e 50%	Entre 51% e 100%
Itapuranga	Entre 51% e 100%	Entre 51% e 100%
Morro Agudo de Goiás	Entre 1% e 50%	Entre 51% e 100%
Mossâmedes	Entre 1% e 50%	Entre 1% e 50%
Sanclerlândia	Entre 51% e 100%	Entre 51% e 100%
Taquaral de Goiás	Entre 51% e 100%	Dados não disponíveis
Uruana	Acima de 100%	Acima de 100%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados em pesquisa FNDE (2024).

Quadro 40 - Fornecimento de alimentação nas escolas durante os dias letivos presenciais? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Itapuranga	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Morro Agudo de Goiás	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Mossâmedes	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sanclerlândia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Taquaral de Goiás	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-
Uruana	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 42 - A EEx. adquiriu alimentos certificados como orgânicos e/ou agroecológicos? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Carmo do Rio Verde	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Córrego do Ouro	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-
Goiás	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Guaraíta	Sim	Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Heitoraí	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-
Itaberaí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Itaguari	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Itaguaru	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Itapirapuã	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Itapuranga	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Morro Agudo de Goiás	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Mossâmedes	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Sanclerlândia	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Taquaral de Goiás	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	-
Uruana	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 43 - A aquisição dos alimentos oriundos da agricultura familiar foi realizada por chamada pública? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
--------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 45 - Havia Quadro Técnico de nutricionistas? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Goiás	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Guaraíta	Sim	Não	-	-	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Heitoráí	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Itaguaru	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim	Não	Sim	-	Não	Não	Não	Não	Não
Itapuranga	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Sanclerlândia	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-
Uruana	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 46 - O quadro técnico era composto por quantos nutricionistas? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	-	-	-	1	-	-	1	1
Carmo do Rio Verde	1	-	-	1	1	1	1	1
Córrego do Ouro	1	1	1	1	1	1	1	-
Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaraíta	-	-	-	-	1	1	1	1
Heitoráí	-	-	-	1	-	-	-	-
Itaberaí	3	3	3	3	3	2	3	3

Itaguari	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaguaru	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Itapirapuã	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapuranga	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Morro Agudo de Goiás	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1
Mossâmedes	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-
Sanclerlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taquaral de Goiás	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uruana	-	-	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 47 - Havia cardápio elaborado pelo nutricionista responsável técnico para a alimentação escolar? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Córrego do Ouro	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Heitorai	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 48 - O cardápio elaborado foi cumprido? (Totalmente/ Parcialmente / Não) (- Dado não informado).

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	-	-	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Carmo do Rio Verde	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Córrego do Ouro	-	-	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	-
Goiás	Parcialmente	Parcialmente	Totalmente	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Guaraíta	Totalmente	Totalmente	Parcialmente	Totalmente	-	Parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Heitoraia	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	-
Itaberaia	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Itaguari	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Itaguaru	-	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Itapirapua	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Itapuranga	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Morro Agudo de Goiás	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Parcialmente	Totalmente	Parcialmente	Totalmente	Totalmente	Parcialmente	Totalmente
Mossamedes	Totalmente	Parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente
Sanclerlândia	Totalmente	Parcialmente	Parcialmente	Totalmente	Parcialmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Parcialmente	Parcialmente
Taquaral de Goiás	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	-
Uruana	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente	Totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Itaguari	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mossâmedes	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Sanclerlândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 51 - O cardápio informado para o período parcial apresentou no mínimo 280g/estudantes/semana, sendo frutas in natura, no mínimo, dois dias por semana e hortaliças, no mínimo, três dias por semana? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Sim	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitoráí	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim
Itapirapuã	Não	Não
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Não
Taquaral de Goiás	Sim	-
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Itaguari	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapirapuã	Não	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mossâmedes	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 54 - A EEx adquiriu no mínimo 75% do valor repassado pelo FNDE na aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Não	Sim
Córrego do Ouro	Não	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitorai	Não	-
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Não	Sim
Itapirapuã	Não	Sim
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Não	-
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 55 - A EEx adquiriu no máximo 20% do valor repassado pelo FNDE na aquisição de alimentos processados e ultraprocessados? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Não	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitoráí	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	-
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 56 - A EEx adquiriu no máximo 5% de ingredientes culinários processados? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Não	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitoráí	Não	-
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Não	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim

Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Não
Taquaral de Goiás	Sim	-
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 57 - A EEx incluiu nos cardápios alimentos fonte de ferro heme no mínimo 4 dias por semana nos cardápios escolares? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Sim	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitoráí	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Não
Taquaral de Goiás	Sim	-
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 58 - A EEx incluiu nos cardápios alimentos fonte de vitamina A no mínimo 3 dias por semana nos cardápios escolares? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021	2022
-----------	------	------

Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Sim	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitoraí	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim
Itapirapuã	Não	Sim
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	-
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 59 - Os cardápios planejados para as crianças até três anos de idade apresentavam alimentos ultraprocessados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021	2022
Buriti de Goiás	Não	Não
Carmo do Rio Verde	Não	Não
Córrego do Ouro	Não	-
Goiás	Não	Não
Guaraíta	Sim	Não
Heitoraí	Não	-
Itaberaí	Não	Sim
Itaguari	Não	Não
Itaguaru	Não	Sim
Itapirapuã	Não	Não
Itapuranga	Sim	Não

Sanclerlândia	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 63 - Foi aplicado teste de aceitabilidade? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Goiás	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Guaraíta	Não	Não	-	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Heitorai	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Itapuranga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sanclerlândia	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Não	Sim	Sim	-
Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 64 - Em que situação? (Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo/ Avaliação e aceitação dos cardápios escolares) no período de 2013 a 2016, retornando em 2021 e 2022.

Município	2013	2014	2015	2016	2021	2022
-----------	------	------	------	------	------	------

Buriti de Goiás	Inserido alimento	-	Inserido alimento	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Inserido alimento / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Carmo do Rio Verde	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Alteração inovadoras no preparo	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Córrego do Ouro	Alteração inovadoras no preparo	Alteração inovadoras no preparo	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	-
Goiás	Alteração inovadoras no preparo	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	-	-	-	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Guaraíta	Alteração inovadoras no preparo	-	-	-	-	-
Heitorai	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento	Inserido alimento	Alteração inovadoras no preparo	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	-
Itaberai	Inserido alimento	Inserido alimento	Inserido alimento	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Itaguari	Inserido alimento	-	Inserido alimento	Inserido alimento	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares

Itaguaru	Inserido alimento	Inserido alimento	Alteração inovadoras no preparo	Alteração inovadoras no preparo	Alteração inovadoras no preparo	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Itapirapuã	Inserido alimento	Inserido alimento	Alteração inovadoras no preparo	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	-	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Itapuranga	Inserido alimento	Inserido alimento	Inserido alimento	Inserido alimento	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Morro Agudo de Goiás	-	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	-	-	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Mossâmedes	Alteração inovadoras no preparo	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo	Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Sanclerlândia	-	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento	-	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares
Taquaral de Goiás	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento	Inserido alimento	Inserido alimento / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	-
Uruana	Alteração inovadoras no preparo	Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo	Inserido alimento / Alteração inovadoras no preparo / Avaliação e aceitação dos cardápios escolares	Alteração inovadoras no preparo	Avaliação e aceitação dos cardápios escolares

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 65 - As escolas contemplam ações de educação alimentar e nutricional? (Sim / Parcialmente / Não)

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	Parcialmente
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Córrego do Ouro	-	-	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Parcialmente	-
Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Heitorai	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Itaberaí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itaguaru	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Uruana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 66 - Houve a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE às famílias dos estudantes, durante a suspensão das aulas em decorrência do estado de emergência decretado pelo novo coronavírus - COVID 19? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2020	2021
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	Sim	Não
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitorai	Sim	Sim

Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 67 - O atendimento foi universal (para todos os estudantes da rede em ensino remoto)? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2021
Buriti de Goiás	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim
Córrego do Ouro	-
Goiás	Sim
Guaraíta	Sim
Heitorá	Sim
Itaberaí	Sim
Itaguari	Sim
Itaguaru	Sim
Itapirapuã	Sim
Itapuranga	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim
Mossâmedes	Sim
Sanclerlândia	Sim
Taquaral de Goiás	Sim
Uruana	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 68 - A distribuição de gêneros alimentícios ocorreu em formato de kits definido observando o per capita e as necessidades nutricionais mínimas diárias adequadas à faixa etária/modalidade de ensino atendida? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2020	2021
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	-	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitorai	Sim	Sim
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim
Itapirapuã	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 69 - Qual foi a periodicidade de entrega de alimentos durante o período de ensino remoto? (Entrega semanal, quinzenal ou mensal / Entrega bimestral ou trimestral / Mais do que trimestral ou eventual) (- Dado não informado).

Município	2021
Buriti de Goiás	Entrega bimestral ou trimestral
Carmo do Rio Verde	Entrega semanal, quinzenal ou mensal
Córrego do Ouro	-
Goiás	Entrega bimestral ou trimestral
Guaraíta	Entrega bimestral ou trimestral
Heitorai	Entrega semanal, quinzenal ou mensal
Itaberaí	Entrega semanal, quinzenal ou mensal

Itaguari	Entrega bimestral ou trimestral
Itaguaru	Entrega semanal, quinzenal ou mensal
Itapirapuã	/Mais do que trimestral ou eventual
Itapuranga	Entrega bimestral ou trimestral
Morro Agudo de Goiás	Entrega semanal, quinzenal ou mensal
Mossâmedes	Entrega semanal, quinzenal ou mensal
Sanclerlândia	Entrega semanal, quinzenal ou mensal
Taquaral de Goiás	Entrega semanal, quinzenal ou mensal
Uruana	Entrega semanal, quinzenal ou mensal

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 70 - Foram incluídos alimentos in natura ou minimamente processados nos kits distribuídos? (Sim, com frequência / Sim, ocasionalmente / Não) (- Dado não informado).

Município	2021
Buriti de Goiás	Sim, com frequência
Carmo do Rio Verde	Sim, ocasionalmente
Córrego do Ouro	-
Goiás	Sim, com frequência
Guaraíta	Sim, com frequência
Heitorai	Sim, com frequência
Itaberaí	Sim, com frequência
Itaguari	Sim, com frequência
Itaguaru	Sim, ocasionalmente
Itapirapuã	Sim, ocasionalmente
Itapuranga	Sim, com frequência
Morro Agudo de Goiás	Sim, com frequência
Mossâmedes	Sim, com frequência
Sanclerlândia	Sim, ocasionalmente
Taquaral de Goiás	Sim, com frequência
Uruana	Sim, com frequência

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 71 - Entidade Executora - EEx. conferiu ampla publicidade à distribuição dos kits para a comunidade escolar? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2020	2021
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Não	Sim
Córrego do Ouro	-	-
Goiás	Não	Não
Guaraíta	Sim	Sim
Heitoraí	Sim	Sim
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim
Itapirapuã	Não	Não
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Não	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 72 - A EEx adquiriu alimentos da Agricultura Familiar (AF) no período da pandemia? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2020	2021
Buriti de Goiás	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Sim
Córrego do Ouro	-	-
Goiás	Sim	Sim
Guaraíta	Sim	Sim
Heitoraí	Sim	Sim
Itaberaí	Sim	Sim
Itaguari	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim

Itapirapuã	Sim	Sim
Itapuranga	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	Sim	Sim
Mossâmedes	Sim	Sim
Sanclerlândia	Sim	Sim
Taquaral de Goiás	Sim	Sim
Uruana	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 73 - Foi executado o mínimo de 30% para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações para a alimentação escolar? (Sim / Não) (- Dado não informado).

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Carmo do Rio Verde	Sim	Não	Não	-	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Não
Córrego do Ouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	-	-	Sim
Guaraíta	Sim	Sim	-	-	-	-	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Heitorai	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	-
Itaberaí	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Itaguari	Não	Não	-	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Itaguaru	Sim	Sim	Sim	Não	-	-	Não	Não	-	Não	Sim	-
Itapirapuã	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Não
Itapuranga	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Morro Agudo de Goiás	-	-	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Mossâmedes	-	Não	-	Não	-	-	-	Não	Não	-	Não	Não
Sanclerlândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Taquaral de Goiás	Não	Não	Sim	-	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Uruana	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 74 - Valor gasto com a agricultura familiar de valores repassados pelo PNAE.

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	4.434,83	-	5.294,91	4.568,90	5.671,51	5.702,25	8.275,80	8.110,75	9.642,42	2.756,40	18.533,31	19.664,00
Carmo do Rio Verde	6.660,00	8.313,14	9.256,70	-	6.350,83	18.956,87	17.129,31	10.475,53	13.612,56	-	-	20.979,72
Córrego do Ouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	8.168,29	32.653,79	9.831,86	44.904,85	55.704,18	83.350,98	58.502,80	64.257,86	87.168,26	-	-	92.315,50
Guaraíta	17.034,64	13.899,63	-	-	-	-	4.647,80	6.196,50	6.996,00	1.626,00	6.084,00	7.172,00
Heitoraí	7.321,47	4.696,90	2.480,70	10.309,98	17.458,23	5.946,86	211.126,84	10.969,63	11.826,15	2.773,50	11.922,90	-
Itaberaí	27.168,37	53.581,94	165.398,72	173.380,35	161.455,04	193.196,31	8.229,47	218.391,92	236.508,17	216.703,92	169.806,04	434.726,27
Itaguari	4.395,68	6.508,72	-	7.875,25	18.814,10	24.195,34	15.906,50	16.572,72	21.952,50	15.138,50	18.669,00	20.383,12
Itaguaru	14.355,27	11.546,95	10.473,85	349	-	-	1.057,75	4.581,35	-	10.184,80	16.411,86	-
Itapirapuã	21.823,66	11.430,00	15.479,90	19.890,00	27.964,00	19.850,40	17.028	19.590,00	18.450,00	-	-	1.454,00
Itapuranga	39.426,15	25.259,43	45.849,12	64.790,05	52.718,30	174.975,54	99.220,67	165.436,08	111.682,48	84.737,54	62.329,51	162.997,66
Morro Agudo de Goiás	-	-	4.063,00	8.503,20	10.345,80	11.596,80	12.163,70	33.889,63	13.204,21	17.905,54	11.423,11	19.330,06
Mossâmedes	-	912,00	-	1.585,00	-	-	-	360	2.225,00	-	5.754,00	10.331,51
Sanclerlândia	24.450,53	42.171,31	45.245,77	54.214,79	55.786,66	86.611,74	71.998,77	84.089,92	83.009,87	24.666,15	34.957,47	78.625,15
Taquaral de Goiás	2.558,89	6.468,88	26.636,40	-	4.562,91	8.225,00	12.439,45	12.389,05	10.268,40	12.472,95	9.630,66	-
Uruana	-	4582,2	8.990,18	6.094,50	17.862,55	25.348,98	14.063,88	10.000,08	23.929,27	2.197,26	52.864,15	65.092,85

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).

Quadro 75 - Porcentagem da compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Buriti de Goiás	30,54	-	30,02	30,25	30	30,3	30,2	30	30,1	8,2	57,7	57,3
Carmo do Rio Verde	10,72	12,22	13,06	-	5,61	15,8	14	6,8	13,4	-	-	21
Córrego do Ouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	7,73	29,29	7,51	30,59	31,41	44,2	29,9	32,3	38,5	-	-	36,9
Guaraíta	67,6	59,04	-	-	-	-	26	31,7	31,1	7,3	28,2	31,1
Heitoraí	42,52	23,62	8,97	39,09	94,43	23,4	32,8	53,8	50,6	7,5	35,3	-
Itaberaí	9,48	16,45	41,99	41,89	34,5	33,6	34,6	35,6	38,5	36,8	29,4	83,5
Itaguari	25,35	16,52	-	35,47	33,34	44,1	29,2	30,3	38,5	26,4	32,9	37,4
Itaguaru	52,58	35,78	33,23	1,17	-	-	3,4	15,9		24,9	38,7	
Itapirapuã	49,62	23,28	30,79	30,57	47,66	35	30,8	32,6	33,5	-	-	1,8
Itapuranga	28,43	15,81	26,74	36,71	46,83	101,8	49,9	84,5	50	43,2	32,3	85,6

Morro Agudo de Goiás	--	-	29,36	27,47	29,83	22	26,4	74,4	33,1	34,9	24,6	41,1
Mossâmedes	-	2,58	-	2,66	-	-	-	0,4	3,9	-	7,5	13,8
Sanclerlândia	65,31	89,81	74,64	93,65	72,43	107,9	85,7	86,9	86,4	21,6	28,1	70,1
Taquaral de Goiás	10,2	24,04	105,03	-	22,31	26,5	35,6	38,1	30,5	39	34,3	
Uruana	-	6,7	10,47	8,18	17,4	21	10,5	17,5	7,4	1,4	34,8	52,9

Quadro 76 - Municípios do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho que atingiram a marca de 30% de aquisição de alimentos de repasse do PNAE no período de 2011 a 2022.

Posição	Município	Anos Acima de 30%
1	Sanclerlândia	10
2	Itaberaí	9
3	Itapuranga	9
4	Buriti de Goiás	8
5	Itapirapuã	8
6	Heitorai	7
7	Itaguari	7
8	Goiás	6
9	Taquaral de Goiás	6
10	Guaraíta	5
11	Itaguaru	4
12	Morro Agudo de Goiás	4
13	Uruana	2

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa FNDE (2024).